

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS
EM CARUARU: entre a modernização, o clientelismo e a
construção do espaço do cidadão**

SONIA MARIA DE LIRA

Orientador: Dr Cláudio Jorge Moura de Castilho

Recife/PE

2003

**A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DAS ESCOLAS
PÚBLICAS EM CARUARU: entre a modernização, o
clientelismo e a construção do espaço do cidadão**

SONIA MARIA DE LIRA

**A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS
EM CARUARU: entre a modernização, o clientelismo e a
construção do espaço do cidadão**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Ciências Geográficas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio J. de M. de Castilho

Recife - PE
2003

SONIA MARIA DE LIRA

**A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM
CARUARU: entre a modernização, o clientelismo e a construção do espaço do
cidadão**

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho

2º examinador: Dra. Rosilda Arruda Ferreira

3º examinador: Dr. Jan Bitoun

1º Suplente: Dra. Eliete Santiago

2º Suplente: Dra. Tânia Bacelar de Araújo

AGRADECIMENTOS:

Meu agradecimento especial vai para os meus filhos Bruna e Bruno, dos quais me ausentei várias vezes, para encaminhar minha pesquisa.

Ao meu orientador, o professor Cláudio Jorge Moura de Castilho, por ter me apoiado e contribuído para que eu avançasse intelectualmente.

Aos meus familiares, em especial: minha mãe, minha irmã e Mocinha, por terem contribuído ficando com meus filhos e financeiramente para que eu concluísse o meu curso.

Ao meu companheiro Paulo Valença, que me apoiou e incentivou nos momentos difíceis.

Aos meus grandes amigos: Antonio, Madriara, Joelma, Ivoneide e Solange que participaram da construção deste trabalho.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente estiveram presentes na elaboração deste trabalho.

LISTA DE SIGLAS:

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CELPE – Companhia de Energia Elétrica de Pernambuco

COHAB – Companhia de Habitação

CMAL – Colégio Municipal Álvaro Lins

CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CRAMA – Campanha de Recuperação e Assistência a Menores Abandonados

EMPETUR – Empresa Pernambucana de Turismo

EUA – Estados Unidos da América

FAFICA – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru

FIEPE – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNDESCOLA – Fundo de Fortalecimento da Escola

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

PROMED – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESI – Serviço Social da Indústria

SINTEPE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USAID – Agency for International Development

LISTA DOS QUADROS

I – UNIÃO: Comparação entre dispêndios em educação e cultura (MEC), como porcentagem da receita de impostos e percentual vinculado à manutenção e desenvolvimento do ensino pela legislação e Constituição Federal.	47
II - População dos bairros de Caruaru.	65
III – Relação das escolas estaduais pesquisadas.	68
IV – Relação das escolas municipais pesquisadas.	69
V – Resultados finais do Censo Escolar de 1999 em Caruaru.	84
VI – Resultado do Censo Escolar 2000 em Caruaru.	84
VII – Resultados do Censo Escolar 2001 em Caruaru.	84
VIII – Dados Eleitorais do Município de Caruaru	95
IX - Escola Maria Auxiliadora Liberato: Quantidade de turmas de 1 ^a a 4 ^a séries.	97
X – Eleições – 1996: Seções do bairro do Vassoural.	107
XI– População Escolarizável – COHAB III (amostragem)	109
XI - População escolarizável – Loteamento Paraíso.	111
XIII -Taxas de escolarização das pessoas de 4 a 24 anos de idade – 1997	124
XIV – Taxas de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade em 1997.	124

LISTA DOS CARTOGRAMAS

1. Estado de Pernambuco: Situação geográfica do município de Caruaru.	55
2. O município de Caruaru e seus limites.	58
3. Planta da cidade de Caruaru.	64
4. Distribuição espacial das escolas públicas em Caruaru/PE – Década de 50.	71
5. Distribuição espacial das escolas públicas ampliadas em Caruaru/PE na década de 60.	73
6. Distribuição espacial das escolas públicas ampliadas em Caruaru/PE na década de 70.	75
7. Distribuição espacial das escolas públicas ampliadas em Caruaru/PE na década de 80.	75
8. Distribuição espacial das escolas públicas ampliadas em Caruaru/PE na década de 90 até ano 2000.	79
9. Distribuição espacial das escolas públicas em Caruaru/PE.	81
10. Distribuição e Organização Territorial das Escolas Públicas em Caruaru.	82

LISTA DOS ANEXOS

1. Quadros	124
2. Proposta orçamentária de 2001 desrespeita valor mínimo do FUNDEF.	125
3. Escola do Jovem de Pernambuco.	126
4. Programa de Ensino é criticado.	127
5. SECE – Organização da rede escolar / Articulação com municípios.	128
6. Governo estadual inaugura treze escolas este mês.	129
7. Estudantes ganham três mil vagas em novas escolas.	130
8. Ensino no Estado entre os piores.	131
9. Governo Municipal de Caruaru: Quadro de professorado municipal.	132
10. Festival em benefício da Caixa Escolar do Grupo Vicente Monteiro.	133
11. FUNDESCOLA: Critérios técnicos para subsidiar o Fórum na seleção das escolas que serão beneficiadas em 2001, pelo FUNDESCOLA II com ação da PAPE.	134
12. Associação de Moradores – COHAB III: ofício nº 006/2001	135

LISTA DAS FIGURAS:

I – Placa da Escola Adélia Leal.	40
II – Escola Proessor Mário Sete: Projeto Escola Jovem.	50
III – Colégio Estadual de Caruaru: Escola Jovem.	50
IV – Praça do Rosário: Escola Joaquim Nabuco.	91
V –Creche Helena Martins Gomes (COHAB III).	98

RESUMO

Este trabalho analisa a organização territorial das escolas públicas em Caruaru/PE, no período de 1960 a 2001, destacando os aspectos sociais, econômicos e políticos que influenciaram esta organização, bem como de que modo uma organização inconseqüente do território tem entravado a construção do espaço do cidadão.

Resgata a influência dos projetos de desenvolvimento econômico implantado no país e de que forma interferiram no sistema educacional; como também a política neoliberal que por meio de um processo de municipalização descolado da realidade local, vem trazendo prejuízos para a população, reforçando uma distribuição já desigual das escolas em Caruaru.

Constatamos que as posturas clientelistas locais permanecem e que também penalizam a construção do espaço do cidadão, através do não melhoramento do acesso à educação, pois que existem bairros com excesso de escolas e outros com escassez delas; bem como através da prestação de um serviço descomprometido com a cidadania.

Comparando os bairros do Vassoural e Cohab III, verificamos que o poder público tem privilegiado o Vassoural quanto à construção de escolas, ficando a Cohab III com um considerável déficit, se levarmos em consideração o baixo poder aquisitivo de seus moradores que se sujeitam a colocar os seus filhos em escolas particulares, por conta da ausência de mais escolas públicas.

Ao evidenciar o caráter da mobilização das organizações populares desses bairros, por intermédio de suas associações de moradores, detectamos haver debilidades no que se refere à sua participação, não se conseguindo garantir que as suas reivindicações sejam atendidas.

Dessa forma, a decisão concernente à gestão dos equipamentos públicos da educação fica entregue ao mercado ou à mercê dos interesses particulares de políticos locais, reforçando a construção de um espaço onde as pessoas possuem uma cidadania ora mutilada, ora limitada.

Por outro lado, defende-se uma distribuição espacial mais justa das escolas públicas e que, para a garantia da cidadania plena, será necessário não somente promover o acesso, mas também uma educação de qualidade ao cidadão, e isto, num contexto em que o conhecimento torna-se cada vez mais fundamental ao desenvolvimento humano.

Concluindo o trabalho, propõe-se algumas diretrizes para o planejamento da distribuição conseqüente das escolas públicas em Caruaru, quais sejam: realização de censo escolar para a população escolarizável; construção de escolas nos bairros, conforme a necessidade da população; garantia que as escolas estaduais continuem oferecendo o Ensino Fundamental e investimento na qualidade da educação pública.

RÉSUMÉ

Ce travail analyse l'organisation territoriale des écoles publiques à Caruaru-PE, dans la période de 1960 à 2001, en remarquant les aspects sociaux, Économiques et politiques qui ont influencé cette organisation et tente d'expliquer les aspects négatifs d'une mauvaise organisation territoriale.

Il montre l'influence des projets de développement économique du pays et comment ils ont intervenu dans le système éducatif, ainsi que la politique néo-libérale qui à travers d'une gestion municipale séparée de la réalité locale défavorise la population parce qu'elle renforce la distribution territoriale injuste des écoles à Caruaru.

Nous constatons que le clientélisme dans la posture politique du gouvernement local empêche la construction de l'espace de la citoyenneté parce qu'elle ne favorise pas l'évolution de l'éducation. Le déséquilibre des établissements scolaires est responsable par le déficit dans certains quartiers.

Si nous comparons les quartiers du Vassoural et COHAB III, nous vérifions que le pouvoir public a privilégié le premier quant à la construction des écoles. Les habitants du quartier COHAB III sont obligés de mettre leurs enfants dans écoles privées à cause du manque d'écoles publiques dans leur quartier.

Quand nous montrons la mobilisation des organisations populaires de ces quartiers à travers leurs associations, nous constatons que leur participation ne garantit pas un résultat satisfaisant à leurs revendications, parce que les intérêts des politiques locaux sont mis avant les intérêts de la population..

D'autre part, on défend une distribution plus juste des écoles publiques et pour assurer la garantie de la citoyenneté, il faut promouvoir l'enseignement parce que la connaissance est fondamentale.

À la fin de ce travail, on propose les directives pour la future planification de la distribution des écoles publiques à Caruaru, par exemple: la réalisation du recensement scolaire, la construction des écoles dans les quartiers, la continuation de l'enseignement fondamental dans les écoles publiques et plus d'investissement dans la qualité de l'enseignement.

Agradecimentos	
Lista dos Quadros	
Lista dos Cartogramas	
Lista das Figuras	
Lista das Siglas	
Lista dos Anexos	
Resumo	
Sumário	
Introdução	17
Capítulo I – O uso do território: entre a modernização e o clientelismo	22
1.1 – O retorno do território no processo de construção do espaço do cidadão	23
1.2 – A política de educação frente aos processos de crescimento econômico e de modernização	33
1.3 – Os impasses entre a centralização e a municipalização da educação	42
Capítulo II – A Organização Territorial das Escolas Públicas em Caruaru	51
2.1 – A formação histórico-territorial do município: o contexto espacial da construção de escolas públicas	52
2.2 – Um sistema educacional construído no espaço caruaruense: os entraves à formação do espaço do cidadão	65
2.3 – A distribuição territorial das escolas públicas	86
Capítulo III – Em busca de um espaço do cidadão e da cidadania	100

3.1 – Vassoural e COHAB III: os dois lados da mesma moeda	101
3.2 – Uma gestão clientelista da rede de ensino público e a cidadania mutilada	110
Conclusão	115
Bibliografia	117
Anexos	121

INTRODUÇÃO

O estudo objeto do presente trabalho propõe-se a analisar a organização territorial das escolas públicas em Caruaru/PE, tendo como eixo da análise os embates entre a modernização, o clientelismo e a construção da cidadania. Mediante este estudo, tentar-se-á mostrar de que forma a política pública da educação foi encaminhada e a que objetivos ela atendeu.

A nossa hipótese central era de que essa política havia sido encaminhada mais no sentido da consolidação do projeto econômico implementado no país e da proteção dos redutos político-eleitorais locais, do que no da construção do espaço do cidadão.

O nosso estudo foi viabilizado pela dimensão espacial da sociedade visto que, sendo tratado como uma estrutura social como tantas outras, o espaço traz uma dinâmica que “impõe a cada coisa um determinado feixe de relações, porque cada coisa ocupa um lugar dado” (Caillois apud SANTOS, 1987: 81). Esta reflexão nos mostra que o processo de produção do espaço é fruto de uma teia de relações complexas que funciona a partir do jogo de interesses existentes na sociedade. Nesse sentido, “O espaço é uno e global, funcionando segundo um jogo de classes que tem sua demarcação territorial” (SANTOS, 1987: 75).

A nossa escala temporal compreende o período de 1960 a 2001, porque é principalmente a partir desse período que evidenciamos a educação sendo colocada como fator de desenvolvimento econômico e social no nosso país.

As escolas públicas, em Caruaru, ainda não estão localizadas e distribuídas de modo a atender ao princípio de universalização essencial que garanta a concretização da construção da cidadania, pois que existem bairros com excesso de escolas, enquanto outros contam com apenas uma escola para atender a uma clientela numerosa. Isto reforça a manutenção de uma organização injusta do espaço a qual não possui uma preocupação real com os direitos dos cidadãos em sua plenitude.

Ademais, como nos últimos anos a estratégia da descentralização utilizada pela política educacional brasileira tem estimulado o regime de colaboração entre estados e municípios, e os recursos não atendem a todos os segmentos da população escolarizável, vemos que níveis de ensino como Educação Infantil, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos têm sido diminuídos nas escolas públicas.

Quando relacionamos esta organização territorial injusta das escolas públicas com o processo de municipalização ocorrido em Caruaru, implementado por meio da idéia de descentralização, percebemos que num bairro como a COHAB III, um número significativo de estudantes tem ficado fora da escola pública e, por sua vez a responsabilidade da garantia do ensino destes alunos é repassada para o mercado.

Enquanto que no bairro do Vassoural há salas de aulas ociosas em determinadas escolas, devido ao excesso de escolas públicas em relação à demanda social local. Isto parece ser um paradoxo numa conjuntura onde a aquisição de conhecimento torna-se cada vez mais fundamental para a formação do cidadão.

Foi essa realidade que nos estimulou a verificar os fatores que levaram esta organização territorial a acontecer da forma que aconteceu, tentando contribuir para um planejamento mais justo no qual o espaço do cidadão seja respeitado e a cidadania concretizada também a partir da educação; o que só pode ocorrer a partir do momento em que se usa o espaço de forma conseqüente.

Diante do acima exposto, encaminhamos o presente estudo utilizando o conceito de território, já que este conceito traz como referência as relações de poder a partir do uso do espaço. Nesse sentido, procuramos verificar quais as influências do processo de modernização econômico-territorial no planejamento educacional, pois nos vários períodos em que o crescimento econômico foi colocado em primeiro plano, a educação foi chamada a participar desse crescimento; enfatizamos o peso das práticas clientelistas, com base no território, utilizadas no processo de decisão da implantação dos equipamentos inerentes ao serviço público da educação, pois os municípios com seus representantes políticos locais conservaram, sob os

moldes de uma cultura do coronelismo, um clientelismo autoritário, o qual influi na definição dos locais onde as escolas são construídas e na escolha de seus gestores; isso, para, em seguida, propormos uma organização territorial das escolas públicas em Caruaru que garanta a construção do espaço do cidadão.

O capítulo I enfoca os principais conceitos abordados no tema desta pesquisa, fazendo um breve resgate da influência do planejamento econômico atrelado ao planejamento educacional e enfatizando a municipalização da educação e suas conseqüências para a população escolarizável, tendo como fundamento o uso do espaço pelos atores sociais envolvidos.

O capítulo II analisa o processo de produção do espaço em Caruaru, resgatando a sua formação territorial; destacando em que medida o sistema educacional foi sendo encaminhado, configurando uma organização territorial das escolas públicas no município e ressaltando as relações clientelistas de poder, as quais permanecem devido a usos tradicionais que se faz do espaço, apesar da influência do processo de modernização pelo qual tem passado a realidade local.

O capítulo III faz uma análise comparativa entre os bairros do Vassoural e COHAB III, verificando de que forma os atores locais atuam no processo de organização territorial das escolas e enfatizando a necessidade de se construir um verdadeiro espaço do cidadão, ou seja, aquele que é organizado a partir e para os interesses efetivos das suas populações.

No que tange aos procedimentos metodológicos, o trabalho encaminhou-se da seguinte forma: pesquisamos o referencial teórico apropriado ao tema, analisando artigos de jornais e revistas referentes à inauguração de escolas, no período estudado, ou à apresentação de dados sobre as datas de suas fundações, como também à questão dos aspectos da municipalização instalada em Caruaru.

No trabalho de campo, procuramos conversar com pessoas idosas para a obtenção de informações sobre as escolas, como também consultamos o Jornal Vanguarda onde encontramos alguns registros com reportagens de inaugurações de algumas das escolas.

Delimitamos as redes de ensino público em Caruaru, enfocando a sua organização espacial através da confecção de cartas geográficas e mostrando a situação de certas escolas através da tomada de fotografias, após visitas em todas as escolas para também buscarmos identificar a data da sua fundação, como dito no parágrafo acima.

Encaminhamos entrevistas com gestores públicos, profissionais da educação, estudantes e moradores da COHAB III e Vassoural, com o objetivo de sentir as percepções e as aspirações da sociedade local em relação aos equipamentos públicos da educação.

Comparamos o quantitativo de escolas nos bairros destacados com o contingente populacional em idade escolar ali existentes, a fim de demonstrar a forma desigual como ocorreu a distribuição dos equipamentos públicos de educação, penalizando o processo de construção do espaço do cidadão.

Observamos a capacidade do atendimento escolar pela Escola Maria Auxiliadora Liberato (COHAB III) com relação à população escolarizável, entre 5 e 9 anos, analisando os impactos da municipalização quanto ao atendimento desta demanda. Paralelamente, detectamos também, o avanço das escolas privadas neste bairro, com o objetivo de demonstrar que o poder público tem se ausentado de sua função social, entregando ao mercado parte de suas responsabilidades.

No decorrer desta pesquisa, confrontamo-nos com algumas dificuldades, dentre as quais salientamos algumas. Em primeiro lugar, a de cursar o mestrado no exercício da docência, sem bolsa de estudos e morando no interior, o que nos impôs limitações em muitos momentos do curso.

Ao visitarmos algumas escolas, não encontramos dados sobre a sua fundação, nem um registro sobre sua história e, ao contatarmos com ex-gestores municipais, não conseguimos entrevistar Drayton Nejaim (1964-1968 / 1977-1982), por estar morando em Recife, e nem José Queiroz (1983-1988 / 1993-1996), pois ao procurá-lo, várias vezes, o mesmo não nos deu retorno para agendarmos a entrevista. Estas constituem a segunda dificuldade.

Para superar dificuldades financeiras, o terceiro tipo de dificuldades encontradas, buscamos ajuda de familiares. Com o tempo limitado de que dispúnhamos, utilizamos parte dos momentos de lazer e de convívio familiar para encaminhar o trabalho.

Tentando substituir as entrevistas com os gestores que não puderam contribuir, buscamos informações com funcionários públicos antigos e mesmo com outros gestores que estiveram ligados ao processo da gestão da educação no município.

Sendo assim, concluímos esta etapa do trabalho acreditando que valeu o esforço e que, num curso de doutorado, poderemos aprofundar mais as questões aqui colocadas, com o intuito de encontrar novas respostas para a busca de uma utopia possível: a construção do espaço do cidadão.

Os desafios deste trabalho serviram, portanto para impulsionar uma pesquisa que poderá contribuir para se pensar numa nova forma de se fazer a política pública de educação, tão necessária ao processo de construção da cidadania para a maioria dos brasileiros.

I - O USO DO TERRITÓRIO: ENTRE A MODERNIZAÇÃO E O CLIENTELISMO

1.1– O retorno do território no processo de construção do espaço do cidadão

As mudanças que se processam no mundo contemporâneo, na organização do processo produtivo e nas relações sócio-espaciais, têm incidido sobre a reflexão e a produção acadêmicas, buscando uma melhor interpretação da realidade.

A Geografia, em face dessas transformações, tem ampliado a análise das relações entre os níveis do político e do espaço, fundamentando-se em contribuições no campo conceitual, como as de Henri Lefebvre (apud BECKER, 1983: 2), dentre outros, na medida em que percebe que o espaço se valoriza como lócus da reprodução social.

O espaço focalizado a partir das relações de poder traz de volta o conceito de território, na proporção que este trata de uma apropriação do espaço originada por meio da ação social, com rebatimentos no substrato espacial. Sendo assim, Santos faz a seguinte reflexão:

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. [...] Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (SANTOS, 1998:15).

Portanto o retorno do conceito de território traz, hoje, o enfoque do espaço habitado. Por isso, o território não pode ser analisado apenas a partir das suas formas, mas dos seus objetos e de suas ações, já que estes demonstram o espaço humano.

A própria etimologia da palavra, a partir de Gottman (apud TAYLOR, 1998), e também de Mesquita (1995) declara que o conceito deriva do latim “terra” (terra) e “pertencente a” (torium). Tendo sido aplicado inicialmente às cidades-estado da Grécia clássica na qual “a dinâmica territorial estava associada ao fato político da democracia em todos os seus ângulos” (GOMES, 1997: 45), demonstrando o caráter político da ocupação espacial.

Originado das Ciências Naturais, este conceito era atribuído à área de dominância de espécies vegetais e animais. Porém, a partir de Augusto Conte, ele passa a ser incorporado nas análises da Geografia do Homem (MORAES, 1995).

É na Geografia que o território ganha uma amplitude diferenciada já que o seu domínio, bem como a sua destruição e modificação, acontecem fundamentalmente através das relações de poder e posse, definindo assim seus limites. Desta forma:

O processo de produção do território é determinado pela infra-estrutura econômica, mas regulado pelo jogo político. Implica na apropriação do espaço pelo ator que então territorializa esse espaço. Implica também na noção de limite: a forma do território e a malha territorial são manifestações de relações de poder. (BECKER, 1983:08)

Destarte, o estudo aqui proposto foi viabilizado a partir do conceito de território, pois “O território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995:91), o qual é usado para a concretização de vários interesses sociais dentre os quais se destacam aqueles concernentes às elites dirigentes.

Nessa perspectiva, tentamos analisar em que medida a ação do Estado, através da implementação de políticas públicas, concretiza-se efetivamente em práticas territoriais na sua relação com a sociedade, facilitando ou dificultando a construção do espaço do cidadão.

No que tange aos serviços essenciais à consolidação da cidadania e, por sua vez, ao desenvolvimento social, a organização territorial vem sendo concretizada de forma desigual e injusta no Brasil:

Olhando-se o mapa do país, é fácil constatar extensas áreas vazias de hospitais, postos de saúde, escolas secundárias e primárias, informação geral e especializada, enfim, áreas desprovidas de serviços essenciais à vida social e à vida individual. O mesmo, aliás se

verifica quando observamos as plantas das cidades em cujas periferias, apesar de uma certa densidade demográfica, tais serviços estão igualmente ausentes. É como se as pessoas nem lá estivessem.”(SANTOS, 1987: 43)”.

Pensando a organização espacial da sociedade brasileira do ponto de vista da educação pública, verificamos que a realidade de Caruaru, município situado no interior de Pernambuco, numa região subdesenvolvida, não se distancia daquela apontada acima por Milton Santos, pois existem bairros de periferia com quantidade insuficiente de escolas em relação à densidade demográfica, desconsiderando-se as necessidades da população escolar.

As questões referentes ao território têm sido discutidas amplamente nos últimos anos, principalmente entre os geógrafos, por causa das modificações territoriais da atualidade¹. O território surge a partir de uma dinâmica social que controla de forma sutil, porém relacionada a interesses diversos e complexos que dizem respeito ao poder.

Sendo assim, os atores hegemônicos que atualmente monopolizam o mundo, sendo respaldados pelas elites brasileiras, também buscam com a globalização, organizar seus territórios em função do mercado, já que os interesses capitalistas brasileiros não estão desvinculados dos interesses capitalistas internacionais.

Esta globalização, que se iniciou com o período das grandes navegações e continua até hoje com a internacionalização da economia, está intimamente ligada ao capital transnacionalizado. Dessa forma, o território passa a fragmentar-se, tendo a tecnologia e os meios de comunicação desempenhado progressivamente um papel importante na nova organização mundial. Milton Santos analisa esta realidade colocando o seguinte:

Quando se fala em mundo, está se falando, sobretudo, em mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive a natureza; mercado político. Justamente, a versão política dessa globalização perversa, e ambos esses braços – democracia de mercado e neoliberalismo – são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja

¹ No entanto, esta discussão é bem mais antiga, pois em todos os tempos o exercício do poder delimitando territórios, desde as sociedades mais primitivas, trazia à tona as disputas para a manutenção de privilégios a partir do uso de territórios apropriados.

solidariedade é baseada na contigüidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado. (SANTOS, 1998: 18-19).

É a partir da democracia de mercado e do neoliberalismo que está havendo o desmonte do Estado social e desenvolvimentista, tornando-o mínimo, para que, cada vez mais, a fragmentação e a globalização sejam concretizadas em nome de um capitalismo em crise, mas que encontra fôlego longo e certo para implementar suas políticas e interferir nos estados nacionais. Este Estado-nação, forma de organização do território moderno,

pode ser ao mesmo tempo um território dotado de certo poder de auto-organização e estruturado sobre um espaço e uma memória coletivos, e está amplamente vinculado à lógica técnico-funcional das redes desterritorializantes e globalizadoras (HAESBAERT, 1995:198).

Neste sentido, “... A desterritorialização afeta as lealdades de grupos..., as manipulações das moedas tanto quanto das identidades, e também as estratégias dos Estados” (IANNI, 1992:99). E, no caso brasileiro, esta estratégia de Estado traz em seu bojo uma descentralização que modifica todo o processo de gestão das políticas sociais, pois repassa responsabilidades para os municípios, mas sem lhes possibilitar o acesso às condições necessárias de financiamento. Neste contexto, a desterritorialização não implica o fim do território, muito pelo contrário, ocorre a permanência deste território com o processo de reterritorialização.

No caso do Brasil, o Estado-nação está vinculado a esta lógica técnico-funcional, mas de uma forma subserviente. Órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) têm contribuído para a definição de políticas locais e ditando as regras para a nossa economia.

Salienta-se também que a descentralização tanto é defendida por órgãos internacionais, quanto por membros da sociedade civil, quanto, a fim de promover a diminuição do déficit público e a estabilização econômica, com o intuito de ajustar as economias sob os ditames da globalização e do projeto neoliberal.

Sabe-se que a esfera local “É a única instância onde podem ser efetivamente articuladas as políticas de saúde, de educação, de formação profissional, de emprego, de informação, uma ação reforçando a outra”.(DOWBOR, 1998:377). Daí o papel ainda importante desempenhado pelas elites dirigentes locais a partir do uso do seu território.

Sob a ótica neoliberal, têm-se observado drásticas transformações no que tange ao papel do Estado como provedor de políticas sociais, antes sob a sua responsabilidade, transferindo-as para o mercado.

Num país como o Brasil, subdesenvolvido do ponto de vista social e, onde historicamente o Estado já não assumia aquelas políticas de modo satisfatório para a população, o projeto neoliberal tem agravado ainda mais as questões sociais, tais como: o acesso à terra, à saúde, à educação, ao emprego, etc.

Observa-se, ainda, que estas políticas públicas, na esfera local de vários lugares, são oferecidas, na maioria dos casos, conforme os interesses dos grupos políticos dominantes, garantindo-lhes os privilégios. Ao restante da população cabem as sobras, criando-se inclusive, territórios que incluem, mas que também excluem os indesejados. Contraditoriamente, é nesta conjuntura que se difunde que a mola do século XXI é o conhecimento e que, por isso, a educação passa a ter uma importância ainda maior para cada cidadão, devendo ser garantida como direito básico.

Este trabalho analisa essas construções territoriais no município de Caruaru por meio da política pública de educação, na qual ainda se sobressai o papel do Estado na oferta da mesma. A análise da sociedade pelo espaço é fundamental para o entendimento das organizações territoriais, inserindo essa sociedade nos contextos local e global e relacionando os vários atores que a compõem a partir do uso de porções do território, podendo contribuir com informações que ampliem as perspectivas da construção do espaço do cidadão.

A organização territorial das escolas públicas em Caruaru tem dificultado a concretização do direito à cidadania, já que existem bairros com quantitativos inferiores de escolas, conforme a necessidade da população em idade escolar. Como consequência, o não atendimento desta

demanda leva o mercado a assumí-la, ou deixa estudantes fora da escola na medida em que grande parte deles não tem condições de pagar mensalidade escolar.

Evidencia-se, então, que o espaço do cidadão tem sido negado por meio da política pública da educação oferecida às populações que dela necessitam, a partir das mudanças encaminhadas tanto a nível federal como local. Precisa-se, por outro lado, pensar-se em garantir uma estrutura física adequada e distribuída com qualidade e igualdade no território.

Portanto, conforme SANTOS (1987:129), no Brasil, este espaço do cidadão ainda precisa ser construído, principalmente em relação aos direitos referentes às políticas sociais. Sendo assim, ele afirma:

Trata-se, de fato, do inalienável direito à uma vida decente para todos, não importa o lugar em que se encontre, na cidade ou no campo. Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, através das instâncias do governo, e são devidos a todos. Sem isso, não se dirá que existe o cidadão.

E é um Estado Social, que deve garantir tais direitos à sociedade, na sua totalidade. Consideramos o Estado tal como o concebeu Gramsci e Andersen (apud AZEVEDO, 1997) “como instância superestrutural que engloba a sociedade política – locus da dominação pela força e pelo consentimento – e a sociedade civil – o lugar desta dominação pelo consentimento” (AZEVEDO, 1997: 59).

O Estado concretiza suas ações por meio das políticas sociais que são permeadas pelas “contradições entre a dominação/integração do sistema econômico – o papel do Estado em face dos requerimentos da acumulação – e a dominação/integração social - o papel do Estado diante dos interesses do trabalho e da garantia da legitimidade da ordem social”, conforme O’ Connor (apud AZEVEDO, op. cit.: 41).

Nesse contexto, verificamos de que forma o poder público, em Caruaru, numa conjuntura neoliberal, relacionou-se com a sociedade civil, implementando a política da educação no espaço e como esta sociedade se organizou em prol deste direito.

Lenhardt e Offe (apud AZEVEDO, op. cit.: 49) consideram as políticas sociais como “a forma pela qual o Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura de trabalho não assalariado em trabalho assalariado”, já que numa sociedade capitalista o Estado teria o papel de mantenedor da ordem vigente.

Mas quando o Estado não assume essas políticas sociais, repassando para o mercado tal responsabilidade, traz, conseqüentemente, graves problemas para uma população que já sobrevive com muitas dificuldades em um país como o Brasil.

Abordando a educação como política social, AZEVEDO (Op. cit.:50), interpretando Claus Offe, diz existir:

“a política educacional sobretudo como um meio de garantir a sociabilidade da força de trabalho segundo os parâmetros próprios do capitalismo. É desta perspectiva que considera a implantação dos sistemas públicos de ensino e o seu caráter obrigatório e universal. A regulação estatal sobre a educação, conjugada a outras políticas públicas, constitui-se assim, numa das estratégias para regular e manter a possibilidade e continuidade do trabalho assalariado. A partir dos seus construtos, infere-se, portanto, que a atuação do Estado na oferta da educação básica obrigatória e gratuita não deixa impurezas nos filtros de seletividade a que se submete o direcionamento da sua ação”.
(AZEVEDO, op. Cit.: 50)

No entanto, enquanto Claus Offe ressalta a educação pública e universal como mecanismo de sustentação da ordem capitalista, Oliveira (apud AZEVEDO, op. cit.: 54) demonstra que este direito social tornou-se um valor que transcendeu a dimensão capitalista. Segundo Oliveira:

Não se trata agora de prover educação apenas para transformar a população em força de trabalho; são necessidades que são definidas aprioristicamente como relevantes em si mesmas; que elas terminem servindo, direta ou indiretamente, para o aumento da produtividade, não dissolve o fato principal, que é o de que, agora aquele aumento de produtividade que pode ser seu resultado não é mais seu pressuposto. (grifo no original)

Porém, tanto Offe quanto Oliveira se baseiam nos países de capitalismo avançado, sendo que o próprio Oliveira reconhece o Brasil como subordinado ao capitalismo internacional e que tem, historicamente, suas especificidades, pois aqui foi erigido o “Estado de mal-estar social”.

A partir destas especificidades, observamos que o bem-estar-social produzido na Europa ou na América do Norte não foi reproduzido no Brasil, principalmente porque muitos destes países conseguiam estas conquistas graças à exploração dos países do sul. De forma que, com uma das maiores concentrações de renda do mundo, com políticas autoritárias e anti-sociais ampliou-se cada vez mais a exclusão em nosso país.

Aqui o que se tem construído é o consumidor mais-que-perfeito e o cidadão imperfeito. Nesse sentido, SANTOS (1987, 41) nos lembra que:

Onde o indivíduo é também cidadão, pode desafiar os mandamentos do mercado, tornando-se um consumidor imperfeito, porque insubmisso a certas regras impostas de fora dele mesmo. Onde não há o cidadão, há o consumidor mais-que-perfeito. É o nosso caso.

Com base nesses pressupostos, observamos que, para analisar as políticas públicas no Brasil temos também que entender nossas origens coronelistas, as quais trazem seu cunho clientelista e se perpetuam até hoje. Conforme PANG (1979: 20) “O coronelismo é um exercício do poder monopolizante por um coronel, cuja legitimidade e aceitação se baseia em seu status, de senhor absoluto, e nele se fortaleceu, como elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e políticas...”.

Ainda segundo o mesmo autor, outro conceito importante para este assunto é o de oligarquias, sendo estas definidas por ele como “ um sistema de domínio político por uma ou mais pessoas, representando um clã ou grupo consangüíneo ou não mantido unido por metas econômicas comuns, interesses políticos e crenças ideológicas e religiosas...” (PANG, op. cit.07).

Em Caruaru, este cunho coronelista é encontrado, principalmente, em práticas clientelistas com posturas patrimonialistas que se utilizam dos serviços públicos, entre eles o da educação, com o objetivo de fortalecer os seus redutos eleitorais. Estas práticas influenciam, inclusive, a organização espacial de tais serviços.

Atualmente, o projeto neoliberal orienta a implementação de uma descentralização que não democratiza. No Brasil, a centralização, historicamente, sempre marcou uma presença maior. Mas, em certos momentos a descentralização tem ocorrido através de uma desconcentração. Retomando Souza Fernandes (apud BOTH, 1997: 86):

A desconcentração é uma forma limitada de distribuição de poderes quanto ao seu conteúdo e quanto à sua autonomia. Desconcentram-se poderes [no território] predominantemente executivos e mantém-se o controle hierárquico sobre os órgãos desconcentrados através do instituto de delegação de poderes.

Percebemos, então, que nos municípios foram instalados em muitos municípios conselhos de controle social de determinadas políticas, mas que os recursos e as decisões finais continuaram centralizados. Como também grande parte desses conselhos continuaram sendo manipulados pelos próprios gestores municipais. Citamos o exemplo do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) que, em muitos municípios, é composto pelos familiares do próprio prefeito.

Na política pública da educação, a discussão sobre a municipalização do ensino é defendida desde 1957 pelo professor Anísio Teixeira, o qual enfatiza que “transferir encargos para o município significa transformar o município em centro de determinadas atividades, atividades essas que estavam anteriormente a cargo dos dois outros níveis de governo” a partir da constatação de que “a administração local será mais satisfatória”. (Ompen, 1984 apud BOTH, op. cit.:77).

Ademais, afirma Bertha Becker (apud CASTILHO, 1992:18) que o “Estado a nível local é potencialmente o elemento mais democrático do Estado, embora tenha se tornado o elemento menos poderoso devido à dependência financeira e ao endividamento crescente em relação ao Estado Central”.

Recentemente, a municipalização da educação defendida por BOTH, (op. cit.: 78) pode ser entendida como: “transferência de competências administrativas e da responsabilidade pela administração e pelo desenvolvimento dos ensinos pré-escolar e fundamental dos estados aos

municípios, de forma gradual, progressiva e diferenciada, acompanhada dos necessários apoios e recursos por parte da União e dos próprios estados”.

No entanto, em todo o Brasil, a municipalização não vem ocorrendo de forma gradual, mas de forma acelerada. Muitas prefeituras, buscando ampliar o número de estudantes matriculados para garantir mais recursos do FUNDEF, têm transformado em escolas espaços como pequenas casas, garagens ou outros prédios sem a estrutura física adequada para o bom funcionamento de uma escola, o que também reflete na baixa qualidade da educação.

Além disso, o Estado deixou de atender a Educação Infantil, pois o FUNDEF não contempla este segmento e os municípios não têm condições de absorvê-lo. Também o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos não possuem recursos vinculados, sendo substituídos por cursos supletivos para que os estudantes possam sair mais rapidamente das escolas públicas ou serem absorvidos pela rede privada.

A municipalização é apregoada como garantia de equidade e conquista da cidadania mas, a cidadania ainda continua muito distante da realidade estudada. Conforme Tereza Haguete (apud SANTOS, 1987:09), a cidadania evolui:

Com a aquisição do status de cidadão, membro de uma sociedade civil reconhecida como tal, isto é, a conquista de direitos políticos individuais, prossegue com o reconhecimento de direitos coletivos, pertinentes aos grupos que constituem a coletividade nacional e autorizados a formar associações representativas legitimadas, até que “um terceiro conjunto de direitos – os direitos sociais – garantiriam ao indivíduo um padrão de vida decente, uma proteção mínima contra a pobreza e a doença, assim como uma participação na herança social.

Esta herança social é, portanto concretizada pelo acesso ao direito de adquirir o saber sistematizado pela humanidade por meio de uma organização territorial democrática da educação, o que, no caso brasileiro, não tem sido respeitado. Por isso, dizemos que o Brasil é um país de não-cidadãos.

Outro aspecto observado é que a educação é colocada, neste século XXI, como fundamental para a modernização dos países e a conquista dos direitos sociais. No entanto, ela continua sendo, na realidade, privilégio de poucos, o que, em Caruaru, observa-se com muita evidência.

1.2– A política de educação frente aos processos de crescimento econômico e de modernização

A expressão modernização foi introduzida como termo técnico apenas na década de 1950 para apresentar um modelo de desenvolvimento social, essencialmente apoiado no desenvolvimento das forças produtivas, na formação de capital, na imposição de poderes políticos centrais e na construção de identidades nacionais. Obscurece aspectos libertários e emancipadores da modernidade, como a participação política, a educação formal e a garantia de liberdades individuais (Habermas, 1989).

Esta idéia de modernização prioriza a face econômica da modernidade, referindo-se aos dois sistemas funcionais que passaram a determinar as estruturas sociais do mundo moderno: os núcleos organizacionais da empresa capitalista e do aparelho burocrático estatal. A racionalização progressiva da sociedade moderna também está associada à instituição dos avanços científicos e técnicos.

A ação modernizadora realiza um duplo movimento: expansão para novas áreas de elementos da economia moderna via a industrialização, urbanização, novas tecnologias, hábitos de consumo, sistemas avançados de telecomunicações e transportes, novos padrões sociais e modos de vida, etc e a destruição ou subordinação das formas tradicionais locais e regionais de vida preexistentes que não resistem à concorrência com as formas modernas de produção, como a agricultura camponesa tradicional e as indústrias de baixa tecnologia.

Assim, a modernização, ao mesmo tempo em que organiza espaço, carrega um caráter seletivo e excludente, como bem o demonstram, por exemplo, os enormes contingentes de camponeses excluídos pela modernização agrícola na América Latina. Como também, este

desenvolvimento econômico tenta atrelar políticas sociais como a educação, conforme seus objetivos capitalistas.

As políticas educacionais implementadas no Brasil sempre estiveram atreladas ao processo de modernização aqui desenvolvido. A modernização à qual nos referimos será tratada como “[...] um processo pelo qual um território incorpora dados centrais do período histórico vigente que importam em transformações nos objetos, nas ações, enfim, no modo de produção”, (SILVEIRA, 1999:22).

Destarte, a organização da economia brasileira acompanhou ciclos que interferiram na realização de projetos de desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, na sua dinâmica territorial. As crises econômicas e políticas da década de 20, por exemplo, contribuíram para a revolução de 1930.

Mas estas crises são reflexos internos das crises externas (Guerra de 1914-1918; ascensão dos movimentos operários na Europa; Revolução Socialista na Rússia; crise econômica mundial ao final da década de 20, etc.). Essa interdependência da economia mundial concorreu para fortalecer facções nacionais que defendiam a implementação de uma economia voltada para a industrialização.

Tais setores procuravam, dessa forma, incentivar o desenvolvimento nacional através da ampliação da produção industrial, transformando a face da economia brasileira, de uma economia basicamente agro-exportadora, numa economia industrial e de mercado. Buscava-se, assim, promover, segundo os parâmetros de modo capitalista de produção, uma transformação da economia brasileira, introduzindo nela os efeitos da modernização produtiva, dos avanços da tecnologia já conquistados nos centros internacionais mais avançados, etc. (RODRIGUES, 1987:29)

A revolução de 30 trouxe ao poder o setor capitalista liberal, o qual contou com o apoio de amplas camadas populares representadas pelas camadas médias e assalariadas das cidades (que vislumbravam condições de melhorias sociais) dos intelectuais, das forças armadas e do nascente empresariado industrial.

Porém passaram a haver conflitos entre a nova burguesia e a velha oligarquia rural, o que levou o Estado a proteger o setor industrial a partir da concessão de privilégios quanto à política fiscal e de crédito e, em outros momentos, favorecendo ainda o setor agrário. Isso demonstra o Estado enquanto ator político atrelado aos interesses das classes dominantes.

O projeto de desenvolvimento do capitalismo industrial foi consolidado, pois que, em 1956, a renda do setor industrial passa a superar a renda do setor agrário na economia brasileira. E o Estado, que está a serviço do capital monopolista, mas que precisa administrar os conflitos sociais, organizou uma série de mudanças para o proletariado, modificando as leis trabalhistas e no campo da previdência.

Ao final da década de 50 e início dos anos 60, emergem as forças populares participantes do processo da expansão de produção industrial, questionando a acumulação do capital através da mais-valia. O questionamento do projeto capitalista faz com que o Estado, que está na condução deste projeto de desenvolvimento, reformule, inclusive, as práticas populistas, pois a crise que se instala a partir da aquisição da consciência de classe pelos trabalhadores ameaça o pacto capitalista e obriga a classe dominante, em consonância com outros atores internacionais, a reorientar o seu poder político.

A ditadura, após a eclosão da crise, é a possibilidade de reconduzir o Estado e suas instituições com o objetivo de garantir a acumulação e expansão do capital. A partir de então, uma nova fase da economia se delineava, com mudanças políticas que reforçavam a manutenção do *status quo*.

Desse modo, insere-se no contexto do papel do Estado a segurança das instituições e portanto, a paz social, o controle de movimentos contestatórios, o controle da organização de associações de classe ou de setores de classe com forte poder reivindicador, etc. Essa segurança se diversifica tanto na montagem de um forte esquema repressivo quanto igualmente – e talvez de forma mais efetiva (pelo menos após 1968) – na expansão de serviços sob a responsabilidade do Estado que mantenham o nível de expectativa das camadas trabalhadoras suficientemente sob controle. Tais iniciativas recairão no campo das políticas públicas, abarcando desde a política salarial até a social, educacional, sanitária, previdenciária, habitacional, etc. (RODRIGUES, 1987:34).

Percebemos que, entre 1930 e 1955, o capital nacional foi dirigido para o setor industrial. Após 1955, há um favorecimento do capital multinacional, mas com reflexos positivos no capital nacional, já que este participa dos setores secundários da economia completando o multinacional e, a partir de 64, o capital multinacional, atrelado ao estatal, dá novos rumos à economia brasileira. A industrialização era percebida como a principal via para a modernização do país.

A modernização produtiva passa a ser financiada pelo capital estrangeiro e o desenvolvimento da produção industrial passa a atuar em função do mercado externo e não mais do mercado interno. A importação de tecnologias avançadas dos países centrais capitalistas amplia o nível de dependência, inclusive com o aumento da dívida externa.

Por outro lado, é necessário criar uma mentalidade nacional comprometida com a modernização. E para a criação desta mentalidade e da própria formação de recursos humanos, a escola deve desempenhar um papel importante. Sendo assim, a idéia de uma escola comprometida com a criação de uma nova sociedade vai sendo incorporada à prática educacional no Brasil.

Tal fato se pode detectar, inclusive, nas propostas mais avançadas em relação à reforma da escola no Brasil, a partir de 1930. Sucessivamente, a luta pela Escola Nova, a escola industrial e profissionalizante (SENAI, SESI, em 1942), a reforma Capanema (1942), a Lei de Diretrizes e Bases (1961) e a reforma do Ensino Superior (1968) e de 1º e 2º graus (1971), até a institucionalização do MOBRAL (1967), têm procurado realizar o ajustamento da escola para o cumprimento das funções caracterizadas como necessidades do modelo de desenvolvimento implementado (op. cit.: 48).

Com efeito, em Caruaru, a Escola SENAC foi fundada em 1952 com cursos gratuitos de Datilografia e Correspondência Comercial. E em 1956 é instalada e inaugurada, no bairro do Vassoural, a Escola Artesanal Dom Miguel de Lima Valverde, com cursos de marcenaria, mecânica, serralharia, alfaiataria, pintura, bordado e outros. Em 1963, esta escola transforma-se em Ginásio Industrial de Caruaru, oferecendo, além da “cultura técnica”, também a “cultura

geral”, com o antigo Curso Ginásial, em horário integral, demonstrando que o referido município estava engatado com as mudanças implementadas no país.

Mas a necessidade da escola para a criação da sociedade moderna capitalista passa a ser uma exigência da própria população, porque o capitalismo industrial engendra a necessidade cada vez maior, da aquisição de conhecimento, seja pela necessidade da produção ou pela necessidade do consumo que esta produção acarreta. Onde se desenvolvem as relações capitalistas nasce a necessidade da leitura e da escrita como pré-requisito para uma melhor condição ao enfrentamento da concorrência no mercado de trabalho.

É neste contexto que o capitalismo industrial no Brasil cria também condições para que se modifique o horizonte cultural e as aspirações de parte da população brasileira, principalmente nas áreas atingidas pela industrialização. Dessa forma, cresce a demanda social por educação e passa a haver uma pressão cada vez mais forte pela expansão do ensino.

Mas da mesma forma que a expansão capitalista não ocorreu de forma mais ou menos homogênea em todo o território nacional, a expansão da demanda escolar também só se desenvolveu nos locais onde se intensificaram as relações de produção capitalista. Assim, o sistema educacional brasileiro foi atingindo o território nacional de forma desigual, havendo uma defasagem histórica e geográfica que perdura até os dias atuais.

Evidenciamos então que, entre as décadas de 40 e 50, a educação já era colocada como fator de desenvolvimento econômico e social e fazia parte do planejamento urbano-industrial, mas é a partir da década de 60 que isto fica mais comprovado.

Essa busca de integração da educação no projeto de desenvolvimento começa a tomar forma já nos projetos delineados no início da década de 60, a partir das Conferências de Punta Del Este (1961), da Conferência de Santiago do Chile (1961), das reuniões interamericanas de ministros e educação em Lima e Bogotá (1962 e 1963), e foi assumida plenamente quando da constituição do novo Estado brasileiro após 64 (op. cit.: 116).

É a partir da Conferência de Punta Del Este que se elabora o Plano Decenal de Educação que norteará a elaboração da LDB, como também as reformas de 68 e 71, acompanhando todo o projeto educacional do regime militar. Segundo Felix Rosar:

A estratégia de abrir as economias à expansão e integração do capital produtivo internacional foi implementada nos países da América Latina, a partir da década de 60, mediante a execução de programas econômicos diversificados de corte monetarista para a estabilização econômica. Esses programas elaborados conforme diretrizes do Banco Mundial constituíram os fundamentos de sua gestão governamental. A viabilidade dos programas de estabilização baseou-se na militarização das sociedades, na disponibilidade de capital externo e na marginalização da sociedade civil.

A outra face da política neoliberal de globalização dos mercados e padronização de processos em todos os países da América Latina têm sido a descentralização como desestruturação de setores econômicos e de serviços de caráter estatal. Nos setores das políticas sociais, desde a década de 60, foram sendo implementadas essas medidas de descentralização. No setor da educação, por exemplo, a partir desta década, foram sendo incrementados projetos com esse objetivo na América Latina e no Caribe, fomentados pela ONU, UNESCO, Banco Mundial e Usaid cujos enfoques, apesar de apresentarem algumas diferenças, contêm um substrato comum no sentido de se alterarem as relações entre o Estado e os cidadãos.(FELIX ROSAR, 1995:)

Difundiu-se então, um modelo de educação que, além de continuar o processo dual já existente, mantinha também a ordem no processo de ditadura. Com o segundo grau, oferecendo também a possibilidade de acesso a instrumentos profissionalizantes, principalmente nas escolas públicas, foram instaladas salas para aulas práticas.

Em Caruaru, na década de 60, duas escolas foram construídas a partir destes convênios: a Escola Adélia Leal Ferreira e a Escola Arnaldo Assunção. A placa da fundação da Escola Adélia Leal (abaixo) mostra o projeto da “Aliança para o Progresso” e a citação da realização do convênio entre o Brasil e os Estados Unidos da América.

Este processo, intensificado na América Latina a partir da década de 60, é apenas um dos movimentos em que o Brasil se insere para se adaptar às novas regras do jogo mundial, trazendo mais dinamismo aos setores ditos competitivos, mas ameaçando segmentos tradicionais da nossa economia.

FIGURA I – Placa de fundação da Escola Adélia Leal Pereira



Foto: Sonia Lira – maio de 2002.

Nesse contexto, passa a existir uma centralização econômica externa, porém com a defesa da democracia de mercado. Mesmo sendo contraditórias, centralização e democracia convivem muito bem na era de globalização.

Verificamos também que a partir dos anos 80, outras modificações externas na conjuntura internacional, como também na nacional, trouxeram mudanças na forma como o governo brasileiro passa a encaminhar as políticas sociais. Conforme DINIZ (1997:175), os “... choques externos como as crises do petróleo, o colapso do sistema financeiro internacional, os efeitos associados à terceira revolução industrial e a globalização” foram causas que trouxeram políticas de estabilização e ajustes no âmbito mundial.

No contexto nacional, o agravamento do processo inflacionário e a exigência de redemocratização do país foram aspectos que contribuíram para a reestruturação do papel do Estado na sociedade. Diante de uma racionalidade externa imposta e uma lógica interna exigida pelas crescentes demandas sociais, o governo brasileiro novamente oscila entre centralizações e descentralizações.

Faz ajustes econômicos e descentraliza políticas sociais, mas estas nem sempre são democráticas, pois, desejando ter mais controle político e social, fragmenta e segmenta as

políticas públicas, já que comanda os recursos a partir do centro. Além disso, cria novas normas, modificando a legislação nacional, para se adequar àquela conjuntura de globalização, reforçada pelo projeto neoliberal. Segundo SANTOS (1999:182):

As próprias exigências do intercâmbio internacional, fazem nascer uma lex mercatoria fundada sobre as leis do mercado e seu acompanhamento jurídico [...] e onde ao lado dos direitos nacionais e do direito internacional público, os operadores privados – mais ou menos de acordo com o Estado – organizam o seu sistema de normas e progressivamente as impõem.

Portanto, no público e no privado um sistema de normas surge para garantir que uma nova ordem se instale, conforme os ditames dos atores hegemônicos. Reformas na legislação trabalhista, da previdência etc. ocorrem sempre sob orientação do Banco Mundial e do FMI.

O campo educacional não fica imune às novas mudanças, até porque “[...] sempre que o Brasil passou por um período de crise (orgânica), a educação foi colocada como um instrumento essencial à sua superação ora no sentido de manter, ora no de mudar a ordem vigente” (CASTILHO,1992 :21).

Destarte, tanto durante o regime militar, como nos anos 90, a educação é chamada a reproduzir os interesses das classes dominantes, pois a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, outro Plano Decenal de Educação é construído o de 1993-2003. E mesmo havendo representantes da sociedade civil, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação/CNTE no Conselho Nacional de Educação/CNE, órgão que elaborou esse plano, as propostas neoliberais foram preservadas, já que a maioria dos seus membros eram representantes do governo e, por conseguinte, defendiam os interesses dos órgãos internacionais.

Além desse plano, houve a aprovação, em 1996, da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB, bem como da Emenda nº 14, que modificava a Constituição Federal em aspectos educacionais. Também foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental/FUNDEF.

Foi principalmente a partir da Emenda Constitucional 14/96 que se encaminhou o regime de colaboração entre estados e municípios. Segundo esta lei, “Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório (Art. 211, § 4º). Agora são os Estados que passam majoritariamente a assumir os encargos financeiros com o financiamento e desenvolvimento do Ensino Fundamental, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério/FUNDEF.

Esta legislação que demonstra, em grande parte, os anseios dos atores hegemônicos, também reflete as lutas dos movimentos sociais, principalmente na década de 80, por uma educação pública de qualidade. Por isso, embora com desvios, houve conquistas, principalmente no campo do financiamento. O que se questiona é que novamente a União não se responsabiliza pelos encargos, sobrecarregando os estados e que este processo trouxe desconcentração e não democratização do poder.

O processo de municipalização do ensino trouxe também uma ampliação maior de escolas, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste. No entanto, dados atuais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação/CNTE mostram que a qualidade do Ensino Fundamental não tem melhorado.

Outro aspecto a ser enfatizado é a descentralização das políticas sociais implantadas, principalmente a partir da década de 60 e fortalecida na de 90, a qual, no serviço público de educação, foi influenciada por orientações a partir da cultura norte-americana.

Com efeito, nos EUA, a escola elementar é geralmente da responsabilidade do condado (county) e da cidade (city) que para ela destinam as receitas de impostos sobre a propriedade imobiliária. O condado e a cidade têm seus boards of education (“conselhos de educação”) com a atribuição de contratar e demitir os diretores de escola, determinar currículos e normas pedagógicas. Este sistema assim descentralizado era apresentado pelos seus defensores como tendo grandes vantagens: a descentralização, que dispensava uma cara e muitas vezes incompetente burocracia; a flexibilidade, que permitia mudanças nos currículos escolares quando e onde elas se mostravam necessárias; a democratização

da gestão, pois os administradores educacionais pertenciam todos à mesma “comunidade”. (CUNHA, 1991: 409)

Porém, é importante ressaltar que esta administração descentralizada dos EUA é reforçada por uma cultura que dava muito valor à iniciativa individual e às associações que defendiam os interesses de seus membros, base da ideologia do liberalismo.

No caso brasileiro, houve uma diferença muito grande com relação à realidade norte-americana. Com uma cultura de origem escravocrata e centralizadora, em que a própria formação do território ocorreu a partir da divisão em sesmarias, doadas aos protegidos do rei, e também as iniciativas individuais, que dependiam de aprovação das instâncias superiores. Ademais, aqui o monopólio educacional foi mantido por muitos anos pelas ordens e congregações religiosas, conforme o consentimento do Estado.

Conforme CARLOS (1994: 91) “A ‘organização do território’ para a produção capitalista envolveria, por um lado, a configuração física específica (transformada), e por outro, as relações políticas que se estabelecem entre as diversas classes”, processo articulado às contradições do mundial com o local no contexto histórico.

Sendo assim, a descentralização da educação no Brasil também ocorreu de forma autoritária e mesclada com as práticas clientelistas locais, engendrando assim uma organização territorial das escolas públicas, o que não contribuiu para a construção do espaço do cidadão.

1.3– Os impasses entre a centralização e a municipalização da educação

A evolução da história da educação brasileira tem influência do modelo urbano-industrial implantado no país, porque enquanto perdurou o modelo agrícola exportador, a escola não foi chamada a exercer nenhum papel na formação de recursos humanos, permanecendo a servir à aristocracia ou para a preparação das carreiras liberais. Só a partir do processo de industrialização aqui instalado é que se recorreu à educação como promotora de grandes mudanças, desencadeando uma nova estruturação do sistema educacional e mostrando a influência do aspecto econômico quanto ao ensino.

No início do Século XIX, algumas escolas primárias e médias estavam em mãos de eclesiásticos e existiam também os seminários episcopais como o Seminário de Olinda. Em Caruaru não foi diferente, visto que o setor religioso, importante ator no seu processo de formação territorial, ocupou-se também do ensino. Podemos citar o Colégio Sagrado Coração, um dos mais tradicionais da cidade que, durante muito tempo, foi subvencionado pelo poder público municipal.

Paralelamente, o poder central, em 1820, inaugura as primeiras faculdades de Direito - uma em São Paulo e outra em Recife – que passaram a exercer a função de preparar quadros qualificados, principalmente para os cargos administrativos e políticos. Segundo Romanelli (1978:39):

O Ato Adicional de 1834 “conferiu às Províncias o direito de legislar sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, excluindo, porém, de sua competência as Faculdades de Medicina e Direito e as Academias então existentes e outros quaisquer estabelecimentos que, no futuro, fossem criados por lei geral”. Isso suscitou uma dualidade de sistemas, com superposição de poderes (provincial e central) relativamente ao ensino primário e secundário. O poder central se reservou, e a ela se limitou, o direito de promover e regulamentar a educação no Município Neutro e a educação de nível

superior, em todo o Império, enquanto delegou às Províncias a incumbência de regulamentar e promover a educação primária e média em suas próprias jurisdições.

Este fato contribuiu para a criação dos liceus provinciais nas capitais. No entanto, a falta de recursos financeiros impossibilitou as províncias de criarem uma rede organizada de escolas, tendo como resultado o abandono do ensino primário, com pouquíssimas escolas, e o secundário ficando nas mãos da iniciativa privada.

As responsabilidades foram divididas, mas as condições para efetivá-las não foram dadas. Como consequência a rede privada ocupou o espaço que o poder público deixou de assumir.

Com a primeira Constituição da República (1891), ampliou-se para a União a competência do ensino secundário acadêmico nos Estados e Distrito Federal, transferindo-se para os Estados o Ensino Primário e o Ensino Profissional que, na época, compreendia as escolas normais para moças, e técnicas para rapazes. Este sistema dual de ensino demonstrava claramente a divisão entre a educação da elite dirigente (escolas secundárias acadêmicas e ensino superior) e a educação do povo (escola primária e escola profissional).

Como consequência, Estados que comandavam a política e o poder econômico como São Paulo, puderam ampliar o aparelho educacional; já outros, mais pobres, continuaram sem encaminhar as questões educacionais, redundando numa falta de unidade e continuidade pedagógica em todo país.

A partir de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, um processo inverso de centralização passou a ocorrer. Conforme RODRIGUES (1987:68):

O governo, ao que parece, convencera-se de que a centralização anterior fora responsável pela estagnação e desacertos do sistema. A justificativa do ante-projeto do decreto-lei de organização do ensino primário, de 1939, é bastante expressiva: “A descentralização, decorrente do Ato Adicional de 1834, nenhum benefício de monta apresentou. Uma experiência de mais de cem anos, e sob dois regimes políticos diversos, deve ser tida como decisiva a esse respeito. Ao contrário, algumas leis tendentes simplesmente a regular as obrigações dos Estados e Municípios, desde 1931, provocaram o desenvolvimento das redes escolares estaduais... (D. ° 20-12-39, pág. 28.865.)

O período ditatorial de Vargas trouxe, portanto, a centralização do poder, garantindo o mínimo de uniformidade ao sistema educacional brasileiro, adequando os sistemas de ensino às exigências do desenvolvimento.

Após o fim do Estado Novo (1945), as idéias de descentralização voltaram ao debate nacional, sobretudo nos anos 50, quando os diversos projetos da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional eram fomentados pelo país. Mas foi a partir do golpe de Estado de 1964 que este processo tomou mais força. Buscava-se, então, nos EUA, o modelo para o projeto educacional brasileiro, a municipalização para o ensino de 1º grau.

A Lei 5.692/71 determinou a “progressiva passagem para a responsabilidade municipal de encargos e serviços de educação, especialmente de 1º grau que, pela sua natureza, possam ser mais satisfatoriamente realizados pelas administrações locais”. No entanto, a falta de recursos e a própria centralização do período militar contribuíram para que a municipalização não ocorresse como se esperava.

Verificando a questão dos recursos, é importante analisarmos os percentuais de impostos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, conforme quadro abaixo. Assim, teremos uma idéia do esforço nacional relativo à educação, principalmente no período da ditadura militar.

QUADRO I - UNIÃO. Comparação entre dispêndios em educação e cultura (MEC), como porcentagem da receita de impostos e percentual vinculado à manutenção e desenvolvimento do ensino pela legislação e Constituição Federal.
1960/92

Anos	Percentual despendido	Percentual vinculado
1960	9,9	10
1961	10,1	10
1962	11,6	12
1963	9,2	12
1964	9,4	12
1965	13,1	12
1966	9,6	12
1967	11,8	-
1968	8,3	-
1969	8,0	-
1970	7,3	-
1971	6,3	-
1972	6,4	-
1973	5,5	-
1974	5,2	-
1975	6,0	-
1976	7,0	-
1977	7,6	-
1978	8,4	-
1979	8,6	-
1980	8,1	-
1981	9,6	-
1982	10,8	-
1983	9,1	-
1984	8,8	13
1985	10,4	13
1986	13,7	13
1987	17,4	13
1988	18,9(28,3)	18
1989	21,6(35,2)	18
1990	17,3(26,4)	18
1991	17,6(28,1)	18
1992	15,0(24,4)	18

Fonte: Costa, O Brasil e seu Futuro: um estudo das fragilidades nacionais, 1997:44.

Observamos, então, que entre 1967 e 1983, os percentuais destinados pela União à educação pública foram os mais baixos de todo o período. Isto ocorreu porque em 1967 a Constituição desvinculou os percentuais dos impostos destinados à educação, só voltando à vinculação em 1983, por meio da Emenda Calmon, atravessando, portanto, todo o período da ditadura militar. Entretanto, a Emenda Constitucional nº 1 da Constituição de 1967 vinculou, em 1969, 20% da receita tributária dos municípios para a educação, demonstrando o repasse de responsabilidades para os municípios e a desresponsabilização da União. Mas na prática, a esfera municipal, sem recursos, não encaminhou a municipalização.

A partir da Constituição de 1988, com a descentralização tributária, volta a defesa da municipalização dos serviços de saúde e do ensino de 1º grau. Conforme CUNHA (1991: 411):

A argumentação era a seguinte: o município não pôde cumprir com as determinações legais de ampliar sua participação na oferta de escola, por causa da concentração tributária em favor do governo federal. Agora que se conseguiu a desconcentração tributária, deve-se caminhar não só para ampliar a participação municipal no ensino de 1º grau, mas alcançar a completa municipalização de todo este grau de ensino, inclusive pela transferência das escolas das redes estaduais para as prefeituras.

Com efeito, em Pernambuco, na década de 90, houve repasses de escolas e graus de ensino entre as esferas estaduais e municipais. Nos anos seguintes, este processo se aprofundou e, paulatinamente, as turmas de 1ª a 4ª séries das escolas estaduais foram sendo diminuídas, como também deixou de se atender, nesta rede, a Educação Infantil, antigo pré-escolar. Em contrapartida, o município repassou o Ensino Médio para o Estado.

O Estado, comprometido com os interesses neoliberais, a partir da Emenda Nº 14/96, modifica “a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade” para “progressiva universalização do ensino médio gratuito”, eximindo-se da responsabilidade de garantir o Ensino Médio para todos, já que não é obrigatório.

O próprio valor do FUNDEF também passa a ser questionado, inclusive pelo ex-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação/CONSED, já que este deveria elevar, gradativamente, seu valor mínimo per capita, pois, se caso contrário “for utilizada com o objetivo de reduzir o valor da complementação devida pela União, haverá inevitável desvirtuamento das novas regras de financiamento do ensino fundamental”. Wahrhaftig (apud COSTA, 1999:206). No anexo 2, mostramos a análise do partido dos Trabalhadores em relação aos Estados quanto a esta complementação da União a qual não vem ocorrendo e que, no orçamento para 2001, os valores não estão sendo respeitados conforme a própria lei.

O CONSED também vem exigindo do governo federal outras alternativas para o financiamento do Ensino Médio. O Ex-presidente do CONSED, Ramiro Wahrhaftig ressaltou que “O que se espera é que o governo federal se comprometa com parcela significativa desses encargos, pois os governos estaduais já estão por demais sufocados pelas despesas decorrentes da implantação do FUNDEF” (ibidem, 1999:209) e como este nível de Ensino ficou a cargo dos Estados, estes não estão tendo condição de ampliá-lo. Embora os estados mais ricos possam garanti-lo, sua qualidade pode ser prejudicada.

Com efeito, em Pernambuco foram feitos convênios entre o governo estadual, o Ministério da Educação e Cultura/MEC e o Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID para a criação da Escola do Jovem, já que a Escola da Criança ficaria sob a responsabilidade do município. Os recursos deste convênio foram destinados somente para a melhoria da estrutura física das escolas, ficando o restante da manutenção sob a responsabilidade exclusiva do Estado.

Todas as 32 escolas reformadas por meio do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio/PROMED, no estado de Pernambuco, tiveram a fachada com a mesma padronização. Em Caruaru, duas escolas transformaram-se em Escola do Jovem: o Colégio Estadual e a Escola Mário Sete². No anexo 3, mostramos reportagem da imprensa estadual retratando tal programa e, abaixo, fotos das escolas Mário Sete e Estadual.

² Localizadas no Centro da cidade e Bairro do Vassoural, respectivamente.

FIGURA II – Escola Professor Mário Sette: Projeto Escola Jovem



Foto: Marcos Andrade – Dezembro de 2000.

FIGURA III – Colégio Estadual de Caruaru: Projeto Escola Jovem



Foto: Sonia Lira – Maio de 2002.

Em 2001, também são implantados programas paliativos no Ensino Médio, tais como: Rumo ao Futuro, Rumo à Universidade e Programa Avançar. Este último com telessalas, mediante convênio com a Fundação Roberto Marinho, representa uma espécie de Programa Supletivo, utilizando R\$ 35 milhões dos recursos oriundos da privatização da Companhia de Energia Elétrica de Pernambuco/CELPE.

No anexo 4 temos a reportagem do Jornal do Comércio, na qual o movimento estudantil e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco/SINTEPE criticam tal programa, porque um único professor acompanharia todas as disciplinas com um programa de televisão e isto não traria qualidade de ensino, já que os profissionais não são preparados para serem polivalentes.

É importante ressaltar que os estudantes já matriculados nas séries regulares do Ensino Médio foram remanejados para as telessalas, muitos inclusive sem a idade mínima exigida para cursar o supletivo. A Secretaria de Educação alegou estar “resolvendo” o problema da defasagem idade/série neste curso. Mas o que se resolveu, na realidade, foi acelerar o afastamento desses estudantes da escola pública, já que essa demanda estava aumentando muito e o Estado não tinha condições de assumi-la satisfatoriamente. Os problemas ocasionados com este programa foram encaminhados ao Ministério Público e ao Conselho Estadual de Educação.

Observa-se que, mesmo sendo prerrogativa da economia, passando a ser exigido pelo mercado de trabalho e pela própria população, o Ensino Médio não possui recursos vinculados ao FUNDEF e o governo federal repassa esta responsabilidade para os estados sem, no entanto, criar as condições para mantê-lo. Isso mostra o caráter contraditório do discurso oficial que proclama educação para todos, mas isenta-se de assumi-la, interrompendo a construção da cidadania ao negligenciar a formação básica completa.

Percebemos ainda que, tanto os estados quanto os municípios respectivamente assumem, sem condições, o Ensino Médio e a Educação Infantil. Aceitam, porém, fazer tais regimes de colaborações sem ampliar a discussão sobre os aspectos negativos que estes repasses de responsabilidades têm ocasionado para o serviço público da educação.

Sendo assim, o Estado de Pernambuco, em 1997, assume as turmas de Ensino Médio, inclusive aquelas anteriormente assumidas pelos municípios e, em troca, repassa escolas da zona rural e algumas da rede urbana que trabalham com o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries. Extinguem-se as turmas de Educação Infantil na rede estadual e diminuem-se, gradativamente, as de 1ª a 4ª séries.

O anexo 5 mostra as negociações, na região agreste, entre a Secretaria de Educação e os municípios. Em Caruaru, este regime de colaboração faz com que duas das 31 escolas estaduais sejam repassadas para a rede municipal: a Escola Silvestre Guimarães, que durante o turno diurno funcionava num prédio do município, e também a Escola Guiomar Lira.

Em contrapartida, as escolas Adélia Leal Ferreira, Jesuína Pereira Rego e José Carlos Florêncio, da rede estadual, implantam o curso de Estudos Gerais do Ensino Médio. Em consequência, a Escola Dom Miguel de Lima Valverde, próxima à Escola Adélia Leal, chegou a ficar com várias salas ociosas neste período, pois muitos dos seus alunos do Ensino Médio migraram para a referida escola.

O que percebemos é que esta desconcentração, feita de forma arbitrária, não tem se preocupado em atender os níveis de ensino conforme a necessidade da população. Sendo assim, fica claro que, para a melhoria da qualidade da educação pública, será necessário um trabalho conjunto nessas três esferas de governo, com a participação da sociedade.

Também não podemos negligenciar a necessidade de haver uma discussão democrática com todos os segmentos das comunidades escolares, para uma real identificação das carências de cada localidade. Pois só assim não ocorrerão mais lugares com ausência de escolas e outros com escolas ociosas; lutando também por escolas onde se veicule uma educação de qualidade.

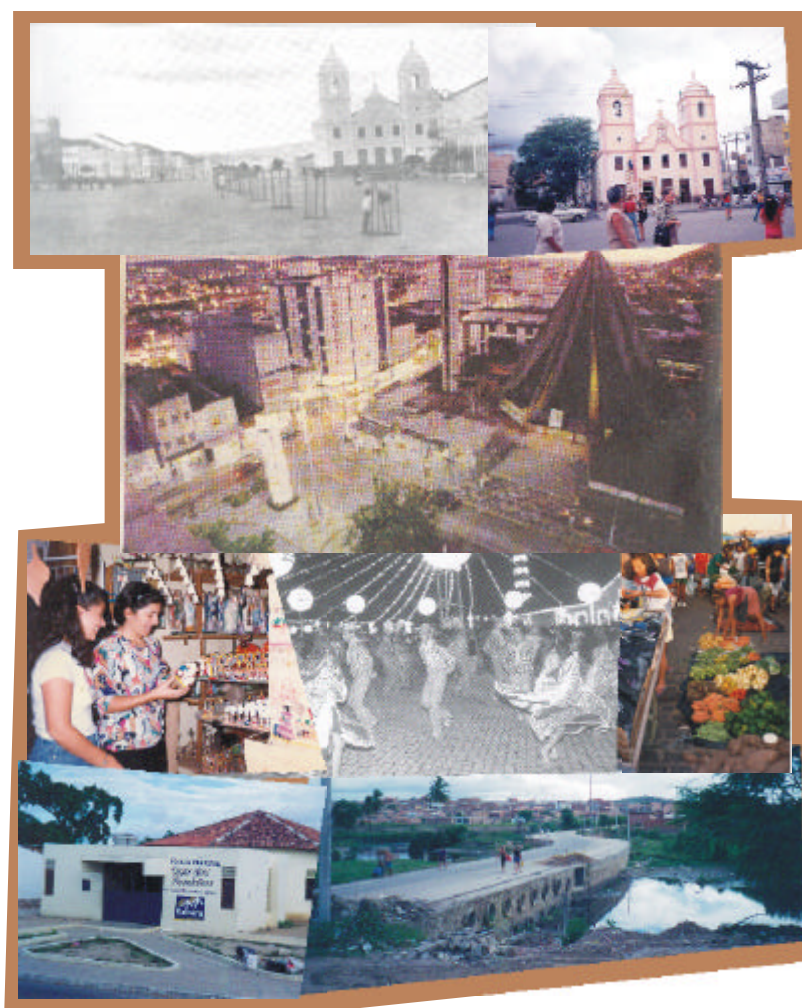
Nesse sentido, o impasse entre a centralização e a descentralização permeia toda a história da educação brasileira. E, durante os últimos anos, a municipalização tem ocorrido dentro desta ótica centralizadora, mascarada pela desconcentração e sem democratização.

No capítulo a seguir veremos, de forma mais minuciosa, como ocorreu esta organização territorial das escolas públicas em Caruaru.

CAPÍTULO II

A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM CARUARU

- 2.1 – A formação histórico-territorial do município: o contexto espacial da construção de escolas públicas
- 2.2 – A distribuição territorial das escolas públicas em Caruaru
- 2.3 – Um sistema educacional construído no espaço caruaruense e os entraves à formação do espaço do cidadão



II - A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM CARUARU

2.1– A formação histórico-territorial do município: o contexto da construção espacial das escolas públicas

O município de Caruaru localiza-se a 136 Km da capital do Estado de Pernambuco, na zona fisiográfica do Agreste, área de transição entre a Mata úmida e o Sertão semi-árido (Mapa 1). Devido ao fato de situar-se às margens do Rio Ipojuca, desde cedo Caruaru fez parte do Roteiro das Boiadas de Pernambuco.

Conforme COSTA (apud FERREIRA, op. cit.:104) “A ocupação do solo brasileiro (...) se processou em dois planos: o rural, tendo como base o sesmarialismo, e o urbano, desdobrado em três formas de concentração, via de regra, sucessivas – a povoação, a Vila e a Cidade.

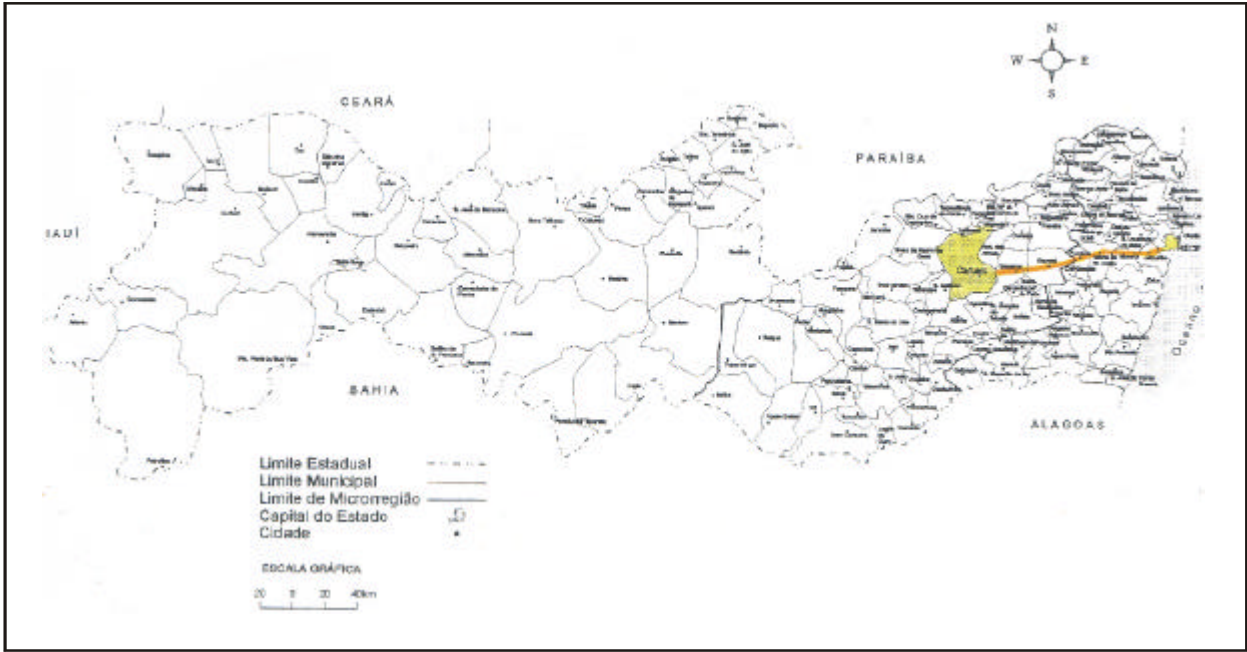
Tendo sua origem a partir de doações de terras, por meio de sesmarias³, feita à família dos Rodrigues de Sá em 02 de junho de 1681, Caruaru teve sua ocupação iniciada ainda no período colonial. O interesse desta família por aquelas terras surgiu a partir de viagem ao interior da capitania empreendida por Simão Rodrigues, Miguel Forte Velho e Eusébio de Oliveira Monteiro. Destarte, formularam petição às autoridades para explorar a região:

O cônego Simão Rodrigues de Sá, sem perda de tempo, antes que outros o fizessem, redige e encabeça pedido daquelas terras no centro Agreste da Capitania, usando o artifício de praxe, - ter gados e não ter terras para situá-los, querer cultivar a terra pedida, para maior lucro e rendimento da Fazenda Real etc. Petição feita, seguem-se, pela ordem suas assinaturas: cônego Simão Rodrigues de Sá, padre Antônio Rodrigues, Simão Rodrigues, alferes João Rodrigues de Sá, alferes Francisco Rodrigues de Sá, Miguel Forte Velho, Eusébio de Oliveira Monteiro, Maria Rodrigues de Sá, Eugênia Rodrigues de Sá e Cristino Rodrigues de Sá. (Barbalho apud FERREIRA, 2001:93)

³ **Sesmaria** – terreno inculto que os reis de Portugal concediam a particulares (sesmeiros) para que o cultivassem. No Brasil, além de significar campo livre e/ou mato inculto, era também uma medida agrária antiga determinada pela unidade de comprimento do sistema inglês chamada **braça** – equivalente a 2,2m – então, Portugal usava a braça combinada com a medida itinerária chamada de **légua** – que equivale a 6.000m – para determinar as dimensões de uma Sesmaria. Só que a légua de sesmaria, aqui no Brasil, era 3.000 braças. Assim sendo, uma légua de sesmaria media 6.600m. (FERREIRA, 2001:65)

MAPA 1

ESTADO DE PERNAMBUCO
SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE CARUARU



FONTE: IBGE
DESIGN GRÁFICO: CLÁUDIO MARTINS

A chegada dos Rodrigues de Sá ao Agreste ocorreu por volta de 1700; após o que fundaram sítios de culturas de subsistência e também de criação de gado. Entre estes existiam o Sítio da Posse, Juriti e o Sítio Caruru, situado à margem esquerda do Rio Ipojuca. Simão Rodrigues de Sá (sobrinho), conforme FERREIRA (2001), teria sido um dos dez co-sesmeiros que, em 1725, teria fundado a Fazenda Caruru.

No século XVIII, a fazenda passou a ser administrada por Simão Rodrigues Duro, e já possuía, em frente de sua sede, um dos caminhos do gado que vinha do sertão. Em consequência, considerável quantidade de pessoas começa a tramitar pelo local, contribuindo para o seu desenvolvimento inicial.

No entanto, foi a partir da construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição, em 1792, já sob a administração de José Rodrigues de Jesus, que ocorreu um aumento espantoso da população, contribuindo, assim para o surgimento da sua feira livre, já que a partir do agrupamento de pessoas de todas as redondezas para as atividades religiosas, muitos se aproveitavam para um mascate habitual naquela época, dando origem ao que seria, posteriormente, uma das mais pitorescas feiras da região.

FERREIRA (ibidem), citando Dias, relata “A Fazenda Caruru, no princípio do século XIX, já era um povoado próspero com uns mil habitantes, possuindo, desde 1795, sua feira de gado e produtos da roça, origem da grande feira de Caruaru”. Os produtos da roça possuíam origem tanto na atividade agrícola local como nas áreas de brejos próximos e na própria caatinga, demonstrando, já no início, haver uma área de abrangência que se estendia além dos limites locais. Também o gado vinha de regiões mais distantes, como o sertão.

Entre os fatores que contribuíram para o processo de urbanização de Caruaru, podemos identificar “[...] a localização geográfica da Fazenda com seus currais próximos a ribeira do Ipojuca; o caminho das boiadas e a fazenda como posto de apoio e pernoite; e como elemento mais forte, a construção de uma Capela”. (FERREIRA, op. cit.: 105)

Mediante a procura do local tanto pelas práticas religiosas como pelas comerciais, Caruaru vai tendo um crescimento que a destaca dos outros municípios da região, inclusive superando os

municípios aos quais ele esteve ligado administrativamente antes de se emancipar politicamente, (inicialmente, esteve ligado à Freguesia de Santo Antônio da Vitória, depois a Bezerros e Bonito e, por último, a de São Caetano, tornando-se vila em 1848 e sede desta freguesia, recebendo o título de cidade em 1857).

Embora Caruaru tenha se tornado cidade desde 1857, só se transformou em município em 1893, tendo os seguintes limites: ao norte: Toritama, Vertentes, Frei Miguelinho e Taquaritinga do Norte; ao sul: Altinho e Agrestina; ao leste: Bezerros e Riacho das Almas e a oeste: Brejo da Madre de Deus e São Caetano (Mapa 2).

Ademais, destaca-se no Agreste Pernambucano e torna-se cidade pólo, transformando-se numa das cidades mais importantes do interior do Estado.

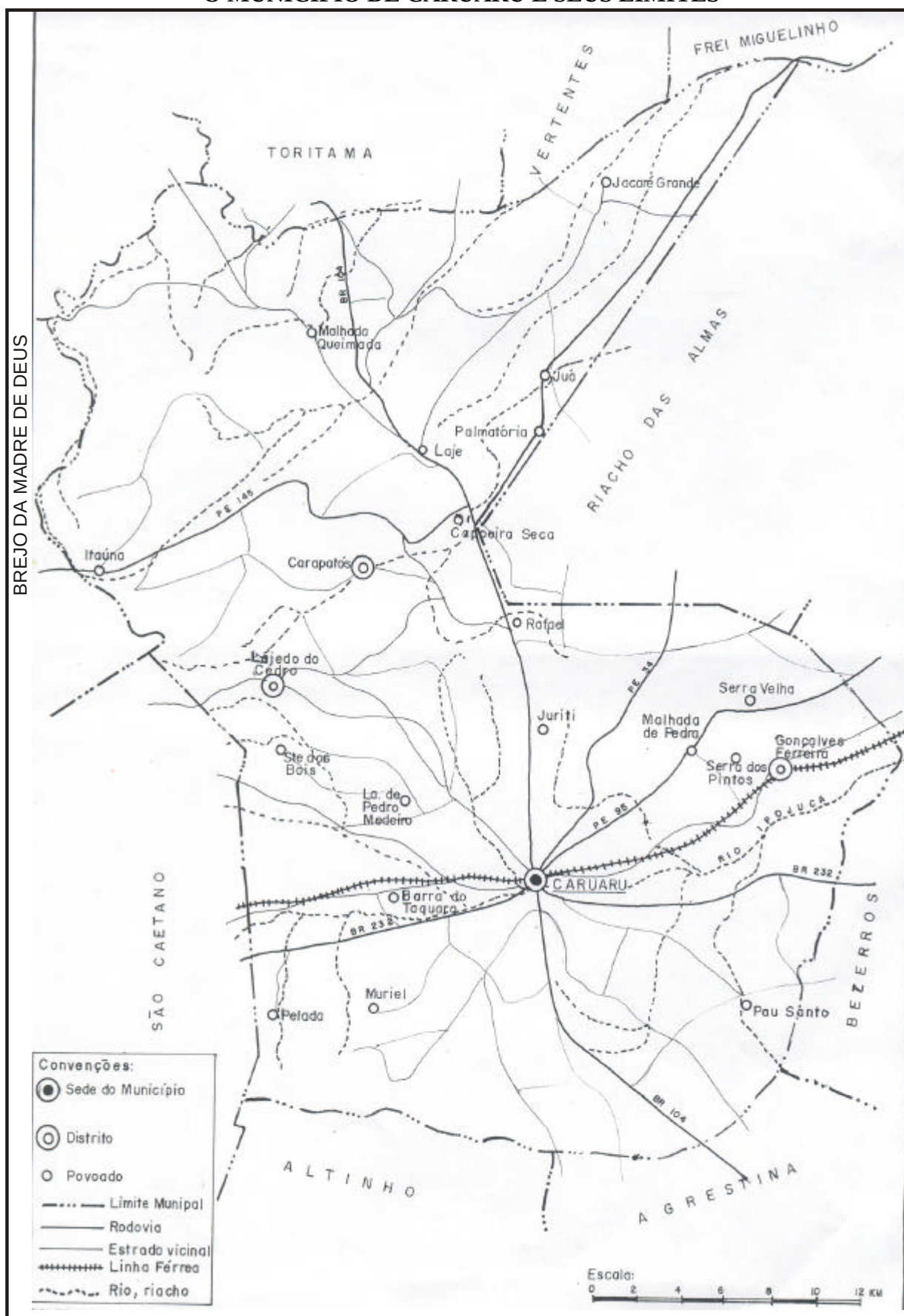
Porém, como em todo processo de formação histórico territorial, percebemos que, também em Caruaru, toda a sua trajetória de crescimento e ocupação do solo não ocorreu sem conflitos já que havia lutas pelo poder local. No início do século XIX, com a construção de uma nova capela, surgida através de problemas dentro da comunidade católica, observa-se um processo de disputa política já existente entre dois grupos bem definidos no povoado.

de um lado, uma ala conservadora e escravista, formada basicamente pelos descendentes dos primeiros fazendeiros da região, chamando para si os privilégios e os direitos de decidir os destinos sócio-políticos do lugar; na outra ala, encontra-se um pequeno grupo de comerciantes, profissionais liberais, mas com melhor preparo intelectual, embora também escravistas, não se conformando com o fato de ter menor espaço de influência política e se sentirem desprestigiados perante a comunidade e por isso, se colocando perante a comunidade de forma mais progressista em diversas questões na vida do povoado.(FERREIRA, 2001: 111-112)

É a partir da dissidência entre estes grupos no interior da Comunidade Católica que surge a Irmandade de Nossa Senhora das Dores, construindo uma capela que se transformaria na matriz da cidade. Isto demonstra o poder político deste grupo, pois, até pela importância histórica, deduzir-se-ia que a matriz seria a primeira capela e a padroeira, Nossa Senhora da Conceição.

MAPA 2

O MUNICÍPIO DE CARUARU E SEUS LIMITES



FONTE: IBGE apud FERREIRA, 2001.

DESENHO: Antonio Albuquerque da Costa. Campina Grande – PB, Novembro/2002.

O primeiro presidente da Irmandade de Nossa Senhora das Dores foi o professor Sr. João Izidoro Gonçalves da Cruz, responsável pela edificação da capela que teve sua fundação em 16 de agosto de 1848, mesma data da elevação do povoado à vila. Este mesmo senhor tomou posse como vereador suplente na Câmara Municipal de Caruaru em 1850 (FERREIRA, 2001).

As vilas, do ponto de vista político-jurídico-administrativo, representavam o poder local a partir das Câmaras Municipais. Daí comprovar-se que os conflitos, que possuíam aparentemente um caráter apenas religioso, trazem à tona as lutas pelo poder local, interferindo também na nova configuração espacial, através da construção da nova capela. Outro aspecto é o fato de dois grupos políticos bem definidos passarem a concorrer, nesta disputa, pelo poder a partir de então e, até os tempos atuais, em Caruaru, o bipartidarismo é uma constante.

Tais grupos também contribuem para o desenvolvimento econômico do município. Mas é, principalmente, graças a sua posição geográfica que Caruaru se projeta. Esta posição facilita a distribuição da produção agrícola, contribuindo para a prática do intercâmbio comercial desde as suas origens. Porém é também a partir das demandas externas que esta microrregião se deslancha. A produção do algodão, do sisal, do couro e do café estava intimamente ligada à lógica do mercado mundial daquele momento histórico (FERREIRA, 2001).

É nessa conjuntura que, em 1895, esboça-se a construção da estrada de ferro ligando o interior à capital. Com isso, Caruaru passa a diversificar ainda mais os produtos exportados, já que além dos já citados, o feijão, o queijo e outros produtos passam também a incorporar esta dinâmica comercial.

Com efeito, CARDOSO (1965:58) defende que foi a localização de Caruaru como ponto privilegiado para a circulação o que esboçou a sua centralidade:

Caruaru assim localizada em típica zona de transição mantém ligação fácil com as duas zonas antagônicas, mas complementares do estado e de todo Nordeste Oriental: o litoral e o sertão. Servida pela Rede Ferroviária do Nordeste e pela Rodovia Central de Pernambuco, ambas partindo da capital estadual e seguindo o mesmo trajeto até Arcoverde, Caruaru, continua, ou melhor interioriza a influência de Recife rumo ao sertão. Ela reforça a atuação da capital, não só através dessas estradas que se prevalecem do vale

do Ipojuca, mas ainda através de outras que nelas se entroncam, vindas das mais diversas direções. (CARDOSO, 1965:58)

Atualmente, a rede ferroviária foi desativada e a antiga BR-25 (atual BR-232) está sendo duplicada, exatamente no trecho que liga a capital a São Caetano, município vizinho a Caruaru. Percebe-se então que Caruaru encontra-se dentro dessa lógica da organização territorial brasileira em função da ótica do mercado externo, e a técnica passa a favorecer a dinâmica de um país agrário, porém que dá seus primeiros passos para se industrializar.

Uma quantidade considerável de empresas passa a se instalar em Caruaru, tanto industriais como comerciais. Algumas, dependentes do mercado externo, sobreviveram em sua maioria apenas por períodos determinados, pois, como a economia era instável e a demanda se modificava, elas acompanhavam seus ciclos. Podemos citar entre estas a Boxwell & Cia e a Fábrica do Caroá.

Desse modo, nas regiões onde é implantado um sistema de ferrovias, e depois, de estradas de rodagem, as indústrias ligadas ao consumo tendem a florescer, sobretudo onde a vida agrícola não é um obstáculo à distribuição da riqueza, e paralelamente a população urbana cresce de maneira mais rápida.(SANTOS, 2001:251).

Em 1959, os seguintes ramos de atividade industrial se faziam presentes em Caruaru: têxtil (04 estabelecimentos), produtos alimentares (54), couros, peles e outros similares (14), vestuários, calçados, artefatos, tecidos (52), bebidas (3) e minerais metálicos (40). Entretanto, já naquela época, a predominância na cidade era dos pequenos estabelecimentos, destacando-se a indústria artesanal.

É no comércio, porém que Caruaru continua a mostrar sua vocação, porque firmas do ramo de veículos, peças e acessórios passam a se instalar ainda na primeira metade do século XX, como também há um grande avanço no transporte de cargas.

Caruaru passa a exercer uma polarização no Agreste pernambucano, principalmente no setor terciário, mas que se estende, também, a outras áreas de Pernambuco e até da Paraíba e

Alagoas, servindo à região com uma grande variedade de lojas, além dos estabelecimentos bancários. Mais tarde passa a prestar serviços de saúde, educação etc, conforme CARDOSO, 1965.

O crescimento da feira, até os anos 60, articulado com o movimento das pessoas contribui para a ampliação da diversificação de seus produtos, incluindo o artesanato de barro (originário do Alto do Moura ou de outras localidades), passando também a atrair turistas de todas as regiões do país, desenvolvendo, cada vez mais, seu potencial turístico.

Os brejeiros trazem a Caruaru principalmente os produtos de suas lavouras, os sertanejos, os de sua criação. Pequenos artesãos, por sua vez, transportam à feira tudo aquilo que conseguiram fabricar. E, assim, expostos em barracas ou espalhados pelo chão observa-se uma grande variedade de produtos regionais; mas, ao seu lado, figuram hoje, também outros adquiridos nas fábricas da própria cidade e, também, em centros mais distantes. O aspecto desta feira é, realmente, o mais interessante, dado não só à variedade dos produtos apresentados como também a grande quantidade de mercadorias o que torna, de certa forma, difícil o transitar-se nela. (CARDOSO, 1965: 608/609)

Esta é a descrição da feira mostrada nos anos 60. Atualmente a feira saiu do centro da cidade e foi transferida para o Parque 18 de Maio, chegando a estender-se nos dias da Sulanca⁴ até os bairros Vassoural e Petrópolis. Acrescenta-se, ainda, a feira do gado, a de Artesanato e a da Sulanca. Conforme a FIEPE, 2002:

O comércio informal é representado, de forma bastante destacada, pelos vendedores da SULANCA que, segundo diversas estimativas, operam um conjunto entre 6000 e 8000 bancas no centro da Cidade. Embora não existam estimativas concretas de valores, sabe-se que os negócios envolvendo este tipo de produto movimentam expressivas somas de dinheiro, constituindo, ainda, um poderoso elemento de atração de visitantes para a cidade de Caruaru. Por esses motivos, a atividade é considerada, atualmente, um fator decisivo para o dinamismo das outras atividades comerciais no município.(Agenda Pró-Caruaru, 2002:06)

Desse modo, a feira, ontem e hoje, tem sua influência na economia do município. A indústria informal é constituída por cerca de oito mil unidades produtivas da SULANCA. Mas, a

⁴ Feira da Sulanca: É especializada na venda de artigos populares, fabricados em Caruaru e em outros municípios da região.

indústria formal é bastante diversificada, destacando-se: alimentos/bebidas e vestuário/têxteis, com 27% e 46% respectivamente, conforme a FIEPE.

Excluindo o comércio, o setor de serviços é formado por três segmentos: o turismo, o pólo médico e o pólo da educação. No turismo há um destaque especial, pois é considerado pela UNESCO como “o maior centro de arte figurativa das Américas”.

Estudos recentes da EMPETUR/SEBRAE ressaltam:

os festejos juninos, e o título já nacionalmente famoso de “Capital do Forró”, chamando a atenção para importantes equipamentos como o Espaço Cultural Tancredo Neves, o Pátio de Eventos, com a sua Vila do Forró, os Museus do Barro, e do Forró Luiz Gonzaga e o Museu da Cidade, os sítios arqueológicos, eventos como a festa junina, o encontro nordestino de violeiros, a vaquejada, dentre outros. (Caruaru, 2002:08)

Caruaru possui uma rede hoteleira com 700 hotéis, restaurantes, um aeroporto, shopping center, boates, casas de show, entre outros equipamentos que contribuem para o turismo. Após a duplicação da BR-232 ocorrerá um potencial de crescimento em todos os setores da sua economia; pelo menos é o que é veiculado pelo discurso dos governos estadual e municipal.

Conforme dados do IPEA, entre 1990 e 1996, Caruaru teve um desempenho econômico superior ao dos principais municípios da região metropolitana do Recife, chegando a uma taxa de crescimento de 5,01% ao ano. As atividades de comércio, serviços (turismo, saúde e educação), indústria e agropecuária constituem a força propulsora da economia caruaruense, respondendo, em conjunto, por 96% do emprego formal. A participação do emprego no setor do comércio supera todas as outras atividades. E no quantitativo total vem evoluindo crescentemente, passando de 29% em 1990 para 37% em 2000.

Mas o crescimento econômico do município, que tem sido acompanhado pelo crescimento urbano, tem, como consequência, a necessidade da ampliação da oferta de uma série de outros serviços urbanos. Dentre os quais destacamos os serviços sociais; porém o fato é que esses serviços têm sido implantados de forma desigual e atendendo a interesses particulares.

Acompanhando a expansão econômica do município, a população também tem crescido consideravelmente, chegando a atingir o 4º lugar em 1991 no estado, perdendo apenas para a capital, Jaboatão dos Guararapes e Olinda, ocupando, conseqüentemente, o 1º lugar no interior de Pernambuco. Entre os bairros mais populosos encontram-se atualmente em Caruaru: Salgado, Vassoural, Boa Vista, Maurício de Nassau, Petrópolis, Santa Rosa, Vila Kennedy, Indianópolis, São Francisco e Rendeiras (COHAB III). Observa-se que mesmo os conjuntos habitacionais sendo mais recentes e mais distantes do centro da cidade têm ampliado muito o número de seus habitantes. Isto se deve principalmente aos loteamentos que surgem nos seus arredores.

Os bairros da cidade foram se expandindo de modo planejado ou “espontâneo”. Na década de 60 localizamos os seguintes: Centro, Maurício de Nassau, Santa Maria Gorete, Salgado, Guararapes, Cedro, Indianópolis, Santa Rosa, Vassoural, Petrópolis, Rua Preta, Caiucá e Centenário.

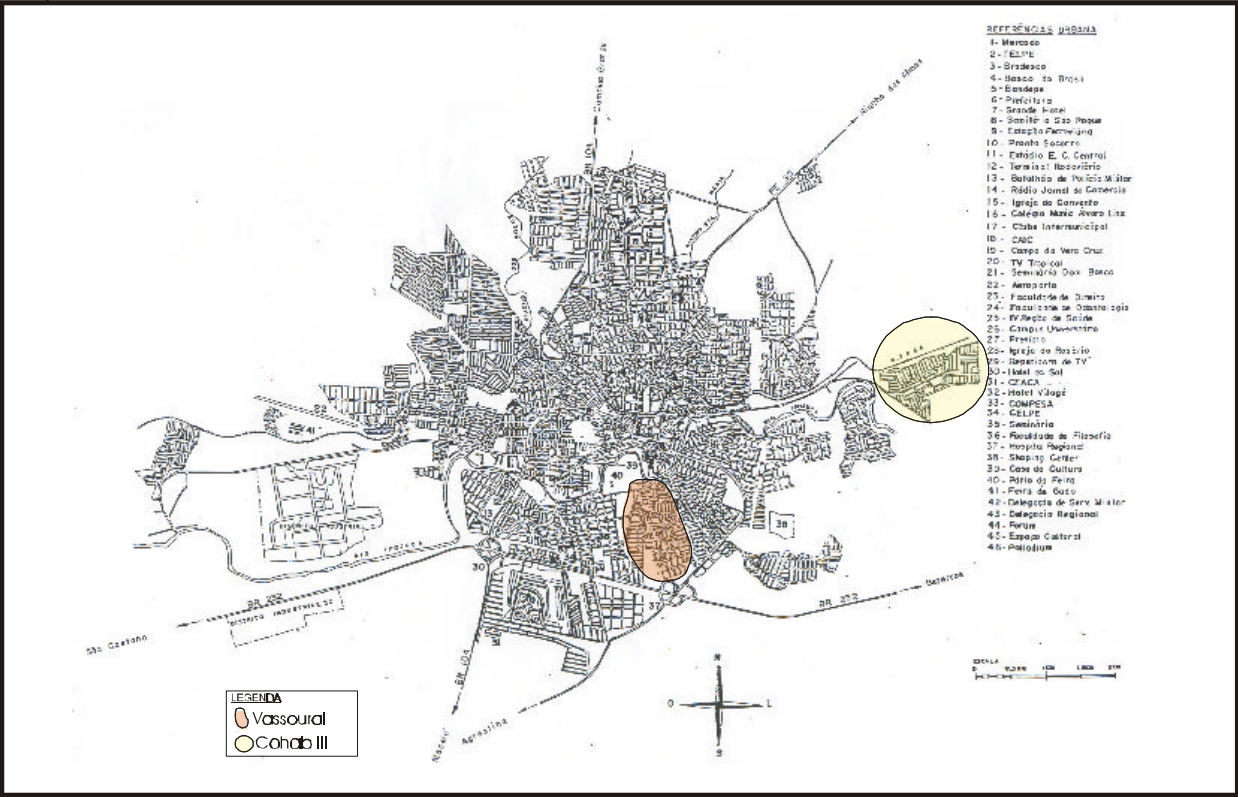
Na década de 90, percebemos no mesmo município (mapa 3) uma mudança impressionante na sua organização espacial, pois 13 novos bairros surgiram: João Mota, Divinópolis, Morro Bom Jesus, Boa Vista I e II, Alto do Moura, Nova Caruaru, Agamenon Magalhães, Vila Kennedy, Cidade Alta, Rendeiras (COHAB III) e Inocoop. Dentre estes, seis são conjuntos habitacionais, e nos seus arredores, outros loteamentos também surgem nos últimos anos.

Estes loteamentos são construídos aproveitando-se da infra-estrutura que já existe nos conjuntos habitacionais, tais como os serviços de saúde, educação, transporte, etc. No entanto, diante do aumento rápido da população, o número desses serviços torna-se ainda mais insuficiente ao atendimento das populações locais.

As questões referentes a saneamento, energia elétrica e calçamento também são precárias. Muitas vezes as famílias fazem ligações irregulares, pois o Estado não atende, em tempo hábil, e também porque esta população, em sua maioria, é de baixa renda, tendo adquirido seus terrenos de forma financiada⁵ e, ainda, dificuldades de regularizar tais serviços.

⁵ Este financiamento ocorre através do parcelamento do pagamento dos terrenos, em várias prestações.

Mapa 3 - PLANTA DA CIDADE DE CARUARU/PE ; Vassoural e Cahab III



FONTE: Planta da cidade de Caruaru na Escala 1:10.000. Prefeitura Municipal de Caruaru, empresa de Urbanização e Planejamento de Caruaru - 1995. Desenhos: Aníbal Albuquerque da Costa, Campina Grande - PB, Jan/2007.

Percebemos que os Conjuntos Habitacionais (Quadro II) formam alguns dos bairros mais populosos do município e que, por serem mais recentes, com muitas famílias jovens, possuem também uma população em idade escolar ainda maior, necessitando-se, portanto, priorizar a expansão e ampliação dos equipamentos públicos de educação, pois, até por se tratarem de bairros mais distantes do centro, há uma maior dificuldade quanto ao deslocamento de seus moradores.

QUADRO I I – População dos bairros de Caruaru

BAIRROS DE CARUARU	POPULAÇÃO (hab.)
VASSOURAL	15.835
CEDRO	1.410
RIACHÃO	5.565
JOÃO MOTA	3.304
CENTENÁRIO	4.650
DIVINÓPOLIS	7.247
INDIANÓPOLIS	10.013
NOSSA SENHORA DAS DORES	8.611
MAURÍCIO NASSAU	14.023
CAIUCÁ	4.825
MORRO BOM JESUS	6.769
SALGADO	39.623
UNIVERSITÁRIO	4.001
PETRÓPOLIS	12.227
SÃO FRANCISCO	9.763
*BOA VISTA (I E II)	21.486
ALTO DO MOURA	6.167
NOVA CARUARU	3.015
AGAMENON MAGALHÃES	3.554
*VILA KENNEDY	10.569
CIDADE ALTA	2.534
*RENDEIRAS (COHAB III)	9.614
SANTA ROSA	11.334

Fonte: IBGE
*Destacamos os bairros / conjuntos residenciais

Os serviços sociais de educação, por exemplo, são distribuídos de forma desigual, pois existem bairros centrais mais bem servidos de equipamentos públicos e outros bairros na periferia onde esses serviços não foram ampliados na mesma proporção do aumento das necessidades de suas populações. E mesmo aqueles bairros que possuem escolas, nestas escolas não há uma educação de qualidade.

Isto demonstra que o espaço produzido é fruto de uma teia de relações complexas que funciona a partir do jogo de interesses particulares existentes na sociedade e que, muitas vezes, o espaço do cidadão tem sido negado a parcelas significativas da população.

Então, como já levantamos no Capítulo I, houve crescimento econômico/modernização, mas não houve o desenvolvimento social, na medida em que a garantia do direito à educação, dentre outros serviços sociais, não foi respeitada para todos, o que constitui uma especificidade inerente à formação histórico-territorial brasileira. Nesse sentido, vale a pena lembrar que “o Brasil nunca foi um Estado essencialmente provedor de saúde, educação, saneamento básico etc. [...] o Estado era o grande condutor do que os marxistas chamariam de ‘desenvolvimento das forças produtivas’”. (ARAÚJO, 2000:248).

Além disso, tradicionalmente o Estado brasileiro é centralizador e autoritário, tratando as políticas sociais e regionais como meros apêndices, onde o foco das preocupações esteve na política econômica. Outros países como Japão e Coréia, mesmo sendo desenvolvimentistas, garantiram o acesso à educação, porém o nosso país nunca fez uma revolução educacional, mesmo esta sendo uma condição essencial ao próprio desenvolvimento da economia.

Portanto, qualquer que seja o município brasileiro, e isso sobretudo naqueles que se acham situados em regiões subdesenvolvidas como é a nossa, o quadro da organização territorial dos serviços sociais representará a desigualdade e a precariedade no que tange à distribuição e ao acesso aos seus equipamentos. E, se a sociedade local não estiver organizada o bastante para fazer valer os seus direitos, como no caso estudado, essa situação torna-se ainda mais grave.

2.2 – A distribuição territorial das escolas públicas em Caruaru

No início do século XX, as primeiras escolas públicas de Caruaru funcionavam em residências, como trataremos no item 2.3. A Escola Joaquim Nabuco (na Praça do Rosário), existente entre as décadas de 20 e 40, foi destruída e os alunos transferidos para o Grupo Escolar Professor Vicente Monteiro.

A Escolas Reunidas Municipal 15 de Outubro (na Praça XV de Novembro), o Grupo Escolar de Monte Carmelo e a Escola João XXIII (ambas funcionavam em prédios da Igreja Católica) também não existem mais. Esta última teve seus alunos transferidos para a atual Escola Professor Bione.

É provável que outras escolas públicas tenham existido na primeira metade do século, porém pela dificuldade de registro das mesmas não conseguimos dados de todas. Muitas funcionaram em prédios cedidos por pessoas ou entidades, o que facilitava as suas desativações.

Nos anos 50, só havia duas escolas estaduais com prédios públicos no espaço urbano: o Grupo Escolar Vicente Monteiro da Silva, próximo ao Centro da cidade e a Escola Artesanal Dom Miguel de Lima Valverde, no Vassoural. A segunda, conhecida como escola para o trabalho, foi instalada no prédio de uma antiga Cooperativa Agropecuária que possuía uma fábrica de queijo do reino e que, após sua falência, foi transformada pelo Estado em escola.

O Centro Politécnico Reverendo Júlio Leitão, fundado na década de 70, o qual funcionava com cursos profissionalizantes, também foi extinto em 2002. O prédio foi colocado como anexo da Escola Padre Zacarias Tavares, passando a funcionar com a Educação Básica.

Atualmente, a rede de ensino público neste município é formada por 28 escolas ligadas à rede estadual e 25, à rede municipal, além dos 7 centros de Educação Infantil, localizados no seu espaço urbano. O Centro Educacional Pré-escolar Lions Clube funciona com a Educação Infantil e o Centro de Educacional Especial Rotary Clube com Educação Especial. O restante das escolas funciona com os ensinos Fundamental e Médio.

Observemos, abaixo, os quadros IV e V, com as relações das escolas públicas estaduais e municipais de Caruaru, com suas datas de fundações:

Quadro III – Relação das escolas estaduais pesquisadas

Escola Professor Vicente Monteiro	1944
Escola Irmã Sônia	1953
Escola Dom Vital	1958
Escola Paulina Monteiro	Entre 46 e 51*
Colégio Estadual	1963
Escola Dom Miguel de Lima Valverde	1956
Escola Antonia Cavalcanti de Albuquerque	1963
Escola Felisberto de Carvalho	1963
Escola Profª Adélia Leal Ferreira	1967
Escola Profª Rosilda Maciel Vieira	1966
Escola Arnaldo Assunção	1967
Escola Pe. Zacarias Tavares	1969
Centro Educacional Pré-escolar Lions Club	1973
Centro Politécnico Reverendo Júlio Leitão	1970
Escola Estadual Nicanor Souto Maior	1971
Escola José Carlos Florêncio	1971
Escola Nossa Senhora de Fátima	1973
Escola Professor Mário Sette	1974
Escola Professora Elizete Lopes de L. Pires	1982
Escola Duque de Caxias	Década de 60*
Escola Instituto Ev. Reverendo Alfeu de Oliveira	1982
Escola Guararapes	1982
Escola Maria Auxiliadora Liberato	1985
Escola Jesuína Pereira Rego	1987
Escola Santa Maria Gorete	Década de 70*
Escola Santo Amaro	1984
Escola Professor Lisboa	1980
Escola Prof. José Bione de Araújo	1994
Centro Educ. Reab. Ed. Especial Rotary Club	1991

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2002.

* Nesta rede de ensino encontramos escolas que não tinham registros sobre suas fundações.

Quadro IV – Relação das escolas municipais pesquisadas

Escola Municipal Profª Sinhazinha	1953
Escola Municipal Paulina Monteiro	Década de 50*
Escola Municipal Pedro de Souza	1958
Escola Municipal José Florêncio Leão	1955
Grupo Escolar Prof. Augusto Tabosa	Década de 50*
Colégio Municipal Álvaro Lins	Entre 1959 e 1963
Esc. Reunidas Casa do Trabalhador	Década de 70*
Esc. Municipal Profª Guiomar Lyra	1975
Escolas Reunidas Duque de Caxias	Década de 60*
Escola Municipal Santos Anjos	1976
Escola Municipal Corina Tiné	Década de 80*
Esc. Missionária Apóstolo São Paulo	Década de 80*
Escola Municipal Joel Pontes	1986
Escola Municipal Profª Gianete Silva	1988
Escola Municipal Mestre Vitalino	1965
Escola Municipal Reverendo Genésio Campos	1983
CAIC – Dr. Amaro de Lira e César	1994
Colégio Municipal Profª Laura Florêncio	1996
Escola Municipal Dep. Cristina Tavares	1992
Escola Mun. Profª Tereza Neuma P. Pedrosa	1996
Escola Municipal Irmã Maria Jerônima	1995
Escola Profª Josélia Florêncio da Silva	2000
Colégio Municipal Dr. Luiz Pessoa da Silva	2000
Colégio Municipal Prof. Kermógenes Dias	2000
Casa das Rendeiras	1998
Centro Municipal de Educação Infantil Babu	1994
Centro Municipal de Ed. Infantil Érika Patrícia	1993
Centro Municipal de Ed. Infantil Flora Bezerra	1988
Centro Mun. De Ed. Infantil Justina Freitas	2000
Centro Mun. De Ed. Infantil Tia Carminha	1988
Centro Mun. De Ed. Infantil Tia Clarice	1986
Centro Mun. De Ed. Infantil Helena Martins Gomes	2000

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2002.

* Nesta rede de ensino encontramos escolas que não tinham registros sobre suas fundações.

Os quadros demonstram que, na década de 50, ainda havia poucas escolas públicas em Caruaru e que algumas delas funcionavam em prédios cedidos por outras instituições. É o caso da Escola Irmã Sonia, que funciona até os dias atuais num prédio da Associação Espírita Municipal. A Escola Dom Vital funcionava num prédio da Igreja Católica e esta escola ainda paga aluguel atualmente.

Analisando as escolas construídas, por década, percebemos que apenas a partir de 1960 é que as escolas estaduais se ampliaram, inclusive por conta do processo de descentralização encaminhado no país e dos acordos MEC/USAID. As décadas de 70 e 80 também tiveram uma constante na ampliação de escolas. Porém, é na década de 90 que vemos uma diminuição surpreendente na construção de escolas estaduais. Esse aspecto já é consequência do processo de municipalização, com a ampliação dos recursos do FUNDEF.

A Escola Paulina Monteiro, atualmente em área urbana, era localizada neste período em área rural. Chamada Escola Mínima Rural teria sido construída entre 1946 e 1951 com recursos federais e o Estado disponibilizado as professoras, conforme o Senhor Anastácio.

A rede municipal teve sua ampliação neste período com as Escolas Prof^a Sinhazinha, Pedro de Souza, José Florêncio Leão e o Grupo Escolar Prof. Augusto Tabosa. No final desta década, foi construído também o Colégio Municipal Álvaro Lins.

No entanto, percebemos que as escolas privadas absorviam grande parte dos recursos através das subvenções, como era o caso do Ginásio do Sagrado Coração, Ginásio de Caruaru (atual Colégio Diocesano) e Escola Técnica de Comércio. Além de escolas isoladas, também subvencionadas, conforme o Jornal Vanguarda de 1945 (anexo 9).

Destarte, ocorria que os recursos que faltavam às escolas públicas, muitas vezes, eram decorrência do favorecimento à iniciativa privada pelo poder público. E as escolas públicas eram obrigadas a encontrar outras alternativas para angariar fundos, a exemplo do caso da caixa escolar, conforme reportagem do Jornal Vanguarda de 07/11/1948 (anexo 10).

Vejamos, abaixo, o mapa 4 com a distribuição espacial de escolas públicas em Caruaru, durante a década de 50.

Mapa 4 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM CARUARU/PE- DÉCADA DE 50



Planta da cidade de Caruaru na escala 1:10 000. Prefeitura Municipal de Caruaru, Empresa de Urbanização e Planejamento de Caruaru - PE nº 2. Da autoria de Antônio Augusto da Costa, Campina Grande - PB Jan/2002.

Na década de 60, a rede estadual teve uma considerável expansão. A Escola Guararapes funcionava próximo a Rua Dr. Zé Mariano. Teve terreno doado para sua construção, mas ainda hoje funciona em prédio alugado à Diocese de Caruaru. Mais na frente trataremos deste assunto.

Várias escolas continuaram funcionando em prédios cedidos por outras instituições, como é o caso da Escola Duque de Caxias, ocupando espaço do quartel e da Escola João XXIII, ocupando espaço da igreja católica. Esta foi extinta em 1994, substituída pela Escola Prof. Bione.

O Colégio Estadual foi instalado também num terreno da antiga Secretaria de Agricultura; e o Grupo Escolar Felisberto de Carvalho, segunda escola do bairro do Vassoural, foi construído no terreno do Campo de Monta, cedido pela prefeitura.

Os terrenos das escolas Pe. Zacarias Tavares e José Carlos Florêncio foram doados por terceiros, conforme depoimento da Prof^a Margarida Miranda, professora da FAFICA. Destarte, os terrenos eram doados ou utilizados de outros órgãos para aquisição das escolas.

A Escola Pe. Zacarias Tavares foi chamada antes de Maria Celestina e a Escola Antonia Cavalcanti funcionava durante o dia como escola pública e, à noite, tinha seu prédio liberado para a iniciativa privada, com o Colégio Cenecista.

As escolas Arnaldo Assunção e Adélia Leal foram encaminhadas com os recursos oriundos do convênio MEC/Usaid, em 1967, possuindo construções com estruturas de prédios idênticas.

Na rede municipal, foi iniciada a construção da Escola Mestre Vitalino em 1965. No entanto, conforme o Senhor Anastácio, houve desvio de verbas nesse período da sua construção e um inquérito foi aberto pelo MEC. Por isso, o município, anos depois, teve o fundo de participação suspenso por este processo.

Passou a funcionar também no prédio do quartel outra escola municipal, mas esta com Jardim da Infância, atual Educação Infantil. Conforme a professora Margarida Miranda, um dos sargentos, na década de 70, tentou suspender o funcionamento desta escola, demonstrando que, quando os prédios são cedidos, podem sofrer interferência dos seus cedentes.

A Escola Rosilda Maciel foi construída no Bairro Agamenon Magalhães, antiga Vila Contramocambo. Vejamos esta distribuição territorial a partir do mapa 5:

Mapa 5 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM CARUARU/PE- DÉCADA DE 60



Na década de 70 é fundado o Centro Politécnico, outra escola de formação para o trabalho. Nesta escola havia cursos profissionalizantes como: eletricista, encanador, manicure etc. O mesmo foi extinto em 2002 e atualmente funciona com o Ensino Regular.

O Colégio Nicanor funcionava no turno noturno e, durante o diurno, era chamado Mário Sete. Quando, em 1974, foi construído o outro prédio do Mário Sete, com terreno do antigo Campo de Monta, cedido pela prefeitura, ao lado do Felisberto de Carvalho, o Nicanor ficou independente.

A Escola Elizete Lopes, no início chamada Escolas Reunidas Evangélica do Caiucá, funcionava num prédio da Igreja Evangélica. Depois foi transferida para o prédio do quarto batalhão, onde funciona até hoje, passando a se chamar Escola Evangélica do Caiucá. Em 1982, mudou o nome para Escola Elizete Lopes e integrou o Ensino médio.

A escola Genésio Campos, da rede municipal, funcionava num prédio da Associação Espírita e se chamava Escola Espírita Emanuel. Em 1983, mudou o local para o prédio do antigo Cestão e passou a utilizar o primeiro nome citado.

A Escola Lions passou a funcionar somente com Jardim de Infância no Conjunto Habitacional Vila Kennedy. Atualmente, já tem a introdução do Ensino Fundamental, fato ocorrido por conta da municipalização.

Outras escolas municipais também foram ampliadas nesta época: Guiomar Lyra, Santos Anjos e a Mestre Vitalino, que passou a funcionar no Alto do Moura.

A Escola José Carlos Florêncio, da rede estadual, também é construída e passa a funcionar em 1971 com o Ensino Fundamental. Atualmente atende também o Ensino Médio.

O Lar Santa Maria Gorete, fundado pelo Juiz Lira e César, através da Campanha de Recuperação e Assistência a Menores Abandonados/CRAMA, que funcionava como internato para meninas de rua, foi adaptado e se tornou Escolas Reunidas Santa Maria Gorete de 1ª a 4ª série. Em 1986, passou a funcionar de 1ª a 8ª séries e mudou para Escola Maria Gorete. O prédio é cedido pela Ordem do Bom Pastor da Igreja Católica.

Vejamos abaixo o mapa 6, com a distribuição espacial destas escolas na década de 1970.

Mapa 6 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM CARUARU/PE- DÉCADA DE 70



Nos anos 80, uma escola privada foi absorvida pela rede estadual, a Escolas Reunidas Reverendo Alfeu. Nos anos 60, era conhecida como Instituto Evangélico Reverendo Alfeu. Esta escola pertenceu ao pastor da Igreja Batista Rubem Prado, que foi secretário de administração do ex-prefeito Drayton Nejaim, de acordo com Anastácio Rodrigues.

Outras quatro escolas da rede estadual foram construídas neste período: a Escola Jesuína Pereira Rego, no Loteamento São João da Escócia e as outras três em Conjuntos Habitacionais, como a Escola Prof. Lisboa, na COHAB I, em 1980; a Escola Santo Amaro na Vila Kenedy, em 1984 e a Escola Maria Auxiliadora Liberato, em 1985, na COHAB III. Todas estas em bairros da periferia. As escolas das COHABs I e III faziam parte da estrutura dos conjuntos e foram deixadas prontas pelas empreiteiras. Nos últimos vinte anos, nestes conjuntos não foram ampliadas mais escolas, porém todos eles têm sido rodeados por loteamentos novos.

Na rede municipal, tivemos as escolas Corina Tiné e Apóstolo São Paulo, no Morro Bom Jesus, local muito carente, onde existe uma grande favela. As duas funcionam em pequenos espaços adaptados. Mas, na gestão de José Queiroz foi construída a Escola Corina Tiné, no Alto do Morro. Alguns moradores destruíram completamente a escola. Conforme a professora Maria do Carmo⁶ “eles não queriam a escola no Alto do Morro”. Provavelmente, por ser território de comercialização de drogas ou produtos roubados, uma freqüente movimentação de pessoas estranhas, neste local, poderia atrapalhar os seus “negócios”. Atualmente, outra escola está sendo reformada no Prédio da TV Asa Branca, no morro.

Foram também construídas as escolas Joel Pontes no Alto Santa Rosa e Gianete Silva no Alto da Banana, além das creches: Flora Bezerra, Tia Clarice e Carminha Queiroz. Estas últimas funcionam atualmente como Centros de Educação Infantil.

A Escola Guararapes, que anos atrás havia sido liberada verbas para seu prédio e terreno, nunca foi construída. Mas, na década de 80, foi alugado um prédio da Igreja Católica. Atualmente ainda funciona no mesmo local, com pagamento de aluguel.

Observemos esta nova distribuição das escolas ampliadas, nos anos 80, a partir do mapa 7:

⁶ Entrevista concedida em fevereiro de 2003.

Mapa 7 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM CARUARU/PE- DÉCADA DE 80



Na década de 90 e ano 2000, na rede estadual, surgem duas escolas: a Escola Prof. Bione, construída no terreno da Escola Arnaldo Assunção para substituir a extinta Escola João XXIII e no prédio do Rotary Clube passa a funcionar o Centro Educacional de Reabilitação para Educação Especial Rotary Clube.

As demais escolas construídas são todas da rede municipal, a citar: Escola Municipal Deputada Cristina Tavares, Colégio Municipal Prof^a Laura Florêncio, que funcionava também com o Ensino Médio e deixou de atender a partir de 2001 e a Escola Municipal Prof^a Tereza Neuma P. Pedrosa .

A Escola Municipal Irmã Maria Jerônima funcionava em prédio da Igreja, administrado por freiras, com professoras da rede estadual. Como o Estado ficou assumindo só os profissionais de 1^a a 4^a séries, houve uma mobilização dos pais e a prefeitura passou a assumir os profissionais de 5^a a 8^a séries. No entanto, esta escola, até hoje, funciona como uma escola privada, pois cobra taxa dos estudantes para a manutenção do prédio.

A Escola das Rendeiras, no bairro do Cedro, passou a funcionar num prédio desativado da Casa das Rendeiras. Este prédio nunca teve um funcionamento real para as rendeiras, pois há muito tempo não existem rendeiras sobrevivendo economicamente desta atividade, no bairro.

O CAIC e a Creche Babu, que funcionam no mesmo prédio, foram construídos em 1994, com recursos federais, no bairro João Mota. E a Creche Éricka Patrícia foi construída no bairro Santa Rosa, ao lado da Escola Joel Pontes.

No ano 2000, tivemos as construções de três escolas de grande porte: a Escola Prof^a Josélia Florêncio da Silveira, no bairro São João da Escócia e duas muito próximas, entre os bairros do Vassoural e Santa Rosa. Estas últimas, já discutidas neste texto.

Neste ano, foram ainda construídas as creches Justina de Freitas, também no bairro do Santa Rosa e a creche Helena Martins Gomes, no bairro da COHAB III.

Todas as creches do município foram transformadas, em 2001, em Centros de Educação Infantil, conforme lista de escolas da Secretaria de Educação Municipal.

Vejamos o mapa 8, com as escolas ampliadas na década de 90 e no ano 2001:

Mapa 8 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM CARUARU/PE DÉCADA DE 50



A análise da distribuição espacial das escolas municipais nos faz perceber que da década de 50 a de 70, a sua evolução é reduzida e só vai ampliar-se a partir da década de 80, após aumento dos recursos para os municípios, continuando em expansão até o ano 2000, reforçando o processo de municipalização já instalado.

Ademais, quando relacionamos os investimentos em educação em nível de país, percebemos que os mesmos estão intimamente vinculados aos crescimentos ou refluxos, conforme as conjunturas políticas e econômicas. Por exemplo, na década de 60, o Estado avançou na construção de escolas, mas a partir dos convênios internacionais. Já os municípios não são atingidos pelos mesmos e por isso tem uma ampliação menor de suas redes.

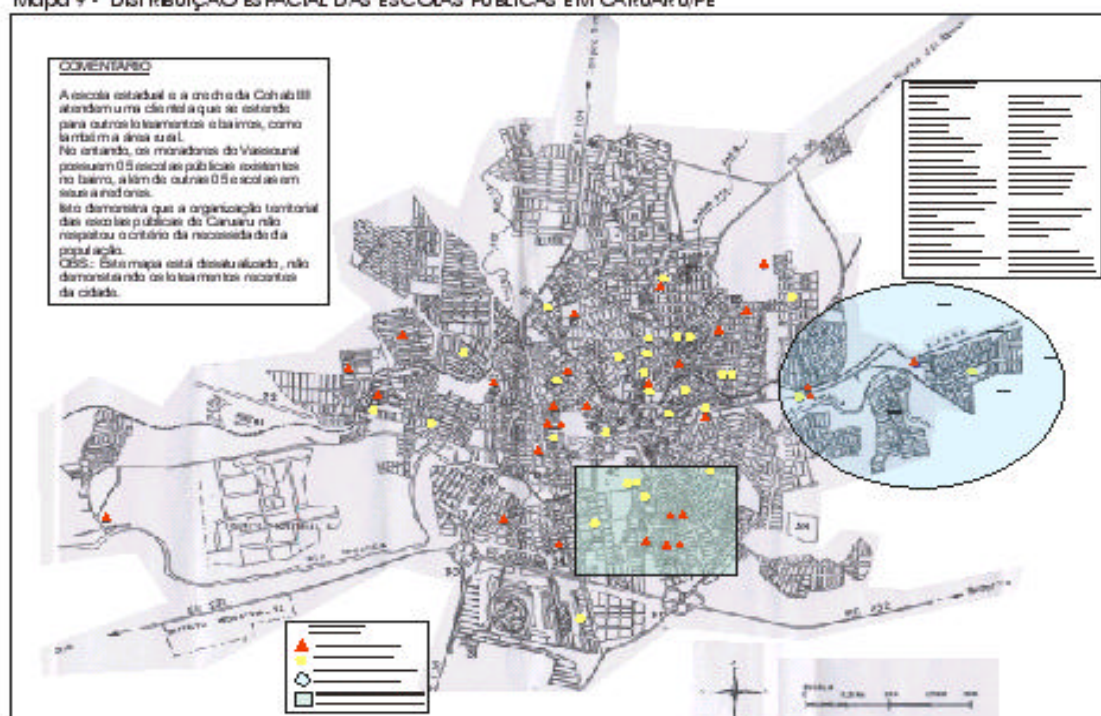
No entanto, em 1990, são os municípios que são atingidos com recursos, principalmente a partir do acesso ao FUNDEF. Conseqüentemente, a ampliação mais significativa é a da rede municipal de ensino, em comparação com a rede estadual.

Outros recursos para este período são provenientes do Fundo de Fortalecimento da Escola/FUNDESCOLA que, com o processo de descentralização, traz a orientação de órgãos internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional/FMI para as reformas das escolas nos municípios (Anexo 11).

No caso da prefeitura de Caruaru, os recursos recebidos em 2000 foram utilizados para aquisição de escolas de grande porte. Como já foram citadas, as duas escolas do Vassoural e Santa Rosa são muito próximas e em locais com outras escolas públicas. Além da Creche Justina de Freitas entre as duas, foi também construída, não muito distante, no bairro do São Francisco, a Escola Professor Machadinho. Esta última colocada para funcionar em 2002.

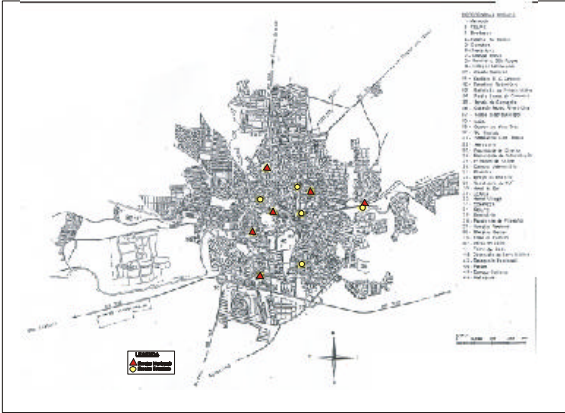
Abaixo temos o mapa 9, com todas as escolas atuais no município. Em seguida, temos também todos os mapas sobrepostos, demonstrando a evolução da territorialização das escolas públicas de Caruaru.

Mapa 9 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM CARUARU/PE

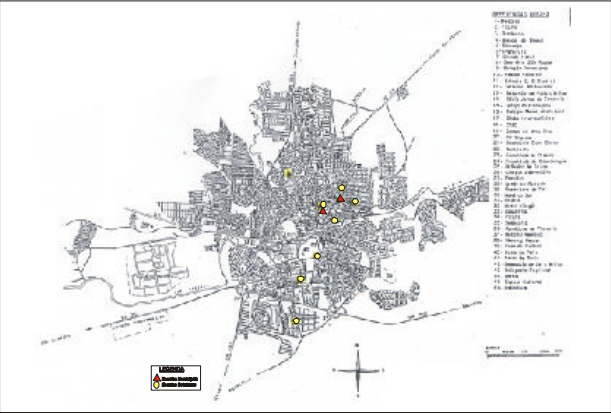


DISTRIBUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM CARUARU/PE

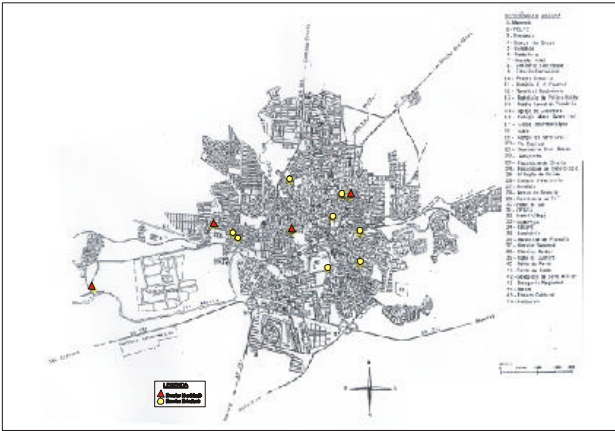
Década de 50



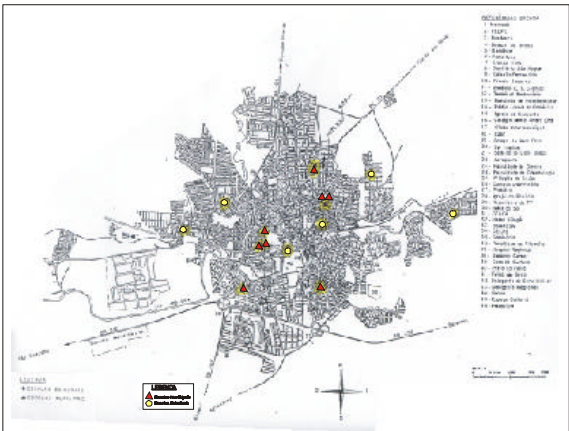
Década de 60



Década de 70



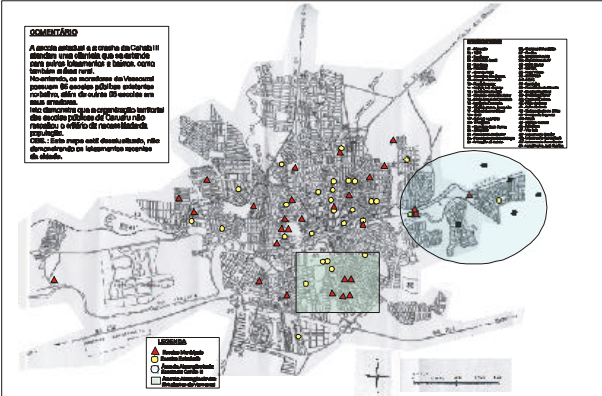
Década de 80



Década de 90



2001



Observa-se no conjunto de imagens, que entre a década de 60 e 70, houve uma significativa ampliação das escolas estaduais em Caruaru. Já entre as décadas de 80 e 90, ocorreu maior ampliação da Rede Municipal de Ensino.

O que percebemos, observando a evolução desta construção territorial, é que os critérios de localização das escolas foram muito obscuros e que os conjuntos habitacionais, já citados neste texto, teriam mais necessidades de também serem contemplados com escolas públicas.

Além desta questão, indiretamente, quando o poder público não tem ampliado suficientemente as turmas de Educação Infantil, abre espaço para o mercado. Isto é demonstrado, principalmente, pela ampliação desenfreada das escolas de pequeno porte de caráter privado, construídas, muitas vezes, sem estrutura física satisfatória, mas que tem sido a opção das famílias de garantirem a permanência de seus filhos com menos de seis anos na escola.

Este aspecto pode ser demonstrado através dos quadros VI, VII e VIII, mostrados abaixo, os quais apontam que, nos últimos anos, as redes de ensino público municipal e estadual, em Caruaru, têm atendido um percentual muito baixo da clientela de 4 a 6 anos e que a rede privada, com escolas sem qualidade, tem avançado consideravelmente.

Portanto, o serviço público da educação continua ampliando o espaço dos não-cidadãos, na medida em que nega a garantia de tais serviços àqueles que não podem pagar. Constrói-se assim uma “cidadania limitada”, conforme diz o professor Jan Bitoun⁷, para aqueles que têm que colocar seus filhos em escolas sem condições de garantir uma qualidade satisfatória de ensino.

Sendo assim, a forma como a municipalização tem sido concretizada tem agravado ainda mais esta realidade. O quadro do anexo 1 mostra que no Brasil a população escolarizada de quatro a seis anos atinge uma média de 50%, reforçando a necessidade do poder público assumir este setor.

Porém, quando comparamos os resultados finais dos censos dos anos de 1999, 2000 e 2001, em Caruaru, percebemos que a rede estadual atendeu respectivamente com o pré-escolar nestes anos a 150, 234 e 134 crianças e a rede municipal a 288, 293 e 915 crianças. Já a rede privada atendeu a 2593, 3361 e 3173 crianças.

Com as turmas de alfabetização, a rede estadual atendeu respectivamente a 250, 179 e 206 crianças. A rede municipal atendeu a 588, 321 e 1167 e a rede privada a 1729, 1976 e 1952

⁷ Palavras do professor Jan Bitoun no momento da defesa do projeto deste trabalho.

crianças. Verificamos então que houve um crescimento significativo da rede privada entre 1999 e 2001, no atendimento a educação infantil.

QUADRO V – RESULTADOS FINAIS DO CENSO ESCOLAR DE 1999 EM CARUARU

Dependência	Pré	Alfabetização	Fundamental	Médio	Especial	Especial	Jovens
Estadual	150	250	24875	5953	203	155	1327
Federal	----	----	-----	-----	-----	-----	-----
Municipal	288	588	18878	772	0	0	1643
Particular	2593	1729	8974	2445	572	100	940
Total	4031	2567	52727	9170	775	255	3910

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

QUADRO VI – RESULTADOS DO CENSO ESCOLAR 2000 EM CARUARU

Dependência	Pré	Alfabetização	Fundamental 1ª a 4ª	Fundamental 5ª a 8ª	Médio	Especial total	Jovens Fundamental
Estadual	234	179	23383	13449	6479	204	1205
Municipal	293	321	20767	5707	327	0	998
Privada	3361	1976	9551	4033	2842	453	530
Total	3887	2476	53701	23189	9648	626	2733

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

QUADRO VII – RESULTADOS DO CENSO ESCOLAR 2001 EM CARUARU

Dependência	Pré	Alfabetização	Fundamental 1ª a 4ª	Fundamental 5ª a 8ª	Médio	Especial Total	Jovens Fundamental
Estadual	134	206	8435	13828	7281	208	1116
Municipal	915	1167	15190	7090	0	0	2129
Privada	3173	1952	5819	4193	3184	720	775
Total	4222	3325	29444	25111	10465	928	4020

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Outro dado dos quadros é que o Ensino Médio que ainda era oferecido em Caruaru pela Rede Municipal em 2000, já não possui mais alunos em 2001 e que a rede privada também cresceu neste nível. Em 2001, o Colégio Sagrado Coração passa a atender o Ensino Médio, como também abrem-se novas escolas com esta modalidade de ensino.

Na conjuntura atual, percebemos que o poder público, dentro da ótica neoliberal, tem entendido que a “educação é uma mercadoria. Tem acesso a ela quem pode ter. Mas nós nos contrapomos dizendo que a educação é um bem público e, portanto, é dever do Estado garanti-la para qualquer pessoa que a procure” (ARAÚJO:).

Desde a década de 60, percebemos também que o poder público concedia privilégios à iniciativa privada com subvenções, isenção de impostos, convênios e até doações de terrenos.

Estas práticas perduram por muito tempo, mas têm diminuído nos últimos anos, por conta das pressões com o déficit público e as denúncias mais sistemáticas.

Com efeito, em Caruaru verificamos que muitas leis foram aprovadas na Câmara de Vereadores para a concessão destas subvenções, como veremos a seguir.

- Lei 1364 – Escola Adventista de Caruaru – Cr\$ 72.000,00 – 30/07/63
- Lei 1366 – Externato São Vicente de Paula – Cr\$ 24.000,00 – 30/07/63
- Lei 1419 – Externato Terezinha de Souza – Cr \$ 12.000,00 – 26/11/63

Externato Inês Augusto de Lira – Cr\$ 18.000,00 – 26/11/63

- Lei 1426 – Instituto Evangélico Alfeu de Oliveira – eleva de Cr\$ 42.000,00 para Cr\$ 300.000,00 – 13/11/63.
- Lei 1594 – Externato Bom Jesus – Cr\$ 100.000,00 – 20/07/64.
- Lei 2732 – Transfere subvenção do Externato Elizabethe Regina para o Externato Santa Maria – Cr 1.200,00 21/06/82.
- Lei 2733 – Transfere subvenção do Externato Heroína de Casa Forte para o Externato Santa Maria Madalena – Cr\$ 1.200,00 – 21/06/82.
- Lei 2734 – Transfere subvenção do Externato Santo Elias para o Externato Ornélia Maria – Cr\$ 1.200,00 – 21/06/82.
- Lei 2735 – Transfere subvenção do Externato Nossa Senhora das Graças para o Externato José Rodrigues de Jesus – Cr\$ 2.400,00.
- Lei 2930 – Transfere do Pio XII para o Colégio Presidente Médice – Cr\$ 18.000,00 – 25/10/83.
- Lei 2948 – Transfere do Colégio São Paulo para o Externato Santo Antônio – Cr\$ 18.000,00 – 16/04/85.

Utilizamos as leis, acima citadas, para exemplificar os recursos que eram utilizados em Caruaru, para a iniciativa privada e investidos, provavelmente, como gastos com a educação. Entre a lei e a prática existem portanto muitas distâncias.

Destarte, conforme CUNHA, 1991: 37:

Em todos os níveis de ensino, as escolas privadas têm sobrevivido graças aos subsídios governamentais, tão mais generosos quanto mais precária a qualidade do ensino ministrado. No 1º e no 2º graus, a cobertura insuficiente da rede de ensino público é uma justificativa para que bolsas de estudo sejam distribuídas aos alunos para freqüentarem escolas privadas. Assim, recursos que poderiam ser utilizados na ampliação da rede pública de ensino são transferidos para o setor privado, reforçando a carência que justificou a primeira rodada de subsídios.[...] Além de todos esses mecanismos, os empréstimos a juros negativos bem como a doação de terrenos e a cessão de prédios têm sido outros meios pelos quais os subsídios chegam às mãos dos empresários que atuam em todos os níveis de ensino.

Com efeito, em Caruaru o poder público também doava terreno para estes segmentos, como é o caso do Instituto Evangélico Reverendo Alfeu de Oliveira, como cita a Lei 1590 de 27/07/64:

Fica o poder executivo, autorizado a doar ao Instituto Evangélico Reverendo Alfeu de Oliveira, um terreno de propriedade do município, com área total de 2.000,00 (dois mil) metros quadrados, desmembrado do imóvel situado no local antigamente denominado Paul, adquirido por compra em 2 de junho de 1926, conforme escritura pública do 3º Tabelião José Manoel de Carvalho, registrado no livro XIV, fls. 88, verso a 90, apresentando as confrontações conforme plantas, anexa a presente Lei.

1º) O terreno objeto da presente doação, destina-se à construção pelo Instituto Evangélico Reverendo Alfeu de Oliveira de um prédio para instalação do mesmo instituto, com recursos próprios dessa entidade.

A despesa de escritura e outras decorrentes desta lei, correrão por conta do Instituto Evangélico Reverendo Alfeu de Oliveira.

A presente Lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 27 de julho de 1964.

O referido instituto nunca construiu o prédio no terreno doado pela prefeitura, continuando em prédio alugado desde 1959, atuando em caráter privado. Alguns anos depois, conveniou-se com o Estado e, em 1982, tornou-se Escolas Reunidas Reverendo Alfeu de Oliveira, de caráter público. Atualmente, ainda funciona em prédio alugado, na Rua 13 de maio, nº 66, centro de Caruaru.

Outra escola que também recebeu verbas para aquisição de terreno e construção de prédio foi a Escola Guararapes. Conforme a Lei Nº 1214 de 31/03/62, ficou aprovada a aquisição do terreno e a partir do Artigo 1º da Lei nº 1346:

Artigo 1º - Fica autorizado ao Senhor Prefeito do município, - construir um prédio escolar com dois salões de aulas e gabinetes sanitários, no bairro dos Guararapes, desta cidade.

Artigo 2º - As despesas para construção do imóvel de que trata o artigo 1º da presente lei, correrá por conta da verba de Obras Públicas, do corrente exercício.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caruaru, em 26 de abril de 1963.

Verificamos então que o poder público determinava a construção de escolas, porém até os dias atuais as referidas escolas funcionam em prédios alugados. O que demonstra a falta de compromisso para com a educação pública, pois os gastos com aluguéis nos últimos anos daria para ter construído várias escolas públicas, bem como para investir na qualidade do ensino em Caruaru.

Desse modo, a forma pela qual se distribui as escolas das redes públicas estadual e municipal em Caruaru, não possui um compromisso sério com o processo de construção do espaço do cidadão, na medida em que os interesses privados se sobrepõem sobre os interesses públicos.

2.3 – Um sistema educacional construído no espaço caruaruense e os entraves à formação do espaço do cidadão

A Geografia tem como tarefa fundamental a compreensão da produção da realidade espacial dos homens, definindo-se, portanto, como o estudo da sociedade pelo espaço, o qual lhe serve ao mesmo tempo de suporte e condição. Neste trabalho, verificamos, por um lado, de que forma o serviço de educação foi organizado no espaço urbano e, por outro, como essa organização espacial é usada pela sociedade em Caruaru.

Entre os múltiplos aspectos em que o espaço pode ser estudado, a análise de sua configuração territorial traz a sua própria especificidade. Conforme SANTOS (1988: 75-76):

Seja qual for o país e o estágio do seu desenvolvimento, há sempre nele uma configuração territorial formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país.

Sendo assim, este conjunto de coisas arranjadas em sistema foi um produto da ação da sociedade, que foi organizando o seu território no curso da sua história. Porém esta sociedade que se apropria do espaço e o organiza possui suas contradições internas, que são reproduzidas nesta configuração territorial.

Desta forma, conforme HAESBAERT (2002: 121):

[...] o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Esta relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando. Como no mundo contemporâneo vive-se concomitantemente uma multiplicidade de escalas, numa simultaneidade atroz de eventos,

vivenciam-se também, ao mesmo tempo, múltiplos territórios. Ora somos requisitados a nos posicionar perante uma determinada territorialidade, ora perante outra, como se nossos marcos de referência e controle espaciais fossem perpassados por múltiplas escalas de poder e de identidade. Isto resulta em uma geografia complexa, uma realidade multiterritorial (ou mesmo transterritorial) que se busca traduzir em novas concepções, como os termos hibridismo e “glocal”, este significando que os níveis global e local podem estar quase inteiramente confundidos.

Esta organização desigual ocorre na medida em que o espaço é fruto da produção social capitalista, a qual se realiza e se reproduz desigualmente, pois a partir da dominação-subordinação do processo de acumulação e centralização da propriedade e do poder, esta se centrará em determinados lugares.

Com efeito, o sistema de ensino organizado em Caruaru terá, em determinados momentos, influência das ações dos atores locais; em outros momentos, das políticas educacionais implementadas no país ou fora dele, ou ainda do “glocal”, como é o caso da municipalização.

O estudo desta organização territorial foi viabilizado tratando-a como um conjunto de objetos criados, atendendo a determinados objetivos, de acordo com o jogo de interesses existentes na sociedade, a partir das relações de poder.

Destarte, conforme CASTILHO (1992:30), o espaço passa a ser concebido enquanto “[...] território na medida em que constitui o locus da práxis social, isto é, um instrumento de uso estratégico de determinados grupos para manter o controle sobre outros grupos e/ou influenciar gestões político-administrativas”.

No município de Caruaru, o ensino público foi regularizado apenas no início do século XX, apesar de ter se tornado vila desde 1848, como vimos no capítulo anterior. A regularização do ensino público começou com o Coronel Manuel Rodrigues Porto, através da Lei Municipal Nº 68, de 01 de dezembro de 1907, uniformizando o ensino primário nas escolas (Galvão, 1996:28). Porém, apesar desta modalidade de ensino ter sido oficializada desde o início do século, a construção de escolas aconteceu de forma muito lenta.

Conforme o jornal Vanguarda de 25/05/52, em janeiro de 1910, a professora Luzia Belmira Rosal, conhecida como Professora Sinhasinha, foi nomeada para reger uma cadeira municipal pelo Coronel Manoel Rodrigues Porto, com o ordenado mensal de sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e seis réis. Mas esta escola funcionava na própria residência da professora, na Rua Sete de Setembro, onde mais de setenta alunas recebiam a instrução primária.

Superlotada assim a escola de alunos, a professora Sinhasinha mandou construir atrás de sua residência um amplo salão de maior capacidade, passando, dessa maneira, a funcionar melhormente [sic] instalada, à Rua Vigário Freire [...] (VANGUARDA, 1910:3).

Nesta época, existiam na cidade apenas mais cinco escolas municipais regidas pelas professoras Maria Vitorina, Maria Emília, Elvira Figuerêdo, Maria Celestina e o Professor Ferruccio. Estas escolas também funcionavam em residências demonstrando, assim, que o espaço público era permeado pelo espaço privado e que a prefeitura colocava os professores onde já havia a estrutura física garantida.

A professora Sinhasinha foi nomeada em 1929, por influência do então prefeito Cel. Leocádio Porto, para dirigir o Grupo Escolar Joaquim Nabuco, da rede estadual, na Praça do Rosário; função que continuou a exercer no Grupo Vicente Monteiro até a sua aposentadoria em 1951. Como reconhecimento de seu trabalho, seu nome foi colocado numa escola do Bairro do Salgado, em 1953.

Analisando a conduta da professora e a forma como as funções de confiança eram tratadas no município, o cronista de reportagem do Jornal Vanguarda, José Carlos Florêncio cita:

Convém salientar que, sendo a professora estadual passível de remoção por injunções políticas, a professora Sinhasinha durante vinte e seis anos jamais sofreu qualquer constrangimento. Partidos políticos locais subiam e desciam constantemente, mas nenhum deles ousava interferir no sentido de prejudicá-la, isto porque a professora Luzia Belmira era, na verdade, a querida de todos.(VANGUARDA, 1952:3)

Esta análise demonstra o caráter autoritário para com os funcionários públicos, os quais eram tratados de acordo com a sua aproximação político-ideológica; postura que perdura até os dias atuais, pois aqueles que não são queridos, não recebem o mesmo tipo de tratamento; fato este que constitui um entrave ao debate e diálogo aberto acerca da busca de uma gestão democrática da educação no município.

O fato do curso secundário não ser oficializado na rede pública abriu a perspectiva da iniciativa privada que, mesmo em caráter clandestino, oferecia um curso noturno nas salas de aula do antigo Núcleo de Diversão, através dos jovens Augusto e Celso Galvão (Ibidem:29).

O Senhor Anastácio Rodrigues⁸, ex-secretário de educação do município (1959-1963), e ex-prefeito de Caruaru (1969-1973), revelou-nos que, ao final da década de 30 e início da de 40, quando cursava o primário, só existiam duas escolas oficiais com prédios públicos em Caruaru, uma estadual, o antigo Grupo Escolar Joaquim Nabuco (foto abaixo), que funcionava na Praça do Rosário e a Escolas Reunidas Municipal 15 de outubro, na Praça XV de Novembro. Outras escolas públicas, isoladas, funcionavam em residências trabalhando com turmas multisseriadas, demonstrando que a realidade das escolas não mudou muito entre as décadas de 20 e 40.

FIGURA IV – Praça do Rosário: Escola Joaquim Nabuco



Fonte: Revista – Caruaru Hoje, abril/2001.

⁸ Entrevista concedida em abril de 2001.

Ainda conforme o senhor Anastácio, no início da década de 60, uma escola foi fundada com o único objetivo de lotar professoras da rede estadual, pois, segundo ele, o Estado costumava lotar suas professoras nas escolas municipais. Destarte “... eu não aceitei esta situação, na minha gestão de diretor de educação, então alugaram um prédio em frente ao antigo INPS, na Avenida Rui Barbosa, instalando a Escola Reunida Rio Branco para colocar suas professoras”.

Isto demonstra que não era a necessidade da população que definia, muitas vezes, a localização das escolas, como também que havia conflitos entre o Estado e o município na gestão do setor público da educação, trazendo repercussões negativas à própria organização territorial das redes públicas de ensino.

Conforme Romaneli (op cit, 30):

a política de clientela, própria desse tipo de organização do poder, tende a favorecer apenas aquela parcela da população local que mantém laços de dependências e reforça a autoridade dos donos do poder. A construção de escolas, sua manutenção, a nomeação de pessoas para ocupar cargos de magistério, a veiculação de verbas da esfera do poder central para a do poder local obedecem muito ao grau de prestígio e força dos que controlam este último.

Nos casos acima citados anteriormente, percebemos que os cargos ocupados ou mesmo a contratação de professoras não contemplam a necessidade da população, um exemplo é o caso da Escola Rio Branco, que atualmente não existe mais, que foi fundada com o único objetivo de lotar professoras contratadas para a rede estadual.

Não se pensou na criação de uma escola como uma prestação de serviço social. O que demonstra que práticas clientelistas têm sido corriqueiras no setor público, constituindo outro entrave ao espaço do cidadão, na medida em que traz graves prejuízos para uma educação educadora democrática.

Esta apropriação do público, por meio de interesses particulares, pode ser considerada também como um processo de privatização do Estado, pois não será o interesse do coletivo que estará sendo respeitado. Sendo assim, o clientelismo tem este enfoque privatizante dentro do público.

Weber (1991:35) mostra “que tais serviços são vistos como concessão àqueles que têm maior poder de negociação e não como direito inerente à cidadania, o que tornaria legítima a utilização de relações interpessoais no trato da coisa pública”.

Destarte, vemos que o privado não é apenas algo que pertença ao mercado, mas que se encontra presente dentro do público através das práticas clientelistas, podendo ser materializadas através dos cargos de confiança, dos empregos arranjados e até da localização das escolas.

Verificamos que, em Caruaru, esta cultura se perpetua até os dias atuais, encaminhadas pelo novo coronelismo urbano. E conforme QUEIROZ (1976:29):

existe uma linha de continuidade interna de nossa política; ela se evidencia, por exemplo, no aparecimento do novo tipo de coronelismo, o coronelismo urbano, para integrar na política brasileira elementos novos; assim os fenômenos que vão aparecendo adotam formas já conhecidas para se incorporarem no que existe.

Com efeito, em Caruaru, tivemos vários prefeitos com títulos de coronéis, alguns já citados neste texto, como o Coronel Manuel Rodrigues Porto e o Coronel Leocádio Porto. Como também algumas oligarquias, que desde a década de 50 se revezam no poder, uma delas liderada pela família Lyra e a outra durante muitos anos pelo ex-prefeito Drayton Nejaim, atualmente representado pelo prefeito Tony Gel.

Conforme BARROS (2002:81) no contexto atual:

uma parte se identifica nacionalmente com as forças de centro-esquerda que lutaram contra a ditadura militar no Brasil. Liderados pelo Deputado Federal Fernando Lyra; ex-prefeito da cidade João Lyra Neto e o ex-prfeito José Queiroz... Esse grupo assumiu a administração da cidade a partir de 1983, modernizando-a, melhorando a qualidade de

vida nos bairros (promovendo ações de saneamento básico, calçamento, levando postos de saúde a periferia e zona rural, promovendo a transferência da feira para o parque 18 de maio, promovendo um intenso processo de urbanização na cidade, dando-lhe um formato moderno.

O outro segmento político que assume atualmente a prefeitura de Caruaru, faz parte da outra oligarquia, que conforme BARROS (ibidem:82):

Teve como principal representante o ex-prefeito Drayton Nejaim, político famoso do folclore político pernambucano, esteve ligado a ditadura militar, aliado das forças mais reacionárias do país. Tem hoje, seu representante principal na cidade, no radialista, Deputado Federal e atual Prefeito Antônio Geraldo (Tony Gel). Apoiou o governo Collor e é aliado do Presidente Fernando Henrique Cardoso no Congresso Nacional.

Delimitamos nossa pesquisa no período que se estende entre a década de 60 e o ano de 2001, analisando a interferência destes dois grupos nas políticas públicas de Caruaru através do uso que eles fazem do território mediante a implantação do serviço público da educação.

Inicialmente, verificaremos, através do quadro abaixo, que as disputas entre esses grupos sócio-políticos sempre foram muito acirradas e os resultados dos pleitos muito apertados.

Quadro VIII – Dados eleitorais do município de Caruaru

ANOS	LEGENDAS	PREFEITOS	VOTOS
1959	UDN/PSP	João Lyra Filho (eleito)	8259
1963	PSP/PR	Drayton Nejaim (eleito)	9392
1968	ARENA 1 ARENA 2 MDB	José Antonio Liberato Manoel Afonso Porto Filho Anastácio R. da Silva (eleito)	11378 647 15025
1972	ARENA 1 ARENA 2 MDB	Valter de Lira Roosevelt G. de Lima João Lyra Filho	3967 8712 14475
1976	ARENA MDB	Drayton Jayme Nejaim (eleito) José Queiroz de Lima	20921 18852
1982	PMDB 1 PMDB 2 PMDB 3	José Queiroz de Lima (eleito) João Miranda Cavalcanti Anastácio R. da Silva	16699 7795 518
1982	PDS 1 PDS 2	Adolfo José da Silva José Carlos T. Rabelo	20210 4237
1988	PMDB PTB	João S. Lyra Neto (eleito) Tony Gel	39519 39439
1992	PDT PST PTB PT	José Queiroz de Lima (eleito) Osman Bezerra da Nóbrega Daimar de Lira Oliveira Luiz Costa dos Santos	58502 2576
1996	PSB PFL	João S. Lyra Neto (eleito) Tony Gel	46.383 45012
2000	PFL PSB	Tony Gel (eleito) Jorge Gomes	60666 49622

Fonte: TRE: 2002.

Observamos que Drayton Nejaim, eleito em 1963, teve seu mandato prolongado por cinco anos, “dádiva” da ditadura militar. Outra questão específica deste período é o bipartidarismo, sendo os únicos partidos legalizados no país: ARENA e MDB.

Só que em determinados momentos os candidatos de cada partido se dividiam, como estratégia política, para ao final daquele pleito serem somados na legenda e derrotarem os adversários. Em 1982, por exemplo, José Queiroz, João Miranda e Anastácio Rodrigues do PMDB derrotaram Adolfo e José Rabelo. No entanto, numa disputa apertadíssima, com uma diferença de 565 votos apenas.

Mas, esta pequena diferença foi sempre uma constante nos pleitos eleitorais de Caruaru. Em 1976, a diferença entre Drayton e José Queiroz foi de 2069 votos. Em 1988, entre João Lyra e Tony Gel foi de apenas 80 votos e em 1996, também entre os mesmos candidatos de 1371 votos.

As diferenças maiores ocorreram em 1992, pois Tony Gel se ausentou do pleito e então José Queiroz ficou praticamente sem concorrente de maior expressividade. Como também em 2000 quando José Queiroz e João Lyra também se ausentaram e Tony Gel ganhou com uma margem bem significativa de votos, demonstrando que as duas oligarquias sempre disputaram cada eleitor e cada bairro de Caruaru.

Existem, inclusive, bairros considerados redutos de um ou outro grupo. Com efeito, conforme depoimentos de moradores antigos do município, o bairro do Vassoural, historicamente, é considerado reduto eleitoral da direita, tendo como consequência a preferência destas gestões na construção de equipamentos públicos.

Analisando as datas de fundações das escolas deste bairro, percebemos que na década de 50 foi fundada a Escola Dom Miguel de Lima Valverde; em 1963, a Escola Felisberto de Carvalho e, em 1974, a Escola Mário Sete. Como divulga a imprensa da época, com a presença do então deputado José Liberato, representante de referência da direita no município. (Anexo 6)

Em 2000 é inaugurada a 4ª escola pública do Vassoural, a Escola Municipal Prof. Kermógenes Dias de Araújo e, a alguns quarteirões, no bairro Rosanópolis, a Escola Municipal

Prof. Luiz Pessoa da Silva. Conforme o VANGUARDA, 1999: o secretário de obras Roberto Freitas relata que “ Foram escolhidos esses bairros para receber as novas escolas levando em consideração o crescimento populacional dos mesmos e a conseqüente lacuna na área educacional” (Anexo 7).

Verificamos que o bairro realmente é populoso. No entanto, já possuía três escolas públicas. O que demonstra não haver tal lacuna educacional. Além disso, entre estas duas escolas é construída a Creche Justina de Freitas e a Policlínica do Vassoural, completando assim quatro equipamentos públicos novos, só no ano de 2000, neste bairro.

Em contrapartida, no bairro da COHAB III, também populoso e da periferia, a Escola Maria Auxiliadora Liberato, nos últimos anos, teve as turmas das séries iniciais do Ensino Fundamental diminuídas e a extinção do antigo pré-escolar, necessitando, portanto, de construção de escola municipal, já que a rede estadual não atendia mais esta demanda.

Vejamos o quadro abaixo:

Quadro IX - Escola Maria Auxiliadora Liberato: Quantidades de turmas de 1ª a 4ª séries, entre 1995 e 2000.

ANOS	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
1995	05	05	04	03
1996	05	04	04	03
1997	05	05	03	04
1998	03	04	04	04
1999	02	03	04	04
2000	02	02	03	03

Fonte: pesquisa feita na secretaria da escola em 2001.

Observando os dados acima verificamos que, em 1995, existiam 17 turmas de 1ª a 4ª séries nesta escola. Já em 2000, apenas 10 turmas. Neste período, a Educação Infantil também não era mais atendida pela escola estadual, mas anteriormente existiam quatro turmas na escola.

Tanto a população da COHAB III quanto a dos loteamentos vizinhos, que utilizam os serviços ali existentes aumentaram. Porém nenhuma escola municipal foi construída para atender esta clientela, a qual passou a ser da responsabilidade do município.

Em 2000 foi construída a Creche Helena Martins Gomes (foto abaixo), mas até 30/05/2002 ela não havia sido colocada em funcionamento para a população. Por coincidência, este fato só ocorreu no 2º semestre do ano citado, período das eleições estaduais e federais, no Brasil.

Figura V – Creche Helena Martins Gomes (COHAB III)



Foto: Sonia Lira – maio de 2002.

O que percebemos é que o poder público tem encaminhado o processo de municipalização sem se preocupar com as suas consequências negativas para a população. E numa rede de escolas que não atende todos os bairros conforme suas necessidades, este processo só tem causado graves repercussões na construção do espaço do cidadão.

Ao entrevistarmos o ex-prefeito João Lyra Neto⁹ sobre a sua preferência na construção de escolas em 2000, em determinados bairros, e o porquê de não ter priorizado a COHAB III, tivemos a sua justificativa no fato deste bairro ter um quantitativo grande de escolas privadas. Isto demonstra o processo de privatização indireta do serviço público da educação, bem como o não comprometimento do setor público de garanti-lo a toda população que o procura, pois no discurso neoliberal o mercado pode absorver estes segmentos.

Outra consequência negativa da municipalização foi que o Colégio Municipal Álvaro Lins, em 1999, deixou de atender o Ensino Médio. Sendo tratado como “ilha de excelência” da rede

⁹ Entrevista concedida em dezembro de 2001.

municipal e por atender alguns setores da classe média caruaruense, houve uma insatisfação generalizada dos pais e estudantes. Mesmo assim, o poder municipal manteve a sua posição.

Conforme cita BARROS (2002: 86-87), sobre o Colégio Municipal Álvaro Lins:

Em algumas áreas, como o esporte, ultrapassa grandes escolas da cidade oferecendo: basquete, voleibol, atletismo, natação, futebol de campo, de salão, handebol, judô, etc. Sua clientela assumiu um caráter pouco público nos últimos anos, compondo-se em maioria, pelos filhos de famílias de classe média, empobrecidos com os últimos planos econômicos, que já não podem manter seus filhos nas escolas particulares da cidade.

O CMAL [Colégio Municipal Álvaro Lins] funciona como caixa de ressonância da política local. A concessão de vagas aos estudantes, a escolha dos professores, diretores e demais funcionários, estão intimamente ligadas às práticas clientelistas dos grupos que se revezam no poder na cidade. Em função de sua infra-estrutura, a procura de vagas no CMAL transforma-se num jogo político, onde professores, vereadores, funcionários, cabos eleitorais, secretários de governo travam uma disputa aberta por espaço.

Novamente a questão clientelista local é trazida à tona através do serviço da educação. No entanto, observamos que a comunidade escolar do Colégio Municipal colocou-se contrária à extinção do Ensino Médio no referido colégio, mas a comunidade escolar da COHAB III, não se pronunciou quanto à extinção da Educação Infantil, nem quanto à diminuição das turmas de 1ª a 4ª séries. Verificamos, então, que a população atendida na primeira escola pertence, em grande parte, à classe média, e a da segunda escola à classe popular.

Temos visto que a construção do espaço do cidadão também não tem sido, em Caruaru, uma busca da sociedade civil participante de modo mais ativo, como vemos em outros locais como em Recife, por exemplo, onde a população tem uma atuação mais organizada e eficaz. Sendo assim, o poder público tem estado em situação mais confortável, sem haver pressão das populações marginalizadas. Verificamos que no município do Recife, conforme Castilho (1992:222):

as escolas que fazem parte desta rede de ensino [público municipal do Recife] se acham distribuídas pelas localidades mais desfavorecidas da cidade, o que afirma a presença do Estado nas áreas pelas quais o setor privado não se interessou. Ainda constatamos que essas localidades correspondem àquelas onde se concentram as maiores densidades demográficas e o maior número de entidades populares, o que indica a importância não somente do Estado, mas também de sujeitos (coletivos) na organização espacial à medida que os membros das comunidades se articulam e se mobilizam para reivindicar os serviços que julgam necessários à sua vida, influenciando assim na alocação dos mesmos nas localidades onde moram.

Em Caruaru a atuação das associações de moradores é muito discreta e, na maioria das vezes, deixam-se levar pelo assistencialismo, como também muitas delas estão atreladas politicamente a algum dos grupos que lideram no município; o que configura outro entrave à construção do espaço do cidadão.

Destarte, a COHAB III possui uma associação, mas não tem o respaldo da comunidade. Mesmo encaminhando algumas reivindicações a órgãos públicos, não tem conseguido garantir tais conquistas. Retomaremos esta questão no capítulo III.

Concluimos, então, que as práticas clientelistas locais atreladas ao processo de municipalização têm dificultado a construção do espaço do cidadão por meio da política pública da educação. No entanto, tanto o poder público quanto a sociedade civil têm sua responsabilidade neste processo.

Como também, mesmo tendo sido propagado pelos órgãos oficiais que a educação pública tem melhorado, nos últimos anos, os próprios dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) demonstram que a qualidade do ensino caiu entre 1995 e 2001 e Pernambuco tem ficado entre aqueles que apresentaram os piores índices, ocupando o 24º lugar do país. No anexo 8 temos a reportagem do Jornal do Comércio, de 06/12/02, que comenta este fato.

Constata-se então que o FUNDEF produziu uma desconcentração de recursos e tem contribuído para uma ampliação das escolas públicas, principalmente nas áreas mais carentes do Norte e Nordeste do país. No entanto, tem havido muitas denúncias de superfaturamento nas construções de escolas. Ademais, a qualidade do ensino também não tem melhorado.

Desse modo, os entraves aqui indicados contribuem para a formação, em Caruaru, de um sistema educacional público desigual e autoritário, dando margem à permanência de práticas clientelistas de poder que sufoca as possibilidades concretas de formação do espaço do cidadão.

CAPÍTULO III

EM BUSCA DE UM ESPAÇO DO CIDADÃO E DA CIDADANIA

3.1 – Vassoural e COHAB III: os dois lados da mesma moeda

3.2 – Uma gestão clientelista da rede de ensino público e a cidadania mutilada



III - EM BUSCA DE UM TERRITÓRIO DO CIDADÃO E DA CIDADANIA

3.1 – Vassoural e COHAB III: os dois lados da mesma moeda

O bairro do Vassoural é um dos mais antigos de Caruaru. Situado às margens do Rio Ipojuca e contemplado com a antiga ponte velha e a estrada que dava acesso a BR 232; na década de 50, tornou-se, em pouco tempo, um dos bairros mais habitados da cidade.

Com uma localização próxima à feira e ao centro da cidade, não obstante situar-se em um relevo um tanto acidentado, foi um lugar de fixação de uma população de baixa renda a qual não podia adquirir imóveis muito caros tornando-se, portanto, um bairro de classes populares.

Conforme o professor Anselmo¹⁰, diretor adjunto da Escola Dom Miguel e ex-professor de antropologia, a origem do bairro vem dos trabalhadores da limpeza urbana que, em grande quantidade, passaram a residir neste local, os Vassourinhas, membros que deram origem a um bloco do carnaval caruaruense.

Os trabalhadores do Campo de Monta, assim como os sapateiros e os feirantes, também contribuíram para o povoamento deste bairro. Com o processo migratório ligado ao êxodo rural, grande quantidade de agricultores passa também a habitá-lo. Assim sendo, trata-se de um bairro habitado, sobretudo, por trabalhadores.

Em 1996, com a mudança da feira para o Parque 18 de maio (Antigo Campo de Monta), que faz parte deste bairro, várias outras “profissões” passam a existir, em função do crescimento da Sulanca. Podemos citar: costureiras, carregadeiras, ambulantes etc. que se juntam às já existentes. Conforme um morador da Vila Teimosa, vila ocupada no local da antiga cooperativa agropecuária, no Vassoural; 50% dos seus vizinhos sobrevivem da feira de Caruaru.

¹⁰ Entrevista concedida em fevereiro de 2003.

Esta vila, ao se instalar no terreno que passou a ser do Estado, após a falência da cooperativa, foi várias vezes destruída por funcionários da prefeitura e pela polícia, mas durante as noites, as famílias se juntavam e novamente reconstruíam os seus casebres, voltando para o local. Esta teimosia deu origem ao nome: Vila Teimosa¹¹.

Moradores antigos como a família Barreto, proprietários de padaria que fabricava tarecos e outros produtos, no bairro, nos explicaram que na década de 60 existia, por trás da sua panificadora, uma fábrica de mariola, pertencente ao Sr. José. Estes produtos são citados na música de Petrúcio Amorim “Tareco e Mariola”, cantada por Flávio José. Abaixo temos o trecho que se refere ao Vassoural:

Eu me criei ouvindo o toque do martelo na poeira

Ninguém melhor que mestre Osvaldo na madeira

Com sua arte criou muito mais de dez

Eu me criei matando a fome com tareco e mariola

Fazendo versos dedilhando na viola

Por entre os becos do meu velho Vassoural.

Petrúcio foi ajudante de Mestre Osvaldo, marceneiro conhecido, que confeccionou as primeiras bancas da Escola Dom Miguel de Lima Valverde. Em sua música, ele cita os becos do Velho Vassoural, como também resgata as profissões fortes da época tais como: sapateiro, marceneiro, padeiro e o fabricante do doce (mariola). Essa música, carregada de sentimentos de identidade com o lugar, resgata vários aspectos econômicos e sociais do bairro.

A partir destas considerações sobre o Vassoural, verificamos tratar-se de um bairro com uma cultura consolidada, onde os moradores se sentem pertencentes ao lugar. E entre estes moradores nasceu um representante de um dos grupos políticos locais, Tony Gel.

Tony Gel foi morador do Vassoural, estudante dos Colégios Felisberto e Dom Miguel. Filho de lavadeira, usava este argumento em suas campanhas políticas, reforçando a idéia de pertencer às classes populares. Ele e outros políticos locais sempre utilizaram a carência de muitos

¹¹ Tal como aconteceu com o processo histórico de construção do bairro de Brasília Teimosa, em Recife.

moradores com fins eleitoreiros. Nos vários pleitos em que foi candidato sempre teve uma votação expressiva neste bairro.

Hoje, os moradores da Vila Teimosa se sentem desiludidos com o atual prefeito. No pleito de 2000, ele foi vitorioso com o discurso de mudança, dando prioridade às classes menos favorecidas e ao lugar onde se criou. Porém, não tem honrado seu compromisso de campanha.

Entre as reivindicações dos moradores da Vila Teimosa, encontra-se a de ampliar mais uma via de acesso em direção a Avenida do Vassoural, pois a vila foi se organizando espacialmente dentro do terreno da antiga cooperativa, por trás da Escola Dom Miguel, por isso só existe uma pequena passagem, por dentro de um supermercado, que dá acesso à citada avenida; as outras vias de acesso localizam-se na parte baixa da vila em direção à Rua Antonio Martins. Os moradores temem que haja incêndio ou outro problema que dificulte a saída da população.

No entanto, não existe uma organização dos moradores da vila para garantir esta reivindicação. A Associação dos Moradores que atuava no lugar foi desativada e, mesmo assim, através de depoimentos de moradores mais antigos, ficou evidente que ela possuía um caráter mais assistencialista, distribuindo tíquetes de leite de programas governamentais, do que uma postura mais organizada no campo reivindicatório.

Atualmente, criou-se outra associação, a Associação do bairro do Vassoural, mas que não possui nenhum representante da Vila Teimosa em sua direção. Por isso, os seus habitantes ficam esperando que o poder público resolva seus problemas. Daí é que veio a decepção com o governo municipal do Tony Gel.

A presidenta da Associação de Moradores do Vassoural Marta Lúcia Morais¹² relatou:

Solicitei à prefeitura, através de ofício e abaixo-assinado, o saneamento da Rua do Vassoural porque, quando estouram os esgotos, fica insuportável e também um terreno baldio da Rua Davi Campista para construir a sede da associação. Um salão ia beneficiar muito a comunidade, com missas, confraternizações, reuniões, festas etc. Porque muitos não podem pagar aluguel para fazer um aniversário.

¹² Entrevista concedida em maio de 2003.

Quando indaguei sobre o motivo que levou o ex-prefeito João Lyra a construir as escolas municipais e a policlínica, em 2000, e não ter atendido a reivindicação da associação, referida na citação anterior, ela falou:

Eu acredito que havia necessidade das escolas, porque pelo lado político não foi. Nossos pedidos não foram atendidos e o saneamento era mais necessário. E a resposta nas urnas foi o contrário, porque o povo deu de goleada para Tony Gel. Será que as escolas não foram construídas, porque agora o Ensino Fundamental é do município?

A partir desta indagação mostramos que o Art. 211 da Emenda Constitucional Nº 14/96 ressalta que:

§ 2º Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

Sendo assim, ficou claro que tanto o Estado quanto o município podem assumir o Ensino Fundamental. Como também já havendo no bairro uma quantidade significativa de escolas estaduais, os motivos para instalação de duas escolas municipais, tão próximas uma da outra, eram outros.

Como no seu depoimento Marta havia citado que não acreditava ter sido por questões políticas, retomamos esta questão. Então ela ponderou:

A gente precisa do poder público e tem que estar de bem com todo mundo. A associação é apolítica, tem que estar do lado de quem está no poder. Tony Gel é muito amigo, há 15 dias o meu marido está com o carro agregado à prefeitura. A gente tem amizade com o vereador Antônio Silva, quando a gente precisa dá um toque e ele ajuda.

Conforme este depoimento a presidenta da associação demonstrou a contradição de que a entidade era apolítica, já que seu marido estava com o carro a serviço da prefeitura. Complementou ainda que já estava em andamento na Câmara de Vereadores a aprovação da

liberação do terreno para a sede da associação. Isto demonstra a postura clientelista do poder público em relação às lideranças comunitárias e a apropriação do público por interesses particulares.

Observando os dados do Tribunal Regional Eleitoral de 1996, João Lyra foi eleito no município com pouco mais de 1000 votos. No entanto, no bairro do Vassoural, zona 106, em todas as seções ele foi derrotado. Tony Gel foi quem garantiu o maior número de votos neste bairro.

Quadro X – Eleições/1996: Seções do bairro do Vassoural

Local de Votação	Seções	Votos Tony Gel	Votos João Lyra
Escola Dom Miguel	73 à 79	783	576
Escola Mário Sette	80 à 88	1016	848
Escola Felisberto	89 à 93	500	425

Fonte: TRE, 2002.

Estes dados reforçam o que vínhamos colocando até agora, ou seja, a vantagem expressiva nas urnas, por Tony Gel, em seu bairro de origem. Mas, em várias gestões, os seus adversários políticos tentaram superá-lo. O Sr. Marcos¹³, morador da Vila Teimosa, colocou que, na gestão de José Queiroz ele calçou toda a vila, em apenas três meses, no ano eleitoral, para garantir sua infiltração no reduto do opositor, mas não logrou vitória. E, como já foi citado, João Lyra tentou realizar a mesma estratégia política com a implantação da policlínica e das escolas públicas em 2000.

Verificamos, então, que as políticas públicas são encaminhadas sem um planejamento e participação da população, e que, quando esta participa o faz, sobretudo, mediante práticas clientelistas, com ações dispersadas, e com fins eleitoreiros. Sendo assim, em um determinado bairro, como o Vassoural, escolas são construídas sem tanta necessidade e outras questões mais prioritárias para a população não são levadas em consideração, a exemplo do saneamento básico.

Em contrapartida, em outros bairros que necessitam da implantação das escolas, como é o caso da COHAB III, há apenas uma única escola pública. Isso demonstra que o espaço do

¹³ Entrevista concedida em fevereiro de 2003.

cidadão¹⁴, em Caruaru, ainda precisa ser construído. Como também a própria organização da população, enquanto sociedade civil, ainda está debilitada, dificultando o acesso à cidadania.

A COHAB III tem características distintas do Vassoural, pois muitos de seus moradores vieram de locais diferentes. Esta caracterização dos moradores demonstra que, por ser um bairro novo, surgido em 1984, não possui os mesmos laços de identidade que o Vassoural.

Para aquisição de uma casa neste conjunto habitacional, os moradores deveriam ter uma renda comprovada para garantir o pagamento das mensalidades do imóvel. Com efeito, é um bairro que possui uma população de servidores públicos, pequenos comerciantes, feirantes etc mas que, nos últimos anos, tiveram uma redução muito grande do poder de compra dos seus salários e rendas.

A Associação de Moradores do lugar surgiu com uma certa independência política dos grupos políticos existentes na cidade. No entanto, nos últimos anos, o ex-presidente, Agamenon, aparentava estar ligado ao grupo dos Lyra, pois possuía cargo na prefeitura durante a gestão de João Lyra Neto.

Ao entrevistarmos o atual presidente da Associação, o Sr. Pedro Joaquim de Araújo¹⁵, ele nos falou que ainda se mantém esta independência. No entanto, assumiu ter feito campanha para um vereador do PSDB e atualmente está decepcionado com ele. Revelou-nos também que o prefeito atual não respeita muito as reivindicações dos líderes desta entidade, pois em suas visitas ao bairro sempre coloca que queria escutar a comunidade, como se seus dirigentes não a representassem.

Conforme o ofício nº 006/2001 (anexo 12), constatamos que a associação havia reivindicado uma escola pública municipal para o bairro, como também a ativação da creche, mas o atual prefeito Tony Gel alegou que essas obras não estavam contempladas no orçamento municipal e que o prédio da creche possuía rachaduras. O Sr. Pedro foi ao local e não constatou

¹⁴ Ainda que a instalação do espaço do cidadão não se limite à construção de equipamentos públicos garantidores da cidadania, podemos considerá-la como um primeiro salto nessa direção.

¹⁵ Entrevista concedida em fevereiro de 2003.

este fato. Falou que a verdade é que o prefeito queria entregar este serviço à população apenas às vésperas da eleição.

Questionado sobre o fato de ter reivindicado a escola também ao prefeito anterior, colocou que:

Em assembléia, aqui no Casarão, em 1999, quando o ex-prefeito João Lyra esteve no bairro, um dos moradores pediu a escola municipal ,mas ele falou que a COHAB III já possuía uma escola estadual e muitas escolas particulares e que havia mais necessidade da construção da creche para atender as mães trabalhadoras.

O Sr. Pedro mostrou-se revoltado e falou: “Sou ferroviário aposentado e nos últimos oito anos meu salário caiu pela metade. Como eu, outros moradores para garantirem escola particular para seus filhos, fazem muito sacrifício, pois aqui não mora gente nobre”.

A necessidade de mais uma escola pública na COHAB III pode ser constatada através dos dados que os quadros abaixo informam:

Quadro XI – População escolarizável segundo o acesso à escola – COHAB III

Escolas Estaduais	Escolas Privadas	Não Estudam	Estudam fora	Estudam COHAB III
439	416	32	203	684

Pesquisa de campo: 2002.

Conforme este quadro, 46,9% dos 887 estudantes pesquisados neste bairro, estão nas escolas privadas. Realmente, um percentual bem alto é absorvido pelo ensino privado, como citava o ex-prefeito João Lyra Neto. Porém, seus moradores demonstram que passam grandes sacrifícios para pagar escolas para seus filhos e que, se houvesse escola municipal na localidade, os seus filhos seriam matriculados na rede pública.

Constatamos que existem, na COHAB III, dez escolas privadas:

- Colégio Professor Leudo Valença (Ed. Infantil ao Ens. Médio);
- Colégio Dom Bosco (Ed. Infantil e Ens. Fundamental);
- Colégio Universidade Infantil (Ed. Infantil e Ens. Fundamental);
- Escola Fazer Crescer (Ed. Infantil e Ens. Fundamental de 1ª a 4ª séries);
- Escola Shalon (Ed. Infantil e Ens. Fundamental de 1ª a 4ª séries);

- Escola Tia Emília (Ed. Infantil e Ens. Fundamental de 1ª a 4ª séries);
- Escola Prudente de Moraes (Ed. Infantil e Ens. Fundamental de 1ª a 4ª séries);
- Escola José Miguel Florêncio (Ed. Infantil e Ens. Fundamental de 1ª a 4ª séries);
- Centro Educacional Novo Horizonte (Ed. Infantil e Ens. Fundamental de 1ª a 4ª séries);
- Centro Educacional Pequeno Aprendiz (Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries).

Observamos que é a falta de mais equipamentos públicos de educação que abre espaço para que o mercado assuma a educação *in loco*. E aqueles que não puderem pagar ficarão sem escola, estando então numa situação de cidadania mutilada. Para SANTOS (1987, 112):

há cidadãos de diversas ordens ou classes, desde o que, farto de recursos, pode utilizar a metrópole toda, até o que, por falta de meios, somente a utiliza parcialmente,...

Para estes, a rede urbana é uma realidade onírica, pertence ao domínio do sonho insatisfeito, embora também seja uma realidade objetiva.

Para muitos, a rede urbana existente e a rede de serviços correspondente são apenas reais para os outros. Por isso são cidadãos diminuídos, incompletos.

Este cidadão incompleto, no caso da COHAB III, utiliza o serviço privado, muitas vezes de qualidade precária, ou fica fora do sistema educacional. Neste caso, o percentual de alunos fora da escola não é tão alto, chegando a 3,6%. Porém, quando somamos ao percentual da rede privada, verificamos que apenas metade desta população está na rede pública.

Entre os que estudam fora da COHAB III encontramos 22,9%, incluindo aí estudantes das redes pública e privada, demonstrando que um grande número de pessoas sai do bairro em busca de outras escolas.

Porém, ao pesquisarmos os loteamentos¹⁶, ao redor da COHAB III, constatamos uma realidade mais preocupante pois, por se tratarem de trabalhadores com rendas ainda mais baixas, o percentual de estudantes fora da escola é muito maior. Vejamos a seguir:

¹⁶ Vários loteamentos surgiram, nos últimos anos, ao redor da COHAB III, cujos moradores se utilizam dos equipamentos públicos ali existentes.

Quadro XII – População escolarizável segundo o acesso à escola: Loteamento Paraíso

Escolas Estaduais	Escolas Privadas	Não Estudam	Estudam na COHAB III	Estudam fora da COHAB III
30	1	22	26	4

Pesquisa de campo: 2002.

Verificamos que grande parte desta população é oriunda da zona rural, inclusive alguns deles continuam trabalhando em sítios ou fazendas próximas. Entre os 53 pesquisados encontramos 2 crianças de 11 anos que nunca foram à escola, como também adolescentes de 15 e 16 anos que já freqüentaram escolas, mas continuam analfabetos. Outras 2 crianças, de 6 e 7 anos, não foram matriculadas, pois os pais perderam seus registros em enchentes e não possuem recursos para pagar a segunda via do documento. Isto demonstra a carência destas famílias e a necessidade do poder público assumir a educação, entre outros serviços sociais cruciais à formação da cidadania, para estes estudantes.

Este é o loteamento mais pobre, próximo a COHAB III. Além dele, existem o Serranópolis, o Novo Cedro e a Vila Feliz (uma ocupação em terreno da linha férrea), com famílias muito carentes. Nestes loteamentos, a quantidade de crianças fora da escola também é expressiva, pois a grande maioria não pode pagar as mensalidades de escolas privadas e não encontra vagas na rede pública.

3.2 – Uma gestão clientelista da rede de ensino público em Caruaru e a cidadania mutilada

No Brasil, nunca tivemos um Estado de Bem-estar-social; e, numa sociedade de classes, com uma das maiores concentrações de renda do mundo, encontramos as piores condições de vida em grande parte da nossa população. Nesta realidade de exclusão, como poderemos encontrar a cidadania tão desejada?

Conforme FERREIRA (1993:185):

A cidadania se materializa de forma sempre singular, a partir de determinantes históricos, políticos, econômicos e culturais. Não se pode falar dela sem se levar em consideração o Estado-nação em que se configura. No entanto, isso não é suficiente para que se compreenda como os indivíduos vivem, assimilam esse papel social e o representam. É preciso conhecer também a filosofia predominante, as crenças, as idéias políticas, os mitos, os ritos, as religiões, enfim, o imaginário social no qual se enraíza a cultura política de cada povo. Entenda-se por cultura política o conjunto de atividades pelas quais a comunidade institui o político, ou seja, o processo pelo qual a civitas se ordena e visa à realização de seus fins coletivos. É um conceito que engloba ações conscientes e inconscientes, intelectuais e emocionais, fundadas sempre em valores e significações. A partir disso é que a cidadania se institui.

Complementaríamos colocando que a cidadania se materializa também através do uso do território. E que ela será instituída por meio do espaço quando a sociedade caruaruense começar a buscar os valores que representam a mudança social concreta da sua realidade desigual e seletiva, destruindo os valores tradicionais conservadores que entravam à formação da cidadania.

Entre estes valores destacaríamos o clientelismo, pois esta herança da cultura coronelista também contribui para que a população fique esperando que o poder público resolva seus

problemas, inclusive a efetivação de políticas públicas na sua totalidade, como antigamente se esperava que o coronel ajeitasse a situação de seus apadrinhados.

Ainda conforme FERREIRA (ibidem:214):

Remanescente do coronelismo, o clientelismo em tudo emperra a universalização dos procedimentos. Nesse sentido, sempre que pode, dificulta a organização política do povo. Trata-se de um sistema eficiente. Ou melhor, um sistema que “torna eficiente” a máquina do Estado. Mediante trocas de favores e dinheiro, consegue o que o “mais correto cidadão” não consegue. Quem já não ouviu falar de uma carta que opera milagres – desde uma obra de saneamento, um emprego, um empréstimo, vagas nas escolas, internações nos hospitais oficiais? Para o homem comum o simples cidadão, não importa como ele obteve isso, mas sim o fato de que conseguiu. Reforça assim sua própria dependência, tornando-se cúmplice do sistema.

Desta forma, quando observamos que a população do bairro da COHAB III não se mobilizou quando o processo de municipalização fez com que as turmas de 1ª a 4ª séries fossem diminuídas na escola pública, ou quando a creche passou tanto tempo fechada depois da sua inauguração, demonstra que os moradores estavam esperando que “alguém” resolvesse para eles tais problemas.

A este respeito, LEFEBVRE (1999) nos lembra que quando a sociedade silencia, delegando o seu destino aos políticos e burocratas, dificilmente teremos uma sociedade justa, visto que somente a sua participação efetiva é crucial à mudança social. Não se pode também esperar que a cidadania caia do céu, uma vez que ela é uma conquista social. Nesse sentido, a lógica e a forma de organização dos moradores locais evidenciam uma passividade quase que extrema.

Como a própria FERREIRA coloca são os valores construídos em nossa sociedade que levam esta cidadania a não ser construída ou a se ter uma situação de meio-cidadão. Para nós, portanto esta cidadania é mutilada, tal como já o dissemos, fundamentado-nos em Milton Santos.

No campo educacional, esta cidadania mutilada pode ser vista através do fato de existirem crianças fora da escola devido à ausência de um planejamento conseqüente da distribuição desses

equipamentos, de existirem salas de aulas superlotadas, o que promove, conseqüentemente, uma baixa qualidade de ensino. Isso se deve, sobretudo, a uma não mobilização contínua dos pais e das comunidades locais perante o poder público, deixando assim de reivindicarem um direito legítimo.

Além da cidadania mutilada, destacamos também a cidadania limitada. Pois quando os trabalhadores colocam seus filhos em escolas privadas de pequeno porte, algumas também com qualidade precária de ensino, temos uma cidadania limitada. Em contrapartida, enquanto muitos não encontram vagas nas escolas públicas instaladas em determinados lugares e são obrigados a ficar fora da escola ou ir para um equipamento privado, outros encontram escolas com vagas de sobra.

Esta contradição é ocasionada, portanto, além da ausência de organizações sociais ativas e fortes, pelo descompromisso do Estado com uma distribuição espacial mais justa das escolas, o que ocorre a nível local em todas as dimensões do território brasileiro. Como cita Werber, (1991:35):

a distorção da oferta espacial de vagas em face da localização da população escolarizável, tal como foi identificado no Agreste Setentrional de Pernambuco, onde, em 1985, 48% das escolas construídas com recursos externos, através do POLONORDESTE, encontravam-se ociosas, fato que se repetiu com as escolas construídas pelo EDURURAL, no Nordeste.

Com efeito, se estas escolas estavam ociosas em determinados lugares, em outros estariam ausentes, negando assim a cidadania, em virtude de interesses particulares na organização desta rede pública de ensino.

Resgatando a realidade caruaruense, constatamos que no bairro do Vassoural, em 2002, a Escola Dom Miguel de Lima Valverde possuía cinco salas de aula ociosas, no turno da tarde. Conforme informações da secretária da escola, teriam sido turmas de 1^a a 4^a séries extintas pela gestão anterior.

Nesta realidade, vemos o regime de colaboração entre estado e município ocorrendo de forma distorcida, pois a transferência de turmas das séries iniciais do Ensino Fundamental para as escolas municipais novas, construídas no bairro, não ocorreu pela necessidade da população ou das escolas, mas pela imposição dos gestores educacionais.

Portanto, nesse jogo de interesses, não é a necessidade real da população que está em jogo, mas os interesses particulares dos grupos dirigentes locais; o que é demonstrado, por exemplo, pelo fato de que duas escolas foram construídas muito próximas uma da outra (Vassoural), causando, a diminuição de turmas em algumas delas. Da mesma forma, outro bairro (COHAB III) continua com um forte déficit de escolas públicas.

Em entrevista com o professor aposentado José Reuton Nunes Pessoa¹⁷, morador do Vassoural e ex-professor da Escola Dom Miguel, a construção de apenas uma escola municipal, em 2000, teria sido suficiente para os bairros do Santa Rosa e Vassoural. Conforme este professor, ao final da década de 60, “as famílias pernoitavam no Ginásio Industrial para garantirem vagas para o 1º ano Ginásial, chegando a derrubar o muro da escola em determinado período. Já em 1993, existiam salas ociosas nesta escola no turno da tarde”.

Isto demonstra que o espaço construído através da organização territorial das escolas públicas em Caruaru é o espaço dos não-cidadãos e que somente a intervenção da sociedade fará com que os governantes revertam esse quadro.

Por isso, como contribuição metodológica, este trabalho propõe algumas diretrizes para um planejamento da distribuição das escolas públicas em Caruaru, o qual garanta a construção do espaço do cidadão na sua totalidade. Nesse sentido, deve-se fazer um senso escolar mais minucioso, detectando toda a população em idade escolar por bairros; dar prioridade à construção de escolas conforme as faixas etárias dos estudantes e os bairros com menor quantidade de escolas; continuar garantindo que as escolas estaduais atendam à Educação Infantil e às séries iniciais do Ensino Fundamental nos bairros onde a rede municipal ainda não tenha condição de fazê-lo e investir na qualidade da educação enquanto direito social adquirido e

¹⁷ Entrevista concedida em fevereiro de 2003.

garantido pela Constituição Federal; salários dignos para os professores; bem como programas de capacitação, propostas pedagógicas com base na realidade local, gestão democrática, planos de cargos e carreiras etc.

Conclusão

Verificamos que o uso político do território municipal, por interesses particulares, repercutiu na concretização de uma organização desigual das escolas públicas em Caruaru, trazendo fortes prejuízos para a população local e, conseqüentemente a exclusão social de um expressivo número de pessoas com relação ao acesso à escola e à educação.

Nesse sentido, a análise do processo espacial foi muito importante para o estudo, trazendo um enfoque novo que pode ser aproveitado no planejamento para a política municipal da educação, pois definiu os territórios privilegiados e os que necessitam da ação governamental.

Esta situação espacial das escolas (agravada pelo processo de municipalização, na medida em que o Estado repassou o Pré-escolar e as séries iniciais de 1ª a 4ª séries para o município, a partir do regime de colaboração, sem que a rede municipal de ensino tivesse condições de absorver esta demanda) trouxe como conseqüência a penalização da população que morava em bairros que ainda não possuíam escolas municipais.

Por isso, é fundamental que a população tenha clareza dos seus direitos e aprenda a lutar por eles, como também que os gestores municipais assumam um compromisso com a maioria da população e não apenas com seus interesses particulares.

Sendo assim, a municipalização da educação poderá até ser benéfica para a população, desde que ela esteja atenta e participando do processo. Como também o poder público local deverá operacionalizar tal processo atendendo prioritariamente os territórios conforme a demanda educacional.

Destarte, somente assim é que teremos, de fato, uma organização do território que garanta a formação da cidadania e que traga a inclusão também às camadas populares da sociedade local. Pois, na era contemporânea, de tantos avanços tecnológicos, mas também de tantos retrocessos sociais, serão necessários todos os esforços para garantirmos condições de vida digna para todos.

Desta forma, estaríamos lutando para interromper o processo que faz com que permaneça a condição de cidadania mutilada e limitada voltada mais para o consumo e o mercado, a fim de retomarmos o processo que contribua para a condição da cidadania plena. Somente assim ter-se-á a possibilidade da construção do espaço do cidadão, sendo este espaço, portanto uma condição sem a qual não se pode pensar na mudança social.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correa de. *A questão do Território no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- _____. ANJOS JR. Moacir dos (Org.). *Descentralização de Políticas Sociais em Pernambuco*. Recife: FUNDAJ: Massangana, 1998.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.
- AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública*. Campinas: Autores Associados, 1997.
- BARROS, Ana Maria de. *Educação e Clientelismo: Os Educadores e a Educação Municipal no Nordeste*. João Pessoa: Idéia, 2002.
- BECKER, Berta K.; COSTA, Rogério Haesbaert da & SILVEIRA, Carmem Beatriz (Orgs.). *Abordagens Políticas da Espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.
- BOTH, Ivo José. *Municipalização da educação: Uma contribuição para um novo paradigma de gestão do Ensino Fundamental*. Campinas: Papirus, 1997.
- BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: Planejamento e clientelismo no Nordeste*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (Re) Produção do Espaço Urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- CASTILHO, Cláudio J. Moura de. *A organização Espacial da rede de ensino público municipal na cidade de Recife*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Recife, 1992.
- CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato. ***Geografia: conceitos e temas***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- _____. (Org.) *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CÉSAR, Ana Maria. *Lira e César, juiz de Caruaru*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1981.

_____. MIRANDA, Mariana & EGLER, Cláudio A. G. (Orgs.) *Redescobrimdo o Brasil: 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 2000.

CLAVAL, Paul. *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1979.

COSTA, Messias. *O Brasil e seu futuro: Um estudo das fragilidades nacionais*. São Paulo: ALFA OMEGA LTDA, 1996.

COSTA, Vera Lúcia Cabral. *Descentralização da Educação: novas formas de coordenação e financiamento*. São Paulo: FUNDAP: Cortez, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ. Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 1991.

DEMO, Pedro. *Educação e Desenvolvimento: mito e realidade de uma relação possível e fantasiosa*. Campinas: Papirus, 1999.

_____. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. São Paulo: Cortez, 1993.

DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social. Propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis: Vozes, 1998.

EMIR & GENTILI, Pablo. (Org.), Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FELIX ROSAR, M. de F. *Globalização e descentralização: o problema de desconstrução do sistema educacional brasileiro pela via da municipalização*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado, 1995.

FERREIRA, Nilda Tevês. *Cidadania: uma questão para a educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto & AGUIAR, Márcia Ângela da S. Orgs.). *Gestão da Educação: Impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2000.

- FERREIRA, Josué Euzébio. *Ocupação humana do Agreste pernambucano: uma abordagem antropológica para a história de Caruaru*. Caruaru: Idéia, 2001.
- GALVÃO, Juscélio R. Rodrigues. *O coronelismo em Caruaru*. Monografia do Curso de Especialização em História Econômica. Caruaru, 1996.
- GOMES, Paulo César da Costa. *A dimensão ontológica do território no debate da cidadania: o exemplo canadense* in Território. Vol 1, nº 2. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- _____. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LISBAUPIN, Ivo (Org.) *O desmonte da nação: Balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MESQUITA, Zilá & BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre/ Santa Cruz do Sul: UFRGS/UNISC, 1995.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934: A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- QUEIROZ, Maria Izaura P. de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: ALFA OMEGA LTDA, 1976.
- RODRIGUES, Neidson. *Estado, educação e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1987.
- ROMANELLI, Otaíza de O. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ROMÃO, José Eustáquio. *Poder Local e Educação*. São Paulo: Cortez, 1992.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- _____. SOUZA, Maria Adélia ^a de & SILVEIRA, Maria Laura. *Território: globalização e fragmentação*. 4ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- _____. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo/ razão e emoção*. São Paulo, HUCITEC, 1999.
- _____. SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHONS, Selma Maria. Assistência Social entre a ordem e a “dês-ordem”: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVEIRA, Maria Laura. Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: FAPESP; LABOPLAN-USP, 1999.

SOUZA, Aldemir do V. & MOUTINHO, Lúcia Maria G.. (Orgs.). Os desafios das políticas públicas diante da crescente importância do poder local. Recife: Sapiendo, 2000.

WERBER, Silke. O público, o privado e a qualidade da educação pública. Campinas: Papirus. Cadernos CEDES, 1991.

ANEXOS

ANEXO 1

TAXAS DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE 1997

	PE	RMR	NE	BR
TOTAL	26,4	13,7	29,4	14,7
MULHERES	27,4	12,1	31,7	14,6
HOMENS	25,5	15	27,3	14,8
URBANA	21,0	13,0	20,9	10,7
MULHERES	20,9	11,2	21,6	9,8
HOMENS	21,0	14,4	20,3	11,5
RURAL	45,7	26,4	45,8	32,0
MULHERES	48,9	27,6	49,5	33,5
HOMENS	42,6	25,3	42,0	30,5

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO DAS PESSOAS DE 4 A 24 ANOS DE IDADE – 1997

	PE	RMR	NE	BR
TOTAL				
4 ANOS	43,3	58,8	44,5	36,4
5 E 6 ANOS	69,3	80,9	69,8	66,6
7 A 14 ANOS	87,4	93,4	89,4	93,0
15 A 17 ANOS	69,0	76,4	69,3	73,3
18 A 19 ANOS	44,1	53,4	45,4	45,8
20 A 24 ANOS	20,3	26,9	21,1	21,9
URBANA				
4 ANOS	53,7	60,3	55,7	41,0
5 E 6 ANOS	76,7	81,3	77,3	71,6
7 A 14 ANOS	90,0	93,5	91,7	94,5
15 A 17 ANOS	73,0	77,1	75,1	77,1
18 A 19 ANOS	49,7	54,2	52,7	49,5
20 A 24 ANOS	22,8	27,7	25,2	24,2
RURAL				
4 ANOS	18,7	38,8	28,9	22,2
5 E 6 ANOS	52,2	76,2	59,1	51,6
7 A 14 ANOS	80,0	91,2	85,8	88,0
15 A 17 ANOS	57,9	64,9	59,3	59,1
18 A 19 ANOS	27,1	41,0	32,5	30,6
20 A 24 ANOS	12,3	17,6	12,9	11,6

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

ANEXO 2

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2001 DESRESPEITA VALOR MÍNIMO DO FUNDEF

Números preliminares apontam repasse máximo de R\$ 353,00, quando montante deveria ser de R\$ 532,00

Mais uma vez o governo desrespeita a lei 9.424/96, que ele mesmo criou, ao destinar um valor mínimo por aluno/ano inferior ao que deveria ser repassado conforme os termos da lei que instituiu o Fundef. A proposta orçamentária apresentada há cerca de um mês prevê 32.670.500 matrículas e R\$ 17.393.816.296,00 para o Fundef, o que resultaria num valor médio (nacional) de R\$ 532,00 por aluno/ano. Os matriculados na 1ª a 4ª série, porém, receberão apenas R\$ 353,00; e os na 5ª a 8ª, R\$ 370,65.

"Todo ano é a mesma coisa: o governo não cumpre a lei e nós (o PT) entramos com um questionamento na Procuradoria Geral da República. A resposta, em economês, não explica nada", diz Carlos Eduardo Baldijão, assessor técnico da Bancada do PT na Câmara dos Deputados.

Em 1998, para um valor mínimo, segundo a lei, de R\$ 437,00, o governo repassou apenas R\$ 315,00 por aluno/ano. No ano seguinte, o decreto presidencial repetiu a cifra quando, por lei, o mínimo deveria ter sido de R\$ 400,00. Este ano, o valor mínimo por aluno foi definido em R\$ 338,00, contra um valor legal de R\$ 471,00. Contabilizados, os déficits resultam numa dívida superior a R\$ 7 bilhões da União para com o Fundef desde 1998.

Analisados em sua série histórica, os valores estabelecidos pelo governo por aluno/ano são crescentes uma vez que acompanham o aumento do número de matrículas. Mas como são inferiores ao mínimo estabelecido pela lei, o que se tem é uma degradação geral da

qualidade do ensino.

Quem perde com isso? De acordo com estudo da CNTE, dos mais de 32 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental, por exemplo, apenas 10,9 milhões foram beneficiados em 2.703 municípios dos quase seis mil municípios de todo o país. Enquanto isso, os salários dos(as) professores(as) continuam aviltados, com aumentos que oscilaram entre 16,4% nas redes municipais e 7,7% nas redes estaduais; houve crescimento das contratações precárias e temporárias e ficaram excluídos do Fundef merendeiras, porteiros, auxiliares de administração, manutenção e infra-estrutura.

O projeto de lei que deu origem à lei 9.424 foi aprovado por unanimidade, em 1996, em plenário, em função de um acordo que envolveu a garantia da contabilização das matrículas na educação de jovens e adultos para efeito de recebimento do dinheiro do Fundef, a não utilização das verbas do salário-educação para complementação do fundo por parte da União, garantindo que esse dinheiro fosse usado como verba adicional, como prevê a constituição; e a repartição de 70% da quota estadual do salário-educação entre os estados e seus municípios, conforme o número de matrículas do ensino fundamental. O acordo, porém, foi desrespeitado e esses pontos foram vetados pelo Presidente da República, o que mostra o descaso do governo com uma lei fundamental para a educação no país.

Outro ponto de distorção apontado por Baldijão no orçamento para Educação é o fato de o governo fazer constar recursos que são parte dos

Distribuição do Fundo

Estado	Fundef	Matrículas	Valor mínimo	Complemento
AC	109.726.588	137.740	73.277.680	36.447.908
AL	231.312.037	675.720	359.483.040	-128.171.003
AP	111.464.711	121.460	64.616.720	4.848.7991
AM	309.959.895	631.130	335.761.160	-25.801.265
BA	988.718.141	3.356.760	1.881.556.320	-882.838.179
CE	548.844.053	1.702.820	905.900.240	-357.055.587
DF	229.323.883	321.580	171.080.560	58.243.323
ES	418.857.905	542.190	288.445.080	128.212.825
GO	479.105.297	1.049.570	5.583.712.540	-79.265.943
MA	375.809.684	1.545.930	822.434.760	-446.625.076
MT	330.509.292	578.700	307.868.400	22.640.892
MS	234.022.891	421.340	224.152.880	9.870.011
MG	1.625.382.134	3.404.750	1.827.287.000	-201.894.866
PA	438.161.194	1.559.000	829.388.000	-391.226.806
PB	294.042.457	817.680	435.006.760	-140.963.303
PR	820.885.746	1.573.540	837.123.280	83.772.466
PE	592.930.061	1.583.720	842.539.040	-249.608.979
PI	231.582.483	726.420	386.455.440	-154.872.957
RJ	1.385.412.730	2.024.820	1.077.204.240	308.208.490
RN	271.033.580	595.760	316.944.320	-45.910.740
RS	1.124.409.791	1.596.180	849.167.760	275.142.031
RO	161.932.137	303.770	161.605.640	326.497
RR	91.839.687	78.480	41.761.360	50.088.327
SC	579.582.467	910.390	484.327.480	95.254.987
SP	4.899.853.603	5.487.880	2.919.552.160	1.980.301.443
SE	207.115.214	398.770	212.145.640	-5.030.426
TO	183.379.033	323.400	172.048.800	11.320.233
Total	17.383.816.294	32.679.500	17.385.494.000	3.108.365.130

Obs.: Dados preliminares, considerando um valor mínimo de R\$ 532,00 por aluno. Os números negativos referem-se ao montante que a União deveria desembolsar para elevar para o patamar de R\$ 532,00 por aluno/ano os estados que estão abaixo deste limite.

Fonte: Assessoria Técnica do PT na Câmara dos Deputados

repasse obrigatório para estados e municípios como se fossem desembolsos da própria União. "Esses valores, cerca de R\$ 4 bilhões, deveriam estar discriminados de forma mais clara no Orçamento como fruto de um mero repasse obrigatório

de uma verba que já pertence aos Estados e Municípios. Da forma como são indicados, aumentam fantásticamente o volume investido pelo governo e correm o risco de serem contabilizados duas vezes", explica o assessor técnico do PT.

ANEXO 3

Escola do jovem em Pernambuco

Éfrem de Aguiar Maranhão
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

O programa de melhoria da qualidade da educação em Pernambuco passa necessariamente, pela reorganização do sistema público de educação. Compreende-se nesse programa a necessidade de uma reorganização da escola na perspectiva de se ter uma escola voltada para crianças de 4 a 11 anos e uma outra escola para jovens de 12 a 17 anos ou seja propõe-se a criação da Escola da Criança que atenderá educação infantil e 1ª a 4ª série do ensino fundamental e da Escola do Jovem que atenderá de 5ª a 8ª série do ensino fundamental e ensino médio.

A escola da criança será gradativamente assumida pelos municípios, segundo um regime de colaboração, cooperação e co-responsabilidade, enquanto a escola do jovem será de responsabilidade do Estado. Mas, o que é, efetivamente, uma Es-

cola do Jovem? É a escola que vai garantir uma aprendizagem com base na aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da cidadania, possibilitando a continuidade de estudos e a participação no mundo do trabalho, com a conseqüente redução da reprovação e do abandono escolar.

Busca-se, portanto, uma escola na qual sejam considerados, prioritariamente, o jovem e o seu professor como agentes da aprendizagem, respaldada por um novo modelo de gestão integrado à sociedade, onde autonomia, qualidade e identidade são aspectos-chave. Assim, a Escola do Jovem requer a implementação de uma proposta pedagógica baseada nas diretrizes, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), e nas matrizes curriculares de referência para o estado de Pernambuco.

Do ponto de vista físico, esta escola prevê uma reestruturação da rede de ensino, onde os ambientes, equipamentos e materiais de ensi-

no-aprendizagem se adequam a esse novo perfil de aluno e do professor. Os espaços serão ampliados com laboratórios, salas de informática, biblioteca, ambientes de esporte, de cultura e de lazer. Os professores terão um mesmo perfil de formação, o que facilitará seu aperfeiçoamento profissional. A carga horária docente deve ser concentrada, prioritariamente, numa só escola, o que otimizará o seu tempo. Esse conjunto de elementos favorecerá à qualidade de ensino, o desempenho das atividades educativas e culturais e, sobretudo, preparará o aluno para o desenvolvimento científico e tecnológico do mundo atual.

A Escola do Jovem está sendo viabilizada através do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (Promed), em convênio com o MEC/BID/Governo de Pernambuco, no valor de US\$ 35,5 milhões para execução em seis anos. Pernambuco é um dos cinco estados no Brasil que foram contemplados com esse programa e o primeiro que efe-

tivamente já começou. Com recursos alocados pelo Governo estadual as primeiras 32 escolas já estão sendo adequadas ao padrão de qualidade da Escola do Jovem, com um custo inicial de R\$ 11,5 milhões, recursos esses provenientes da venda da Celpe. A proposta do Governo para os próximos anos é estender progressivamente o número de escolas estaduais enquadradas no padrão da Escola do Jovem.

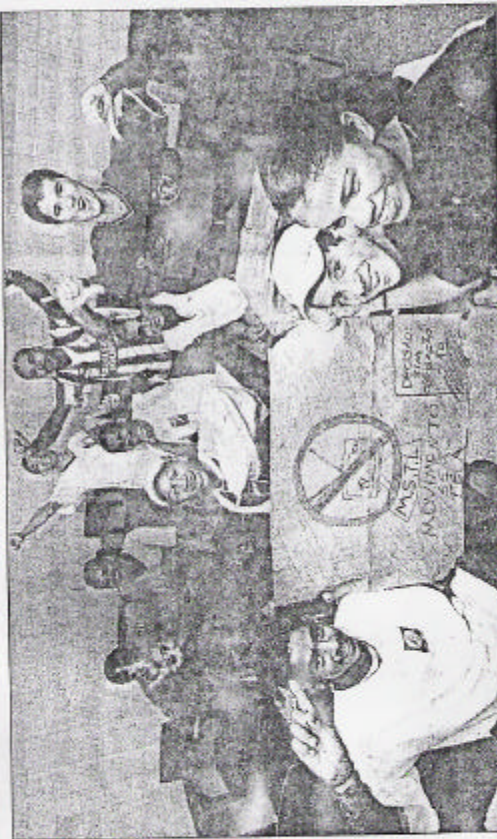
Sabemos que um programa desse porte representa um grande desafio, mas temos a certeza de que através da criação da Escola do Jovem será possível avançar na qualidade da educação em Pernambuco, formando a nova geração no mais elevado padrão de qualidade educacional. Nesse contexto, os professores serão construtores de uma nova escola onde o compromisso com os resultados da aprendizagem dos jovens pernambucanos será algo evidente e positivo no conjunto da sociedade. Esta escola é possível, e já começamos a construí-la.

FONTE: Diário de Pernambuco – 08/09/00

PROGRAMA DE ENSINO É CRITICADO

Sintep questiona a qualidade das aulas do projeto que será implantado no segundo semestre, a partir da utilização do sistema de telessalas

CHICO SEIBER/ESPRESSO, PARA O ZC



CONTENDAÇÃO Alunos da Escola Silva Jardim defendem as aulas pela televisão apenas como complemento

O programa, segundo Raul Henry, busca-se em experiências semelhantes desenvolvidas e bem-sucedidas nos Estados do Ceará, Maranhão, Bahia, Amazonas e Santa Catarina. O Sintep procurou os sindicatos dos Estados citados pelo secretário de Educação para saber se realmente os programas apresentariam bons resultados. "No Amazonas, as turmas de aceleração contribuíram para aumentar a evasão, pois os alunos ficaram sem estímulo. No Maranhão, as apostilas continham erros de conteúdo. E, em Santa Catarina, o projeto privou o ensino, já que os estudantes foram obrigados a pagar R\$ 20", relata o presidente do sindicato.

Na Escola Silva Jardim, no bairro do Monteiro, a maioria dos estudantes não concorda com a iniciativa. "Queremos as telessalas como apoio ao nosso aprendizado e não como principal meio de informação. É melhor termos o professor em sala do que aprender os assuntos pela televisão", argumenta a aluna do 1º ano e diretora do grêmio estudantil, Gerildene Santos, 18 anos. Na escola, estão matriculados 475 estudantes no ensino médio, dos quais 318 estão fora da faixa.

donais e estaduais indicam que quanto mais distante da faixa etária, pior o desempenho do aluno. Queremos modificar esse quadro", ressalta o secretário. "As aulas serão dadas em módulos, por disciplinas, e os professores serão capacitados para desempenhar a função. Os demais serão relocados para turmas de séries normais", explica o secretário.

O secretário estadual de Educação, Raul Henry, afirma que o programa não terá qualquer prejuízo para alunos nem para professores. Ao contrário, vai possibilitar aos estudantes a conclusão dos estudos mais cedo. Consequentemente, vai melhorar a qualificação deles no mercado de trabalho. "Resultados de avaliações na-

ção. "Isso fere diretamente o exercício profissional do professor, pois ele passará a ser um mero monitor televisivo". Por discordar da ideia, o sindicato orientou docentes e alunos a não se inscreverem no projeto. "E aqueles que já o fizeram, alertamos para retirarem a inscrição. A Secretaria não prestou informações claras à comunidade escolar sobre o assunto", afirma o secretário.

De acordo com o projeto, cada turma terá apenas um professor, que atenderá todas as disciplinas. "Como isso será possível, se ele não tem formação polivalente? O ensino já é deficiente com vários docentes em sala de aula. Imagine com apenas um", observa o presidente do Sintep, Teresa Le-

ANEXO 4

O PROGRAMA

15 meses é o tempo de duração do projeto

3 municípios do interior - Camamu, Petrolina e Garanhuns - participam da iniciativa, além do Recife e Região Metropolitana

1.700 telessalas, com televisores e videocassetes, deverão ser montadas nas escolas

7 0 ml de alunos é o que a Secretaria de Educação pretende atender

500 mais será o custo de cada estudante. Os gastos deverão girar em torno de R\$ 35 milhões com recursos oriundos da Celpe

A participação no projeto é facultativa, tanto para o professor quanto para o aluno. Quem não quiser, pode continuar assistindo às aulas nas séries regulares.

Fonte: Secretaria Estadual de Educação

Recife, 14 de junho de 2001 - Quinta-feira

Journal do Comércio

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DIRETORIA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DERE DA DO AGRESTE CENTRO NORTE ORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR / ARTICULAÇÃO COM MUNICÍPIOS DEZEMBRO DE 1997 - ENSINO FUNDAMENTAL - 1ª A 4ª SÉRIE			ANEXO 5	
ESCOLA / MUNICÍPIO	TÔNICA DA NEGOCIAÇÃO	OBSERVAÇÃO		
BELO JARDIM Escola Minima Tenente João Corderio Escola Ministro Marcos de Barros Freire	Escola Rural - assumida pelo Município Elevação do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série	Professor assume turmas regidas por estagiários.		
BREJO DA MADRE DE DEUS Escola Nova Jerusalém Escola José Inácio Cavalcante da Silva	O Município assume Educação Infantil e 1ª série do Ensino Fundamental. Implantação do Ensino Médio / Estudos Gerais	Cedência de professores pelo Município.		
CARUARU Escola Gutomar Lyra Escola Professora Adélia Leal Ferreira Escola Jesuina Pereira Rêgo Escola José Carlos Florêncio Escola Professor Silvestre Guimarães Escola Minima Maria José de França Escola Minima Santa Inês	Assumida pelo Município evento Educação Especial Implantação do Ensino Médio / Estudos Gerais Implantação do Ensino Médio / Estudos Gerais Assumida pelo Município Escola Rural - assumida pelo Município Escola Rural - assumida pelo Município	Professores remanejados para as Escolas Estaduais. Alunos e professores de Educação Especial serão remanejados para o Centro de Reabilitação de Educação Especial. Professores remanejados para as Escolas da Rede Estadual. Professora em processo de aposentadoria. Professora em processo de aposentadoria.		

ANEXO 6

Recife, domingo, 28 de abril de 1974 — DIÁRIO DE PERNAMBUCO — Príncipe Guedes — 3

Governo estadual inaugura treze escolas este mês

— Treze escolas estão sendo inauguradas neste mês de aniversário do Governo Eraldo Gueiros Leite. Cada uma delas com dez salas de aula; são 130 novas salas do programa de 1973. Para 1974 outro planejamento já foi iniciado, outras unidades serão construídas, isto sem levar em conta as ampliações, melhorias, melhoramentos, afirmou o secretário Manoel Costa Cavalcanti, de Educação e Cultura ao inaugurar a Escola Mário Sete (Ensino de 1.º grau), em Caruaru, ontem à noite.

Esta unidade atende a mais de 1.300 alunos, nos quatro turnos, sendo o ensino matutino. Conta com professores, bibliotecas, quadra de esportes, cozinha, gabinete médico e dentário e salas de administração.

AGRADECIMENTO

O ex-senador José Félix da Silva, de dez anos, filho da mãe do 1.º grau, disse ao sair: "Aqui, aprendi a ser verdadeiro cidadão; souzinhos os construtores do trabalho deixado pelo insuperável professor Mário Sete, a quem fazemos uma homenagem, seculares, seculares nos exemplos, ensinamos todos os conteúdos, não há falta de construção, principalmente no ensino a quem os praticamos nossos alunos".

Por sua vez, a diretora do estabelecimento da escola, professora Governete Silva, declarou: "Os problemas escolares passam a ter dimensões novas — as do ensino. Em consequência, todos os

valores foram postos em cheque. Educar hoje exige, necessariamente, a redefinição de valores e o seu estabelecimento em busca de uma hierarquia. Nova seleção entre educando e educadores são a garantia da auto-realização".

MAIS ESCOLAS

O deputado estadual José Liberato, por sua vez, disse: "Caruaru tem tomado conhecimento do que tem feito o Governo Eraldo Gueiros Leite, principalmente a Pasta de Educação e Cultura. Depoimento que tenho coragem de fazer de público: nada falta ao município no setor educacional".

Já a deputada Aracy de Souza declarou: "É o povo de Caruaru que presta homenagem ao Governo por tudo que fez em prol da cidade. Há muito tempo não vejo uma festa tão bonita como esta. A participação dos governantes faz com que a integração de esforços atinja o trabalho".

O prefeito de Caruaru em

exercício, Richard Luís Gonzaga Ordeiro, disse que aquele momento era uma requisição na história administrativa de Caruaru, "pois aqui estão o velho Governo Estadual e Municipal, dando por inaugurada mais uma unidade educacional, quer de público afirmar que a Prefeitura Municipal de Caruaru fará a doação de um terreno para a construção de uma Escola Polivalente, tão reivindicada pelo povo caruaruense".

DESEJARIA DO ENSINO

Afirmando que as escolas não existem apenas para os alunos ou seus professores, mas, principalmente, para a comunidade, o ex-deputado Manoel Costa Cavalcanti, lembrou sua ênfase na inauguração da Escola Professor Mário Sete. Lembrou ser a segunda escola construída em Caruaru pelo Governo Eraldo Gueiros Leite, a outra é a "José Carlos Florêncio".

— As escolas existentes ainda não são suficientes — acrescentou, o Estado tem 164

municípios e todos merecem ser atendidos, e de cada vez se abre um. Há escolas em construção em todo o Estado. Este trabalho de inaugurar escolas traz satisfação, mas não é pouco se levarmos em conta os outros programas educacionais. A administração estadual tem o Programa de Ação Coordenada; já o programa educacional tem como perspectiva a melhoria da ensino, o incremento de professores, reestruturação, especialização, expansão de alunos nas classes, ensino dos conteúdos etc., para que a educação integrada ao país e o preparo dos alunos seja condizente com o desenvolvimento do Estado".

Caruaru tem mais de 100 mil habitantes na zona urbana, e na rural mais de 40 mil. Sua rede de ensino, incluindo de ensino regular, quatro colégios estaduais, nove grupos escolares, treze escolas rurais, 51 escolas montesas. No 1.º grau são matriculados 17.881 alunos e 22 no segundo.



Caruaru ganhou mais uma escola estadual

ANEXO 7

Estudantes ganham três mil vagas em novas escolas

10/06/99

VANGUARDIA

Duas novas escolas municipais, com capacidade para receber 1.500 alunos cada uma, estão sendo construídas nos bairros Vassoural e Santa Rosa (Rosanópolis). A Prefeitura de Caruaru deverá entregar os educandários à população no próximo mês. Atualmente, a Secretaria de Obras está realizando os serviços de acabamento e cobertura dos prédios.

A escola do Rosanópolis terá 10 salas de aula e uma quadra poliesportiva. Já a do Vassoural terá oito salas. Além das salas de aula, cada uma contará com biblioteca, salas para computação, vídeo e línguas, além dos setores administrativos e de serviços.

"Foram escolhidos esses bairros para receber as novas escolas levando em consideração o crescimento populacional dos mesmos e a conseqüente lacuna na área educacional", destacou o secretário de Obras, Roberto Freitas. Ele acrescentou que as escolas vão beneficiar toda a população daquelas áreas, evitando que os moradores se desloquem para outros pontos da cidade.



A escola do Rosanópolis terá 10 salas de aula e uma quadra poliesportiva



Os alunos terão biblioteca, salas de vídeo, computação e laboratório de línguas

ENSINO NO ESTADO ENTRE OS PIORES

Segundo o Saebe, nas turmas de 8ª série, Pernambuco ficou com o terceiro e quarto piores resultados do País em Português e Matemática

ANEXO 8

O DESEMPENHO DOS ESTADOS NO SAEBE

Português

4ª série

Os melhores

- 1º Distrito Federal
- 2º São Paulo
- 3º Rio de Janeiro
- 4º Rio Grande do Sul
- 5º Santa Catarina

Os piores

- 1º Rio Grande do Norte
- 2º Bahia
- 3º Ceará
- 4º Maranhão
- 5º Tocantins

8ª série

Os melhores

- 1º Rio Grande do Sul
- 2º Distrito Federal
- 3º Rio de Janeiro
- 4º Santa Catarina
- 5º Mato Grosso do Sul

Os piores

- 1º Maranhão
- 2º Alagoas
- 3º Pernambuco
- 4º Ceará
- 5º Amazonas

3º ano do Ensino Médio

Os melhores

- 1º Rio Grande do Sul
- 2º Distrito Federal
- 3º Mato Grosso do Sul
- 4º Santa Catarina
- 5º Rio de Janeiro

Os piores

- 1º Tocantins
- 2º Roraima
- 3º Amazonas
- 4º Paraíba
- 5º Pernambuco

Matemática

4ª série

Os melhores

- 1º Distrito Federal
- 2º Santa Catarina
- 3º São Paulo
- 4º Minas Gerais
- 5º Rio Grande do Sul

Os piores

- 1º Acre
- 2º Ceará
- 3º Maranhão
- 4º Rio Grande do Norte
- 5º Pernambuco

8ª série

Os melhores

- 1º Rio Grande do Sul
- 2º Santa Catarina
- 3º Distrito Federal
- 4º Minas Gerais
- 5º Rio de Janeiro

Os piores

- 1º Acre
- 2º Maranhão
- 3º Alagoas
- 4º Pernambuco
- 5º Ceará

3º ano do Ensino Médio

Os melhores

- 1º Rio Grande do Sul
- 2º Distrito Federal
- 3º Santa Catarina
- 4º Mato Grosso do Sul
- 5º Rio de Janeiro

Os piores

- 1º Amazonas
- 2º Roraima
- 3º Tocantins
- 4º Amapá
- 5º Maranhão

Fonte: Agência Folia/MEC/Inep

Entenda a avaliação

O que é

É uma avaliação feita pelo Ministério da Educação (MEC) a cada dois anos, com o objetivo de avaliar a qualidade da educação. São aplicadas provas de Português e Matemática em três séries: 4ª e 8ª do Ensino Fundamental e 3ª do Ensino Médio.

Como é feita

O MEC escolhe uma amostra de escolas públicas e particulares que representam o perfil do estudante brasileiro. Em 2001, foram avaliados 288 mil alunos.

JORNAL DO COMÉRCIO

CADERNO: CIDADES

06-12-2002

VANGUARDA

ANEXO 9

11 - 3 - 1945

Governo Municipal de Caruaru

Ato N. 26 em 5 de Março de 1945. — O Prefeito do Município de Caruaru, de exercício de suas atribuições e depois de ouvir a Diretora do Departamento da Instrução resolve, determinar que as

cadeiras do ensino primário Municipal fiquem numeradas, localizadas e providas, conforme o quadro abaixo, feitas as respectivas menções e remoções constantes do mesmo.

Quadro do Professorado Municipal

1.º DISTRITO — CIDADE

Escolas Municipais Reunidas 15 de Outubro

1 — Maria do Carmo Tabosa	Diurna	Diplomada	1.º Turno
2 — Odete Enes Silva	"	"	"
3 — Maria das Dóres Alves	"	"	"
4 — Luiza Limeira de Oliveira	"	"	"
5 — Aurora de Araújo Silveira	"	"	2.º
6 — Eugênia Barros Coelho	"	"	"
7 — Ana Fagundes de Carvalho	"	"	"
8 — Adella Leal Ferreira	"	"	"
9 — Maria Laura Dantas	Noturna	Concursada	3.º
10 — Linete Porto	"	Diplomada	"
11 — Severina Rodrigues	"	"	"
12 — Lupércio Barros Coelho	"	Concursada	"
13 — Mirafel Porto	Diurna	Diplomada	1.º e 2.º
14 — Maria Bezerra Silva	"	Concursada	1.º e 2.º

Escolas Isoladas e Subvencionadas

15 — Euclides Bezerra	Diurna	Diplomada	1.º Turno
Rua Joaquim Távora	"	"	"
16 — Ocilda Cursino	"	"	"
Rua 27 de Janeiro	"	"	2.º
17 — Expedita Perboire	"	"	"
Rua 27 de Janeiro	"	"	1.º
18 — Estelita Augusta da Silva	"	"	"
Rua Vila Albertina	"	"	2.º
19 — Albertina Sousa Borélio	"	"	"
Vila Albertina	"	"	1.º
20 — Aurea Gomes de Andrade	"	"	"
Alto do Vasoural	"	"	2.º
21 — Rita Alves de Melo	"	"	"
Travessa de S. Mateus	"	"	1.º
22 — Maria Bernadete Silva	"	"	"
Rua Jupl	"	"	1.º
23 — Natércia Fernandes de Moura	"	"	"
Baixa do Salgado	"	"	3.º
24 — Josefa Martins de Oliveira	Noturna	Concursada	"
Alto do Vasoural	"	"	1.º
25 — Maria José Pontes	Diurna	Diplomada	"
Rua Dr. José Mariano	"	"	2.º
26 — Diva de Sousa Julião	"	"	"
Rua Dr. José Mariano	"	"	2.º
27 — Regina Rodrigues	"	"	"
Rua Joaquim Távora	"	"	3.º
28 — Francisco Florêncio de Lira	Noturna	Concursada	"
Rua S. Miguel	"	"	1.º
29 — Danina Vasconcelos	Diurna	Diplomada	"
30 — Maria Medalena Ramos	Noturna	Concursada	3.º
Rua Frei Caneca	"	"	1.º
31 — Edméa Cavalcanti Cruz	Diurna	Diplomada	"
Araúcl	"	"	"
32 — Ceusa Gomes de Andrade	"	"	"
Alto do Vasoural	"	"	"
33 — Suzana Bezerra	"	"	"
Rua Tupi	"	"	2.º
34 — Dianira Pimentel Silva	"	"	"
Alto da Balança	"	"	1.º
35 — Francisco Mota	"	"	"
Cauacá	"	"	3.º
36 — Josefa A. da Silva Borges	Noturna	Concursada	"
Avenida Deputado Henrique Pinto	"	"	3.º
37 — Esmeria Florêncio	Noturna	"	"
Rua 27 de Janeiro	"	Diplomada	2.º
38 — Laura Maciel Santos	"	"	"
Rua Marquez de Tamandaré	"	"	3.º
39 — Estelina Catelita da Silva	Noturna	Concursada	"
Rua Maciel Pinheiro	"	"	"
40 — Maria Limeira de Lima	"	"	"
Rua Vigário Freire	"	"	1.º
41 — Irineia Silva	Diurna	Diplomada	"
Rua 14 de Julho	"	"	2.º
42 — Maria Helena Vital de Paula	"	"	"
Rua 14 de Julho	"	"	3.º
43 — Faustina Borges do Melo	Noturna	Concursada	"
Rua Joaquim Távora	"	"	1.º
44 — Georgina Marques de Sousa	Diurna	Diplomada	"
Sítio	"	"	2.º
45 — Maria Ritesbete Silva	"	"	"
Rua Visconde de Inhuma	"	"	"

Escolas Subvencionadas

C I D A D E

46 — Ginásio do Sagrado Coração	Diurna	Diplomada	2.º
Rua Djalma Dutra	"	"	"

47 — Ginásio de Caruaru	"	"	"
Avenida Souto Filho	"	"	"
48 — Escola Técnica de Comércio	"	"	"
Avenida Souto Filho	"	"	"

Escolas Isoladas e Subvencionadas

1.º DISTRITO — INTERIOR

49 — Nilza de Souza	Diurna	Diplomada	1.º
Gravata Assu	"	"	"
50 — Inácio Alves de Sousa	"	Concursada	"
Alto do Moura	"	"	"
51 — Joazina Bezerra de Melo	"	"	"
Capim	"	"	"
52 — Irene Dulce de Carvalho	"	"	"
Cojá	"	"	"
53 — Delvira França do Carmo	"	Diplomada	"
Juá	"	"	"
54 — Carolina Maria da Conceição	"	"	"
Malhada de Pedra	"	"	"
55 — Olívio Maria Silva	"	Concursada	"
Berra do Taquara	"	"	"
56 — Albertina Queiroz	"	"	"
Umburanas	"	"	"
57 — Dorcilce Maria do Carmo	"	"	"
Serra dos Cavalos	"	"	"
58 — Josen do Carmo Cavalcanti	"	"	"
Riacho do Meio	"	"	"
59 — Rosália de Sousa Borges	"	"	"
Malhada das Cavalcas	"	"	"
60 — Josefa Pereira Mota	"	"	"
Torre de Caruaru	"	"	"
61 — Sebastião Otila da Silva	"	Diplomada	"
Brejo da Mulata	"	"	"
62 — Maria Cordeiro Freire	"	Concursada	"
Brejo da Palma	"	"	"
63 — Maria Cordeiro de Oliveira Silva	"	"	"
Murici	"	"	"
64 — Maria Furlana da Rocha e Silva	"	"	"
Pau Santo	"	"	"
65 — Francisco Vieira de Carvalho	"	"	"
Pitombeira	"	"	"
66 — Maria Angelita Ribeiro de Melo	"	Habilitada	"
Caldeirão	"	"	"
67 — Suzana de Oliveira Chaves	"	Concursada	"
Vendo Magro	"	"	"
68 — Vago	"	"	"
Cruasnas	"	"	"
69 — Maria José da Rocha Tabosa	"	"	"
Vertentes	"	"	"
70 — Maria Camila Mota	"	"	"
Maribondo	"	"	"
71 — Vago	"	"	"
Terra Vermelha	"	"	"
72 — Maria Nazaré e Silva	"	"	"
Berra do S. Francisco	"	"	"
73 — Valdemira Tavares Rodrigues	"	"	"
Lagôa da Pedra	"	"	"
74 — Sebastiana Rodrigues dos Santos	"	"	"
Xicuru	"	"	"
75 — Severina Ribeiro de Lemos	"	Concursada	"
Lago do Cedro	"	"	"
76 — Josefa Evangelista de Sousa	"	Concursada	"
Serrote do Bol	"	"	"
77 — Maria do Carmo Ferreira	"	"	"
Serra Verde	"	"	"
78 — Aldeia Martins de Oliveira	"	Diplomada	"
Pitomeza	"	"	"
79 — Vago	"	"	"
Xicuru	"	"	"
80 — Vago	"	"	"
Sítio Pelada	"	"	"

Escolas Isoladas

2.º DISTRITO — INTERIOR

81 — Maria do Carmo Sousa	Diurna	Concursada	1.º Turno
Riacho das Almas	"	"	"
82 — Vago	"	"	"
Jacaré Grande	"	"	"
83 — Vago	"	"	"
Baldinho	"	"	"
84 — Vago	"	"	"
Maniceba	"	"	"

(Continua na 6a página)

(Continúa na 5a página)

ANEXO 10**Festival em benefício
da Caixa Escolar do Gru-
po Vicente Monteiro**

Tendo a orientação da professora Alzira Meneses realizou-se, ontem, um interessante festival em benefício da caixa escolar do Grupo Vicente Monteiro, o qual constou de um ato variado onde se apresentaram valores de nossa terra

Domingo 7 de Novembro de 1948

VANGUARDA

ANEXO 11

Critérios técnicos para subsidiar o FORUM na seleção das escolas que serão beneficiadas, em 2001, pelo FUNDESCOLA II com a ação de PAPE.

1. As escolas incluídas na relação que enviamos para o Fórum são escolas beneficiadas com Projeto de Melhoria da Escola - PME ou Escola Ativa até 30/12/2000.
2. As escolas que serão beneficiadas com PAPE deverão ser escolhidas dentre aquelas constantes da relação que fornecemos, em anexo, observando os critérios que ora sugerimos, até o limite de salas disponível para a ZAP;
3. Somente as escolas com UEx, cadastrada no FNDE até a data da assembleia do Fórum para seleção das escolas, poderão ser beneficiadas nesta etapa de PAPE;
4. O Fórum deverá encaminhar à DGP, até 15/05/2001, a relação com as escolas selecionadas para o PAPE 2001;
5. O Fórum que não encaminhar a relação de escolas na data acima será temporariamente excluído do FUNDESCOLA II no que se refere à ação de PAPE. Os recursos reservados ao Estado e aos Municípios integrantes desta ZAP serão redistribuídos às demais ZAP da região Nordeste;
6. A Ata da Assembleia do Fórum será assinada pelos membros do Fórum. Não é permitido representante, salvo se legalmente constituído. Na Ata deverá constar o quantitativo de salas por município e por rede. O nome das escolas deverá vir em relação anexa à Ata. Esta relação deverá ser assinada por todos os assinantes da Ata;
7. Como critérios para seleção das escolas sugerimos:
 - observar a ordem crescente do "ranking" das escolas, fornecido, em anexo;
 - observar o percentual de escola já atendidas com PAPE, até 30/12/2000, por esfera e município. Para tanto, anexamos a este documento planilha com os quantitativos já beneficiados;
8. As escolas que, por acaso tenham sido incluídas na relação em anexo e já foram reformadas com recursos do município ou estado ou não sejam da escola ativa devem ser desconsideradas para o Fórum;
9. As escolas que constam da relação que encaminhamos para o Fórum estão organizadas considerando como primeira aquela que, segundo os dados do LSE realizado em 1998, apresentava as instalações físicas em piores condições;
10. Nas planilhas constantes do Anexo 2 está indicada a quantidade de salas adequadas segundo o LSE de 1998 e já atendida até 30/12/2000 na ZAP. Também é informado o percentual de escolas atendidas por município e esfera.

ANEXO 12

Associação de Moradores do Núcleo Habitacional Senador Nilo Coelho – COHAB III

Fundada em 02 de junho de 1988

Sede Própria: Rua Major João Coelho, s/nº(Casarão) – Cedro
CEP 55.000.000 – CGC 12.661.369/0001-24 – Caruaru - Pernambuco

Ofício nº 006/Sec/2001

Caruaru-PE, 23 de Maio de 2001.

Ao Exmº Sr. Antônio Geraldo
Digníssimo Prefeito de Caruaru-PE.

Considerando que os membros da Diretoria da Associação de Moradores do Núcleo Habitacional Senador Nilo Coelho - COHAB III, preocupados com o bem-estar social dos habitantes do bairro, efetuamos uma análise das condições em que se encontram os moradores da referida localidade, no que diz respeito aos aspectos sociais, em cuja análise constatamos a existência de vários problemas que têm dificultado o progresso da comunidade e consequentemente do município, especificamente, no que concerne à saúde, à educação e ao lazer, pois o bairro é situado em um local distante do centro da cidade e dos serviços médicos e escolares, uma vez que não possui um serviço médico capaz de atender as necessidades dos seus moradores, além de não haver escola municipal, bem como a via de acesso encontra-se em condições precárias e ainda, a área destinada ao lazer não oferece o mínimo de conforto aos moradores, apesar de ser um bairro que tem crescido bastante, possuindo aproximadamente 15.000(quinze mil) habitantes;

Considerando que quando da necessidade de utilização de médicos por parte de qualquer morador, inclusive, de serviços ambulatoriais, é preciso que se desloque ao Hospital São Sebastião ou à Policlínica do Salgado, cujas localidades são distantes da COHAB III, além de ser necessário encontrar-se pela madrugada nesses locais, do contrário não se consegue atendimento, salientando que as pessoas que mais necessitam desses serviços são os idosos, graças à própria ação da natureza humana, o que dificulta mais ainda;

Considerando que várias crianças deslocam-se diariamente, para outros bairros da cidade para estudarem, haja vista não haver neste bairro uma Escola Municipal, responsável pelo ensino fundamental, uma vez que de acordo com a atual lei de diretrizes e bases da educação brasileira é responsabilidade do município fornecer tal ensino e na localidade há apenas uma escola estadual, inclusive, há um projeto aprovado pela Câmara Municipal de

Caruaru destinado à construção de uma escola desse porte, nesse núcleo habitacional, visando cumprir o dispositivo da lei retro mencionada;

Considerando que a área destinada ao lazer dos habitantes acha-se totalmente desprezada, graças à falta de manutenção do pouco que existe, bem como na atualidade encontram-se sendo construídas casas populares no local onde funcionava um campo de futebol, diga-se de passagem, um dos poucos esportes praticados, já que não há outras opções e tendo em vista que esporte proporciona ao ser humano saúde, lazer e bem-estar;

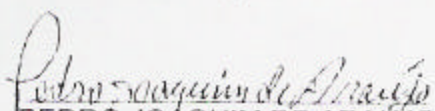
Considerando finalmente, que a via de acesso ao bairro está por demais deteriorada, cuja situação causa transtornos diversos aos que transitam diuturnamente, pois, é a única existente;

Ante ao exposto e tendo em vista a preocupação dessa autoridade no que consiste à realização de obras que possibilitem uma melhor qualidade de vida dos caruaruenses, solicitamos o empenho necessário de V. Ex^a, objetivando atender aos pleitos da sociedade da COHAB III, abaixo descritos:

- Transformar o Posto de Saúde/COHAB III em 01 (um) Posto de Saúde da Família, com a reforma das instalações existentes, em curto prazo e a longo prazo viabilizar a construção de uma Póliclínica;
- Disponibilizar 01 (uma) ambulância para o bairro;
- Construção de 01 (um) Escola Municipal;
- Construção de 01 (um) banheiro público, para ser utilizado pelos feirantes;
- Asfaltamento da via de acesso ao bairro;
- Ativação da Creche do bairro;
- Recuperação da praça central da COHAB III (quadra de esportes, brinquedos, campo de areia, arborização etc.), com alambrados e após a restauração lotar um funcionário da prefeitura para o serviço de manutenção;
- Construção de 01 (um) campo de futebol;
- Colocar calçamentos na Rua 07 e na Rua 28 ligando a Rua 50; e
- Pleitear junto à empresa de transporte coletivo, o aumento da quantidade de ônibus que circulam aos domingos, pois não estão disponibilizando um número suficiente.

Certos de contarmos com a vossa compreensão, aguardamos retorno, momento em que apresentamos a V. Ex^a, protestos de consideração e elevado apreço.

Atenciosamente,


PEDRO JOAQUIM DE ARAÚJO